O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quinta-feira 6 de ABRIL de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47287
estadão.com.br

Violência __A14 a A17

5/4/2023 Blumenau, SC, 4 mortos, 5 feridos; **27/3/2023** São Paulo, 1 morto, 4 feridos; **25/11/2022** Aracruz, ES, 4 mortos, 13 feridos; **26/9/2022** Barreiras, BA, 1 morto; **4/5/2021** Saudades, SC, 5 mortos; **13/3/2019** Suzano, SP, 8 mortos, 11 feridos; **6/11/2017** Alexânia, GO, 1 morto; **20/10/2017** Goiânia, GO, 2 mortos, 4 feridos; **26/9/2011** São Caetano do Sul, SP, 1 morto; **7/4/2011** Rio de Janeiro, RJ, 12 mortos, 22 feridos; **29/1/2003** Taiuva, SP, 1 morto, 3 feridos; **28/10/2002** Salvador, BA, 1 morto

PATRICK RODRIGUES/AP

Creche em que três meninos e uma menina, com idade de 4 a 7 anos, foram mortos a golpes de machadinha em Blumenau, Santa Catarina; o criminoso, de 25 anos, se entregou

A barbárie vai à escola

Com as 4 crianças mortas ontem em SC, são 41 vítimas desde 2002

Quatro crianças, com idade entre 4 e 7 anos, foram assassinadas ontem, na maioria dos casos com golpes na cabeça, por um homem de 25 anos que invadiu com uma machadinha uma creche em Blumenau (SC). Outros cinco alunos foram feridos. Segundo a polícia, não há indícios de que a ação tenha sido coordenada com outras pessoas. Desde 2002, ataques a escolas causaram 41 mortes. O aumento da recorrência desses casos está associado a questões sociais e culturais, dizem especialistas. O governo federal pretende destinar R$ 150 milhões para reforçar o patrulhamento escolar, além de aumentar o monitoramento da internet.

HISTÓRICO DOS MASSACRES

CASOS TÊM FICADO MAIS RECORRENTES NOS ÚLTIMOS ANOS, APONTA RELATÓRIO

FONTE: RELATÓRIO DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO

5 razões para o fenômeno

- **Incentivo à cultura da violência e aumento da intolerância**
- **"Efeito contágio" causado pela disseminação de casos semelhantes**
- **Crescimento de grupos de ódio nas redes sociais**
- **Piora da saúde mental, após a pandemia, com jovens com comportamento mais violento**
- **Distanciamento nas relações entre pais e adolescentes**

Diamantes sauditas __A6

Na PF, Bolsonaro dá versão sobre joias que se choca com documentos

Ex-presidente disse que soube de apreensão pela Receita em 2022. Um ano antes, seu gabinete tentou reaver presentes.

E&N Marco do saneamento __B1

Lula desfigura lei para permitir serviço de estatais sem licitação

Presidente assinou dois decretos que abrem caminho para a operação de empresas já consideradas incapazes.

A Guerra de Putin __A11

Espião russo tinha esconderijo para equipamentos em mata de SP

Celular de Serguei Cherkasov continha o mapa de casa em ruínas. Material achado no local foi enviado ao FBI.

Cargo público, só na reserva __A8

Governo quer proibir militar da ativa de disputar eleição

Questão agrária __A10

Invasões em 3 meses de Lula superam 1º ano de Bolsonaro

Educação __A18

Escolas de SP vão manter etapas para Novo Ensino Médio

Notas e Informações __A3

Bagunça na educação

William Waack __A8

Amor ao improviso

Adriana Fernandes __B5

O voto de confiança do presidente do BC

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/MARIANA-CARNEIRO

Coluna do Estadão

Ao propor aperto fiscal, oposição coloca Haddad em rota de colisão com o PT

A oposição pretende usar Fernando Haddad para atacar o governo Lula ao abordar o novo marco fiscal. O intuito é dizer que a proposta que chegará ao Congresso, já atenuada pela área política, é mais frouxa do que deveria. A avaliação é que a equipe econômica não terá como ser contra um ajuste mais duro, o que tende a intensificar as divergências com a cúpula do PT. A senha já foi dada por Rogério Marinho (PL-RN), em entrevista ao *Estadão*, e é compartilhada por líderes da sigla. "É um arcabouço totalmente voltado para aumento de despesa, sem nenhum tipo de ajuste ou corte. Esse vai ser o nosso foco", afirma o presidente do PP, o senador Ciro Nogueira (PP-PI).

● **MONTANHA.** Amparado por uma equipe de economistas que trabalha para a liderança da minoria, Nogueira diz que o governo Lula parece torcer para uma escalada da inflação ao prever um aumento de arrecadação na casa dos R$ 150 bilhões.

● **MATEMÁGICA.** Outra frente da oposição será cobrar promessas de Lula na campanha, como a isenção do Imposto de Renda para aqueles que ganham até R$ 5 mil. Querem ver o governo dizer como fará isso e ao mesmo tempo conseguir manter a responsabilidade fiscal.

● **PAPÉIS.** Nogueira ironiza que o ministro da Fazenda parece ter vida melhor com a oposição do que com Gleisi Hoffmann (PT-PR). "Eu não consegui criticar o Haddad da forma como a presidente do PT tem criticado. Fico até com inveja dessa forma de ela fazer oposição, sendo situação e oposição ao mesmo tempo", diz.

● **FILA.** Mal saiu da PF, onde responde a inquérito que investiga as joias recebidas da Arábia Saudita, Jair Bolsonaro vai encarar nova frente judicial. Seus assessores jurídicos preveem que o corregedor do TSE, Benedito Gonçalves, coloque em pauta no plenário da Corte, na segunda quinzena deste mês, a primeira ação que pede a sua inelegibilidade. Bolsonaro se mostrou preocupado e perplexo com a velocidade do andamento da causa, disseram eles.

● **QI.** Tarcísio de Freitas deseja abrir uma vaga na Alesp para seu assessor especial, o policial federal bolsonarista Danilo Campetti. Para isso, seria necessário dar um cargo a um parlamentar do Republicanos, partido pelo qual seu pupilo disputou a eleição e é primeiro suplente.

● **QI 2.** Campetti é um dos agentes que participaram da prisão de Lula e, sob Bolsonaro, foi assessor especial na Infraestrutura.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Camilo Santana,
ministro da Educação

● **FUNIL.** O plenário do TCU decidiu multar dois servidores da gestão Bolsonaro no Ministério da Saúde por firmar contrato com sobrepreço com a VTCLog, investigada na CPI da Covid. Alex Lial Marinho deverá pagar R$ 50 mil e Roberto Ferreira Dias, R$ 79 mil. A Corte proibiu Dias de ocupar cargos de confiança ou comissionados no governo por cinco anos.

● **FUNIL 2.** O aditivo contratual foi feito em 2021, na gestão Eduardo Pazuello. A VTCLog foi poupada de ser declarada inidônea, mas é alvo de dois processos que visam a investigar danos ao erário.

PRONTO, FALEI!

Rafael Alcadipani
Fórum de Segurança Pública

"A tendência é piorar. O foco do Brasil nunca foi em inteligência policial, e o Estado não tem dado atenção psiquiátrica", diz, sobre atentados em escolas.

CLICK

INSTAGRAM/@jorginhomello - 05/04/2023

Jorginho Mello
Governador de SC (PL)

Foi a Blumenau (SC) acompanhar o trabalho da polícia no caso em que um homem matou quatro crianças em uma creche particular.

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Bagunça na educação

Ao suspender processo de implantação do novo ensino médio, o governo petista cede ao esperneio dos inconformados e amplia a confusão num setor crucial para o desenvolvimento do País

Uma confusão se instalou nas escolas do País desde a última segunda-feira, com milhões de alunos sem saber se o atual arranjo curricular decorrente da reforma do ensino médio será mantido ou abandonado. A onda de incerteza se espalhou após o ministro da Educação, Camilo Santana, anunciar a suspensão do cronograma de implementação da reforma, adiando, de imediato, a adaptação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), prevista para vigorar em 2024. O próximo passo, quem sabe, é cumprir a ameaça do presidente Lula da Silva, que avisou que a reforma do ensino médio “não vai ficar do jeito que está”.

Não se pode condenar quem suspeite que essa ofensiva contra a reforma do ensino médio seja uma vendeta pessoal de Lula e dos petistas contra o ex-presidente Michel Temer, cujo governo lançou a iniciativa. Como se sabe, o PT considera que o impeachment de Dilma Rousseff foi um “golpe” urdido por Temer, então vice-presidente, embora todo o processo tenha respeitado, *ipsis litteris*, o que vai na Constituição. Como consequência, os petistas entendem que tudo o que foi produzido sob a Presidência de Temer carece de legitimidade e deve ser derrubado. Assim foi com o teto de gastos; assim está sendo com a reforma trabalhista e com a Lei das Estatais; assim será, aparentemente, com a reforma do ensino médio.

Terra arrasada não é uma boa maneira de fazer política pública, ainda mais numa área tão sensível como a educação, que afeta a vida de crianças e adolescentes de modo muitas vezes irreversível. A reforma do ensino médio não se pretendia perfeita, mas era uma tentativa concreta de reverter um crescente desinteresse dos jovens pela escola, sobretudo porque o currículo e o método não correspondiam às suas expectativas e necessidades.

A mudança proposta pelo governo Temer, embora tenha sido encaminhada por meio do questionável instrumento da medida provisória, foi debatida no Congresso e convertida em lei – que aumenta a carga horária e a possibilidade de que os alunos escolham disciplinas eletivas agrupadas em itinerários formativos que correspondem a cerca de 40% da carga horária. Se havia ressalvas ao que ali estava sendo proposto, elas poderiam ter sido feitas ao longo do processo legislativo. Debates sobre políticas públicas são sempre necessários, mas é preciso implementar as mudanças aprovadas democraticamente. Se há lei, que se cumpra, sem prejuízo de ajustes e aprimoramentos posteriores.

Ademais, é bom lembrar que o caminho da implementação da reforma do ensino médio foi bastante acidentado. Não bastasse a pandemia de covid-19, que fechou escolas por muito tempo e depois submeteu os alunos a aulas remotas que lhes despertaram escasso interesse, a educação foi negligenciada de forma sistemática pelo governo de Jair Bolsonaro, mais interessado em censurar professores e em militarizar escolas do que em melhorar a qualidade curricular. Tudo isso, é claro, impede que se tenha um quadro claro, neste momento, sobre os méritos da reforma.

Revogá-la, contudo, seria um absurdo. Até a reforma, a educação ainda estava submetida à realidade do século passado, num modelo condenado por quase todos os especialistas como atrasado e insatisfatório. Os petistas, que hoje detonam a reforma, tiveram quase 15 anos de governo para mudar essa situação, mas nada fizeram. Como resultado, o ensino médio continuou incapaz de preparar os jovens brasileiros para os desafios do século 21 e para o exercício da cidadania. Não se sabe se a reforma proposta por Temer e agora sabotada pelos satélites lulopetistas é mesmo a melhor resposta para esses desafios, mas ninguém honesto é hoje capaz de dizer que ela fracassou, pois nem sequer está plenamente em vigor.

O papel do governo, mais que nunca, é apoiar as escolas na implementação da reforma. Especialmente no caso das redes estaduais, que respondem por oito em cada dez alunos de ensino médio no País. O açodamento do governo só serve para gerar instabilidade. Não é assim que se promove um debate sério sobre educação.●

Prisão ilegal é sempre inconstitucional

A manutenção de prisões ilegais pelo STF expõe a dificuldade habitual do Judiciário em ater-se aos limites da lei. Suspenso na ditadura, 'habeas corpus' é garantia constitucional de todos

Era um caso evidente de concessão de *habeas corpus*. Não existe prisão preventiva de ofício no Brasil. Os crimes pelos quais os presos são investigados têm pena pequena, não ensejando a medida restritiva de liberdade nessa fase. No entanto, apesar de todas as evidências da ilegalidade das ordens de prisão, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido de *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União (DPU) em favor de seis pessoas presas em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, no dia 9 de janeiro.

É um escândalo, especialmente por vir da mais alta Corte do País. A fundamentação dessas prisões é frágil. Como mostrou reportagem do **Estadão**, há trechos idênticos em várias decisões, com uma argumentação a explicitar sua própria deficiência. Por exemplo, num dos casos, Alexandre de Moraes fundamenta a prisão no fato de o “investigado ter feito uso das redes sociais para divulgação dos atos antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, com postagem de vídeos com conteúdo incentivando os atos de invasão, vandalismo e depredação, (...) mesmo não sendo o investigado apontado como um dos executores materiais”.

Como é evidente, para decretar a prisão, a lei processual penal demanda condições um tanto mais exigentes do que as apontadas pelo ministro do STF. Caso o Código de Processo Penal (CPP) autorizasse tal discricionariedade, ele seria inconstitucional. Ou seja, ao manter essas prisões, Alexandre de Moraes descumpre o CPP e a Constituição. A liberdade é tema sério, que impõe limites intransponíveis ao poder estatal.

No entanto, há quem pretenda ver nos casos do 8 de Janeiro os únicos abusos praticados pelo sistema de Justiça penal, como se, no restante, não houvesse nenhuma ilegalidade. Haja seletividade para justificar tamanha cegueira. Infelizmente, o que Alexandre de Moraes tem feito com as pessoas envolvidas nos atos antidemocráticos não tem nenhum caráter excepcional. É assim que o Judiciário trata, de forma corriqueira, muitas pessoas, sejam elas inocentes ou culpadas, ultrapassando habitualmente os limites da lei. Muitas vezes, os argumentos para a prisão são tão ou mais frágeis do que os apresentados por Alexandre de Moraes, também com fundamentações repetidas em série, sem individualização.

Por ser a prisão ilegal tão grave e ao mesmo tempo tão frequente, a Constituição assegura, entre os direitos fundamentais, a concessão da ordem de *habeas corpus* “sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder” (art. 5.º, LXVIII). Trata-se de proteção constitucional da mais alta importância, para todos os cidadãos.

Não à toa, no recrudescimento do autoritarismo, por meio do Ato Institucional (AI) 5 – considerado “o golpe dentro do golpe” –, o governo militar, além de decretar o recesso do Congresso e outros abusos, suspendeu a garantia do *habeas corpus*. Foi um meio de instaurar a ilegalidade e a barbárie. É importante não se esquecer disso quando se ouve Jair Bolsonaro homenageando a ditadura militar. É tal barbaridade o que essa turma costuma louvar. Em 2019, recorde-se, Eduardo Bolsonaro, filho do então presidente, mencionou a possibilidade de se decretar um novo AI-5.

Por mais vis e contraditórias que sejam as opiniões dos bolsonaristas, eles – como todos os outros cidadãos – devem ter seus direitos respeitados. Mas não se pode ignorar a desproteção das liberdades e garantias fundamentais promovida por Jair Bolsonaro, quando ataca os mecanismos de controle da legalidade. Por exemplo, na campanha do ano passado, ele prometeu “acabar com a audiência de custódia, hoje um dos maiores estímulos à impunidade no País”, e “garantir retaguarda jurídica e excludente de ilicitude para agentes de segurança”.

É mais que hora de o Judiciário, incluindo o STF, rever suas práticas. E é também hora de uma nova compreensão sobre as liberdades e garantias fundamentais, que devem valer para todos – e não apenas para os que clamam por intervenção militar.●

ESPAÇO ABERTO

O arcabouço fiscal e a reação a ele

Roberto Macedo

Meu dicionário apresenta cinco significados para o termo arcabouço, em geral associados a estruturas materiais. A exceção é o conceito que se aplica ao documento divulgado na semana passada pelo governo federal: um delineamento inicial, um esboço, no caso, o de um ajuste fiscal. Versão ampliada deverá vir com o respectivo projeto a ser encaminhado ao Congresso Nacional, e o que lá for aprovado passará a ser o desenho de um ajuste fiscal voltado para o resultado fiscal primário do governo, aquele que não envolve o pagamento de juros, e para a evolução do endividamento.

Esse arcabouço foi bem recebido pelo mercado financeiro: a Bolsa subiu e o dólar caiu. E não vi reações negativas nem de grupos petistas que costumam reagir mal a propostas desse tipo, mesmo se vindas de um governo dos seus pares. Lembrei-me dessa reação positiva ao ver um artigo na *Folha de S.Paulo* de domingo passado, intitulado *A ética do brasileiro*, escrito por Álvaro Machado Dias e Hélio Schwartsman. Em resumo, os dois argumentam que "(...) no campo ético a maioria dos brasileiros tem perfil kantiano, ou seja, julga ações como certas ou erradas com base nas intenções, não nos resultados alcançados". Kantiano conforme conceito associado ao filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), segundo esses autores.

Quanto ao arcabouço e seu futuro, seguirei como usualmente faço, avaliando intenções deste documento e noutros artigos neste espaço analisando os resultados alcançados. Optei por trazer também ao leitor um resumo deste arcabouço, pois, pelo que vi, as análises até aqui não fizeram isso. Para o leitor interessado, acrescento que a íntegra pode ser vista em bit.ly/439G011.

As intenções, nos seus aspectos gerais, ficam claras a partir da primeira página de dados e gráficos, de um total de nove páginas, constantes da apresentação divulgada pelo ministro Fernando Haddad. Nessa primeira página há um gráfico da receita líquida, da despesa total e do resultado primário do governo federal no período de 1997 a 2010, e destaque é dado ao que vai de 2003 a 2010 (governos Lula I e II). Nesse período, conclui-se que a receita líquida aumentou, a despesa total também, o resultado primário foi majoritariamente superior a 2% do PIB, e tanto essa despesa como esse resultado foram "ancorados no *incremento de receitas*" (realce também no texto original).

> ***A lista de promessas é ampla e talvez os autores já soubessem da predisposição kantiana dos brasileiros ao julgar ações com base nas intenções***

Ou seja, o governo se espelha claramente nesse incremento de receitas para seguir no seu plano que deverá incluir aumento de despesas e do resultado primário. Se vai conseguir, é outra história, pois os períodos Lula acima citados foram muito favorecidos pelo *boom* de commodities então ocorrido, que gerou mais crescimento econômico, mais arrecadação tributária e também trouxe altas reservas externas para o País, o que nos livrou do trágico caminho argentino, onde há muito tempo elas são escassas num contexto de baixo crescimento e alta inflação. Voltando ao que quer o arcabouço, vale lembrar que uma carga tributária que cresceu muito no passado será mais difícil de aumentar agora.

Em seguida, o arcabouço fiscal entra em alguns detalhes do que pretende, como o que está no trecho intitulado *Reparação Social no Brasil*: o novo Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo, da isenção do Imposto de Renda e dos recursos para a saúde. Prosseguindo, detalha seu compromisso de resultado primário com bandas, indo de -0,5% do PIB, em 2023, a 1,00% do PIB, em 2026, ano em que as bandas seriam de 1,25% e 0,75% do PIB. Parece pouco, mas 1% do PIB equivale a cerca de R$ 100 bilhões. Em seguida, vêm algumas regras fiscais para o atingimento dessas metas de resultado primário.

Depois, o arcabouço apresenta duas hipóteses de queda dos juros sobre a dívida bruta do governo, com redução de R$ 80 bilhões, em 2023, a R$ 186 bilhões, em 2026, sem explicitar em qual das duas hipóteses sobre queda dos juros sustentam esses números. E o gráfico vai até 2031 (!), quando a redução alcançaria R$ 360 bilhões, uma previsão de altíssimo risco e desnecessária.

O título da última página é *O que o arcabouço garante*. A lista é grande: mais pobres de volta ao Orçamento, recuperação de políticas públicas essenciais, mais espaço para o investimento público, menos inflação, mais estímulo ao investimento privado, menos juros na dívida pública, atração de investimentos internacionais, mais previsibilidade e estabilidade e recuperação do grau de investimento.

Ora, o arcabouço em si, por ora, não garante nada. Precisa passar pelo Congresso, onde poderá ser alterado e terá seu formato final como desenho de um ajuste fiscal. E o sucesso desta versão final irá depender da sua adequada execução.

A lista de promessas é muito ampla e talvez os autores já soubessem da predisposição kantiana dos brasileiros ao julgar ações como certas ou erradas com base nas intenções, e não nos resultados alcançados. ●

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

FÓRUM DOS LEITORES

Tragédia em Blumenau

Mais rigor

Mais uma tragédia no Brasil, que está novamente de luto. Agora, numa creche na cidade de Blumenau (SC), um assassino pula o muro da escola e mata quatro crianças, fere outras mais e, depois, se entrega à polícia. Só quem já perdeu um filho sabe a dor que sentem os pais dessas crianças hoje. Nossos governantes têm de pensar urgentemente numa punição com mais rigor para estes tipos de crimes bárbaros – e, também, para os casos de feminicídio, que são muitos.

Arnaldo Luiz de Oliveira Filho
arluolf@hotmail.com
Itapeva

Barbárie

O ataque à creche em Blumenau nos leva a admitir que estamos vivendo tempos de barbárie. E não consigo dissociar lamentáveis acontecimentos como este dos muitos anos de desgoverno que estamos vivendo, quando os maus exemplos proliferam: roubar é aceitável, rir dos mortos por uma terrível pandemia é aceitável, e o odioso nós contra eles está cada vez mais enraizado na sociedade. Enquanto isso, o crime organizado cresce, as barbáries se multiplicam e nossos políticos e autoridades estão mais preocupados com aumentar seus salários e desfrutar de vidas nababescas. O povo? Como dizia o personagem de Chico Anysio, o "povo que se exploda".

Luiz Gonzaga Tressoldi Saraiva
lgtsaraiva@gmail.com
Salvador

Minuto de 'má fama'

Não há palavras para descrever o choque causado por mais um brutal crime como o de Blumenau. Fico pensando se não seria hora de todos os meios de comunicação se reunirem para criar um código interno para a divulgação desses acontecimentos. Não sei se, entrando em detalhes sobre os bastidores do ocorrido, os meios de comunicação servem de incentivo para outras pessoas "darem o passo que faltava" para cometer crimes como este. Não seria melhor deixar o criminoso em segundo plano, dando menos destaque a ele e suas motivações, e focar mais nas vítimas e em seus familiares? Tenho a impressão de que muitos cometem esses crimes para terem seu *minuto de má fama*, para deixar a aberração de seus atos como herança para a sociedade.

Sergio Coutinho
sergio.t.coutinho@gmail.com
São Bernardo Campo

Debate necessário

Como jornalista, cumprimento a direção do jornal **Estado** pela decisão de não mencionar o nome dos autores dos recentes ataques que acometeram escola e creche no País. É imprescindível que a sociedade se una em torno da discussão deste tema, e a imprensa tem papel fundamental na provocação desse debate. De todo modo, de imediato, é corajoso omitir esses dados em prol de um bem maior: não inspirar nem servir de exemplo para pessoas que estejam acometidas desta doença chamada violência.

Priscilla Staell
priscilla.staell@uol.com.br
São Paulo

Ex-presidentes

Insistência

Após Donald Trump declarar-se inocente, perante a corte estadual de Nova York, das 34 acusações criminais que pesam sobre ele, Jair Bolsonaro, com cara de inocência e muita criatividade, tenta convencer a Polícia Federal de que não houve má-fé no afoitamento dele em apossar-se das joias dadas de presente pelo governo saudita. Lula, no escândalo do petrolão, tentou explicar o inexplicável e foi condenado. Mas foi reeleito presidente da República. Trump provavelmente concorrerá a presidente nas próximas eleições americanas, com chances reais de vencer. Bolsonaro talvez seja tornado inelegível por um tempo, mas à menor chance concorrerá novamente e terá muitos votos. Trump, Bolsonaro e Lula têm inúmeras culpas no cartório. Mas pior, mesmo, é quem, apesar dos pesares, insiste em votar neles.

Luciano Harary
lharary@hotmail.com
São Paulo

À moda Trump

Estado mínimo, economia liberal e arma de fogo para a sociedade civil. Bravura, conservadorismo e patriotismo. Interesses comuns de dois homens que não têm nada a compartilhar, exceto depoimentos à Justiça de seus respectivos países. O mais curioso é a tentativa de ser um ícone da extrema direita, mas correr e abandonar a própria grei quando a força da lei começa a persegui-lo. Na tentativa de incorporar a moda Trump de ser há um grande perigo: transformar-se em réu, esquecer-se de que o poder político tem fim. O mundo moderno não mais atende às demandas de ideias arcaicas.

Matheus A. Cardoso de Queiroz
matheusadrian11@hotmail.com
Espírito Santo do Turvo

ESPAÇO ABERTO

O totalitarismo escópico

Eugênio Bucci

O mundo digital jogou a humanidade num novo tipo de totalitarismo. Não há outra palavra para definir a relação entre a massa de bilhões de seres humanos e os conglomerados monopolistas globais, como Amazon, Apple, Meta (dona do Facebook e do WhatsApp) e Alphabet (dona do Google e do YouTube), sem falar nas chinesas. As pessoas não sabem nada, absolutamente nada, sobre o funcionamento dos algoritmos que controlam milimetricamente o fluxo das informações e das diversões pelas redes afora. Na outra ponta, os algoritmos sabem tudo sobre o psiquismo de qualquer um que acesse um computador, um celular, um tablet ou um simples reloginho de pulso, destes que monitoram exercícios físicos, batimentos cardíacos, pressão arterial, passos e braçadas. Estamos na sociedade do controle total – controle totalitário.

O mais espantoso é que esse controle só se viabiliza graças à docilidade contente das multidões. Em frêmitos de excitação exibicionista, elas escancaram suas próprias intimidades para as máquinas. Em seguida, não satisfeitas com o furor do exibicionismo, entregam-se ao voyeurismo cavernoso para bisbilhotar a vida alheia. Olhando e sendo olhadas, trabalham febricamente a serviço do imenso extrativismo de dados pessoais, que, depois de capturados, são comercializados a preços estratosféricos.

Você não acredita? Pois deveria acreditar. De onde você acha que vem o valor de mercado dos conglomerados? Resposta: vem da captura (gratuita) e da venda dos dados pessoais das multidões. O mundo digital conseguiu a proeza de instaurar uma ordem de vigilância total, em que todos vigiam todos e ainda por cima se deliciam com isso. E quem sai ganhando no fim das contas? Sim, eles mesmos, os conglomerados – ele mesmo, o capital.

Chega de ilusões otimistas. Um pacto de convivência em que os algoritmos enxergam tudo e mais um pouco das privacidades individuais, enquanto os indivíduos nada enxergam dos algoritmos, que são o centro do poder digital, só pode ser chamado de pacto totalitário.

Hannah Arendt ensina que a adesão de todos é uma das marcas distintivas do totalitarismo. Ela viu que, no nazismo e no stalinismo, cada cidadão se apressava em agir como um funcionário da polícia política e delatava até mesmo os familiares. Hitler e Stalin contavam com os préstimos voluntários das pessoas comuns para dizimar dissidentes. "A colaboração da população na denúncia de opositores políticos e no serviço voluntário como informantes", escreve a filósofa em *Origens do totalitarismo*, "é tão bem organizada que o trabalho de especialistas é quase supérfluo".

> ***No totalitarismo dos nossos dias, o medo dominante é o medo da invisibilidade. É por aí que o poder dos algoritmos aterroriza todo mundo***

No totalitarismo descrito pela grande pensadora, o medo impele toda gente a obedecer. Hoje sabemos que o medo não age sozinho. Além dele, existe a paixão: as massas nutrem um desejo libidinal pela figura do líder. "Sede de submissão", nas palavras de Freud. Há um prazer inconfessável na servidão.

No totalitarismo dos nossos dias, o medo dominante é o medo da invisibilidade. É por aí que o poder dos algoritmos aterroriza todo mundo. Quanto ao desejo, este se manifesta como um arrebatamento imperioso que leva um adolescente a matar e morrer em troca de um instante de holofote sobre o seu nome e sua fotografia. A tara extremada por algum contato, mesmo que remoto, com as estrelas que reluzem nos palcos virtuais leva à sujeição total.

Que o trabalho escravo aflore neste universo de gozo e pânico não surpreende. As pessoas, carinhosa e cinicamente chamadas de "usuárias", trabalham de graça para as redes. Dedicam horas e mais horas de seus dias plúmbeos para abarrotar as plataformas com seus textos, suas imagens, suas musiquinhas prediletas, seus áudios e suas misérias afetivas. E é precisamente o produto desse trabalho – escravo – que atrai bilhões de outros "usuários". Os conglomerados não precisam contratar fotógrafos, cantores, atrizes, redatores, jornalistas, nada disso, pois já contam com seus adeptos fanatizados e escravizados. Nunca, em toda a história do capitalismo, a exploração do trabalho – e dos sentimentos – chegou a níveis tão absurdos.

Não surpreende, também, que a propaganda da extrema direita antidemocrática se saia tão bem nesse ambiente. O totalitarismo das redes repele o discurso da democracia com a mesma força que impulsiona mensagens autocráticas. É óbvio. A política democrática precisa de homens e mulheres livres, que tenham autonomia crítica e valorizem os direitos. Esses estão em baixa. A autocracia é o contrário: só se alastra entre grupos violentos, inebriados pelo ódio e impelidos por crenças irracionais, que estão em alta.

Como o totalitarismo dos nossos dias se tece pela exploração e pelo direcionamento do olhar, deve ser chamado de "totalitarismo escópico". O olhar é o cimento que cola o desejo de cada um e cada uma à ordem avassaladora. Se queremos uma regulação para enfrentá-la, devemos começar por exigir transparência incondicional dos algoritmos. É inaceitável que uma caixa preta opaca e impenetrável presida a comunicação social na esfera pública. Mais que inaceitável, é totalitário. ●

JORNALISTA, É PROFESSOR DA ECA-USP

TEMA DO DIA

MARCIO FERNANDES/ESTADÃO (02/11/2008)

Automobilismo

Massa avalia processar Fórmula 1 e contestar título de Hamilton em 2008

Piloto brasileiro estuda ir aos tribunais após ex-chefão da categoria Bernie Ecclestone dizer que sabia de manipulação em resultado do GP de Cingapura: 'Não me interessa o lado financeiro. Só a justiça esportiva'. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● **"Certíssimo. Essa corrida em Cingapura já devia ter sido anulada há muito tempo."**
ARNALDO JUNIOR

● **"Pior do que perder é não saber perder."**
CAMILA CORREIA

● **"Se teve manipulação, Massa tem todo o direito de correr atrás."**
WESLEY VENANCIO

● **"Se a 'armação' tivesse sido para ajudar o Hamilton, até seria motivo para chorar. Mas ele não teve participação. Já o maior beneficiado, Alonso, nunca foi punido."**
MATHEUS CONCEIÇÃO

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

ALEXANDRA GARCIA/THE NEW YORK TIMES

The New York Times

É seguro ter o pescoço manipulado por um quiroprata? ●
https://bit.ly/40ClkP9

Luciana Kotaka

Ideias ruins geram comportamentos sabotadores. ●
https://bit.ly/3nEAQLR

App do Estadão

Siga os seus colunistas favoritos no aplicativo. ●
https://bit.ly/3D0iGb6

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Inquérito

Bolsonaro diz que só soube de joias em 2022; gabinete agiu por retirada antes

Ex-presidente depõe na PF e dá versão sobre presentes sauditas avaliados em R$ 18 mi; estrutura de seu governo, porém, se mobilizou para tentar reaver diamantes apreendidos

WESLLEY GALZO
ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

SERGIO LIMA / AFP

Ex-presidente Jair Bolsonaro deixa a sede da Polícia Federal, em Brasília, após prestar depoimento

O ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem à Polícia Federal que soube das joias com diamantes destinadas pela Arábia Saudita à ex-primeira-dama Michelle apenas em 2022, um ano depois da apreensão do estojo pela Receita Federal. Bolsonaro alegou ainda que só houve intervenção de seus auxiliares para se evitar um suposto "vexame diplomático" do Brasil com o regime saudita.

A versão, porém, choca-se com documentos oficiais de seu próprio governo. Como mostrou o **Estadão**, foram ao menos oito tentativas para retirar as joias do cofre da Receita no Aeroporto de Guarulhos, na Grande São Paulo, onde estavam retidas desde outubro de 2021. Três das investidas ocorreram ainda naquele ano – uma delas partiu do gabinete da Presidência da República.

O caso foi revelado pelo **Estadão**. O estojo apreendido em Cumbica e reservado a Michelle continha colar, anel, par de brincos e relógio em ouro branco e diamantes da marca suíça Chopard, avaliado em R$ 16,5 milhões. Ao todo, foram três kits que vieram a público – dois deles com relógio, caneta, terço islâmico e abotoaduras destinados a Bolsonaro. Os bens somam mais de R$ 18 milhões.

O ex-presidente depôs ontem por três horas na sede da PF, em Brasília. Ele foi convocado para dar sua versão sobre o recebimento dos presentes milionários. Bolsonaro voltou ao País na quinta-feira passada, após uma temporada de três meses na Flórida.

Em São Paulo, a corporação ouviu também o ex-ajudante de ordens da Presidência da República, tenente-coronel Mauro Cid. O militar foi o responsável por montar uma operação, nos últimos dias do governo Bolsonaro, para tentar recuperar as joias que foram trazidas para a então primeira-dama.

No depoimento, Bolsonaro afirmou que pediu a auxiliares para obter informações sobre as joias apreendidas para evitar o suposto "vexame diplomático". De acordo com ele, o constrangimento poderia ocorrer porque as peças tinham sido dadas como presente pela Arábia Saudita e poderiam ir a leilão. Os bens foram retidos porque não foram declarados à Receita, e o órgão cobrava, para a liberação, o pagamento de tributos de importação.

> **'Vexame diplomático'**
> **Auxiliares tentaram reaver joias para evitar 'vexame diplomático' com regime saudita, disse Bolsonaro**

VIAGENS. Dois dos estojos dados pela Arábia Saudita chegaram ao País pelas mãos de integrantes da comitiva do então ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, após viagem oficial ao país do Oriente Médio em 2021.

A caixa para Michelle que estava na mochila de um assessor de Bento foi flagrada por fiscais da Receita; outra, com presentes para Bolsonaro, passou sem ser notada. Logo após a apreensão, ainda em outubro daquele ano, o gabinete de Bolsonaro enviou um ofício ao ministério de Bento. Nele, cobra a necessidade de destinação das joias para o acervo pessoal ou da Presidência. Até o Itamaraty foi acionado para tentar liberar as joias naquele ano.

Desde que o caso foi noticiado pela primeira vez no início de março pelo **Estadão**, Bolsonaro evitou admitir que usou a estrutura do seu governo para se apropriar das joias. Quando ainda estava nos Estados Unidos, reclamou que estava sendo acusado por um presente que nem tinha chegado a ele. Na época, se referia apenas à caixa para Michelle.

Diferentemente do que relatou ontem à PF, o ex-presidente chegou a declarar que ficara sabendo do colar apreendido de Michelle pela imprensa.

Documento revelado pelo **Estadão** e incluído no inquérito pela Polícia Federal como indício de envolvimento direto do ex-presidente aponta na direção contrária. Nos últimos dias do governo, um avião da Força Aérea Brasileira levou o primeiro-sargento da Marinha Jairo Moreira da Silva até Guarulhos para resgatar as joias.

Já o terceiro estojo, que inclui um relógio da marca Rolex, fora recebido pelo próprio Bolsonaro em 2019, quando visitou Riad. Os kits masculinos foram devolvidos por Bolsonaro ao poder público após ordem do Tribunal de Contas da União (TCU).

SEGURANÇA. A Polícia Militar do Distrito Federal preparou um esquema especial de segurança para o depoimento de Bolsonaro. Ontem, a área ao redor da sede da PF foi isolada.

Havia a expectativa de que apoiadores de Bolsonaro se manifestassem, mas somente um homem vestido com a camiseta da seleção brasileira de futebol apareceu no local. ●

Caso pode configurar improbidade e peculato

ANÁLISE

FÁBIO MEDINA OSÓRIO

Discute-se no Tribunal de Contas da União (TCU) e em outros âmbitos fiscalizatórios o problema da devolução das joias oferecidas pela Arábia Saudita ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e à então primeira-dama Michelle Bolsonaro.

O problema maior de Bolsonaro é que incidiu em prática já reprovada pelo TCU em relação a outros governantes, como foi o caso de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Se antes era possível alegar boa-fé, pois, de fato, foi prática comum no meio político, agora não é mais crível essa tese.

O TCU fixou entendimento sólido a respeito da matéria em acórdão proferido em 2016. Este acórdão estabeleceu que devem incorporar o patrimônio da União "todos os documentos bibliográficos e museológicos recebidos pelos presidentes da República, nas denominadas cerimônias de troca de presentes, bem assim todos os presentes recebidos, nas audiências com chefes de Estado e de governo, por ocasião das visitas oficiais ou viagens de Estado ao exterior, ou das visitas oficiais ou viagens de Estado de chefes de Estado e de governo estrangeiros ao Brasil, excluídos apenas os itens de natureza personalíssima ou de consumo direto pelo presidente da República".

Extrai-se do entendimento da Corte que, mesmo nas situações de troca protocolar e simbólica de presentes, ainda que possam ser de uso pessoal, quando forem dotados de elevado valor comercial não se aplica a regra do artigo 3.º, inciso II, do Decreto 4.344/2002, que regulamentou a Lei n.º 8.394/91, dispondo sobre a preservação, organização e proteção dos acervos privados dos presidentes da República. Porquanto, tal prática colidiria com os princípios constitucionais da moralidade e razoabilidade administrativas.

De resto, em tese, a apropriação indevida de patrimônio público e o recebimento de presentes em situações de potencial conflito de interesses podem encontrar reprovação no Código Penal (art. 312 – peculato), na Lei de Improbidade Administrativa, configurando enriquecimento ilícito do agente público.

Evidentemente, não se está a dizer que ocorreu crime ou improbidade por parte de Bolsonaro ou de algum dos envolvidos no episódio, pois tais condutas exigem o elemento subjetivo doloso e merecem apuração detalhada. O que se observa, no entanto, foi uma simulação por parte de agentes públicos, tentando ocultar da Receita Federal a verdadeira procedência dos produtos, não adotando os procedimentos exigidos para que fossem incorporados ao patrimônio público, em afronta ao entendimento do TCU e da Receita. ●

EX-MINISTRO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Ataque à democracia

PGR conclui denúncias de presos nos atos e em QG

Procuradoria vai se dedicar a partir de agora à identificação de financiadores dos ataques e à apuração sobre agentes públicos

PEPITA ORTEGA

Com a denúncia, anteontem, de mais 203 investigados pelos atos golpistas de 8 de janeiro, a Procuradoria-Geral da República concluiu o pacote de acusações que atingem os presos na Praça dos Três Poderes e no acampamento na frente do Quartel-General do Exército, em Brasília. O foco, agora, é a identificação de financiadores e de agentes públicos.

No dia 8 de janeiro, apoiadores radicais do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) saíram do acampamento nas imediações do QG em direção à Praça dos Três Poderes, onde invadiram e depredaram as dependências do Supremo Tribunal Federal (STF), do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto. O Ministério Público Federal imputa ao grupo incitação à animosidade das Forças Armadas contra os Poderes constitucionais e associação criminosa, crimes cujas penas máximas, somadas, alcançam três anos e meio.

O número de denunciados pela PGR neste primeiro pacote chegou a 1.390. Deste total, 239 são apontados como executores dos atos e 1.150, como incitadores. Um policial legislativo foi acusado de omissão durante os ataques.

O Supremo ainda vai decidir sobre o recebimento das denúncias e se torna réus os acusados. O julgamento deve ocorrer de forma colegiada, ou seja, com o pronunciamento de todos os integrantes da Corte. Ainda não há uma data para que ele ocorra.

O subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos da PGR, diz que, a partir de agora, a equipe vai se dedicar a buscar os responsáveis por financiar os protestos violentos e a apurar a conduta de agentes públicos no dia dos ataques.

PRISÕES. No dia 16 de março, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes finalizou a análise de todos os pedidos de soltura feitos pelos detidos durante os atos golpistas. Segundo dados divulgados na ocasião, 294 investigados seguiam presos – 86 mulheres e 208 homens.

Como mostrou o **Estadão**, Moraes, que é o relator do caso na Corte, mantém na cadeia seis manifestantes apesar de a PGR defender a liberdade dos acusados. O magistrado optou pela prisão por ver supostas ameaças em redes sociais. Os detidos, no entanto, não têm acesso à internet nos presídios e, em liberdade, poderiam ter de obedecer a restrições como a suspensão de perfis em plataformas digitais.

A ordem de Moraes, de ofício, quando não há pedido do órgão responsável pela ação penal – no caso, o Ministério Público Federal –, é questionada pela Defensoria Pública da União e especialistas, que apontam possíveis ilegalidades em decisões do magistrado. Pelo Código de Processo Penal, um juiz não pode decretar prisão preventiva de ofício.

Ao apresentar as denúncias contra os presos nas imediações do QG do Exército, a PGR pediu que todos os acusados pudessem responder em liberdade, ainda que com medidas restritivas, como o uso de tornozeleira eletrônica, a vedação de dialogar com outros investigados e a proibição de acesso a redes sociais, por exemplo. ●

Moraes autoriza Bia Kicis e Izalci Lucas a visitar radicais detidos

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a visita da deputada Bia Kicis (PL-DF) e do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) a radicais presos pelos atos golpistas de 8 de janeiro. Os investigados estão detidos no Complexo Penitenciário da Papuda e na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (Colmeia), em Brasília.

A decisão de Moraes, de anteontem, permite o acesso às penitenciárias em "caráter estritamente pessoal", com visitação "única e individual", o que significa que os parlamentares não poderão estar acompanhados. A orientação segue direcionamento da Vara de Execuções Penais do DF, que proibiu a entrada de "assessores, seguranças, membros da imprensa, familiares de pessoas custodiadas ou advogados".

Em nota, Izalci diz que a visita tem objetivo de "averiguar a situação" dos presos. "Vamos juntos, na segunda-feira, 10, na parte da manhã, saindo da chapelaria do Senado." ● NATÁLIA SANTOS

Acusações formais

1.390

é o total de denunciados até agora pelos atos golpistas

William Waack
Amor ao improviso

Aos cem dias está faltando ainda um governo de frente ampla. O que Lula parece estar fazendo até aqui é contestar aspectos amplos do que encontrou ao assumir para o terceiro mandato.

O ponto de contestação mais recente é o do Marco Legal do Saneamento, que tem como pano de fundo o notório desconforto do presidente com qualquer tipo de privatização. Outros aspectos contestados (a lista não é exaustiva) têm a ver com educação, formação de preços no setor de energia, relações capital-trabalho e uso de estatais como moeda de troca nas relações políticas.

Outro ponto que merece destaque é a inserção do Brasil nas relações internacionais a partir do que Lula percebe como equidistância a ser mantida pelo "global south" frente aos grandes focos de poder mundiais – na prática, significa alinhar o Brasil à China e à Rússia.

Aqui não cabe entrar no mérito de cada uma dessas questões, que têm extraordinária abrangência. Mas, sim, perguntar se o presidente tem as forças políticas adequadas para atacar em tantas frentes ao mesmo tempo.

Aparentemente, não. A escolha de temas tão relevantes e, ao mesmo tempo, distantes entre si sugere que o presidente não estabeleceu uma lista de prioridades. Dedica-se ao que vem surgindo pela frente preso à narrativa de que é necessário desfazer o que encontrou.

Lula continua devendo uma lista de prioridades

Curioso nesse processo de "seleção" de objetivos (na verdade, na falta de) é o desapego ao que se poderia chamar de "avaliação" das próprias forças. Isto fica mais evidente quanto mais se aproxima o momento de testar as próprias capacidades – como a votação de MPs de interesse imediato do governo. O principal risco no momento está associado à dificuldade de Lula de dizer com qual time vai entrar em campo para disputar qual tipo de votação.

Não é por outro motivo que se tem mencionado a reforma tributária como teste decisivo. Ela demanda uma capacidade sobre-humana de coordenação e articulação políticas, num ambiente no qual já de saída é difícil subordinar os vários interesses antagônicos a posturas político-ideológicas claras.

Lula tem demonstrado grande apego à capacidade de improvisação. Mas pouquíssima dedicação à enfadonha tarefa de sistematizar assuntos, dissecá-los em suas partes constituintes e abordá-los com algum tipo de método. É o que ficou bastante transparente no envolvimento dele com o arcabouço fiscal, no qual seu único ponto de vivo interesse parece ter sido em torno da questão "vou continuar podendo gastar?"

Improviso na política não é, por definição, uma característica negativa. O problema para o governante é quando não existe nada, além de improviso. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Politização

Militares da ativa terão de se aposentar para disputar eleição

PEC obriga membros das Forças Armadas a se afastar no registro da candidatura e antes de tomar posse como ministro

VERA ROSA
BRASÍLIA

Quase três meses depois dos atos golpistas de 8 de janeiro, o governo tem pronta a minuta de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que proíbe militares da ativa de assumir cargos no Executivo e de disputar eleições. A proposta será apresentada por um congressista aliado de centro e contraria a estratégia levada a cabo por uma ala do PT, partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pede o fim das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

A minuta, obtida pelo **Estadão**, determina a transferência para a reserva, demissão ou licença *ex officio* do militar que registrar candidatura. Licença *ex officio* equivale a uma aposentadoria imediata (reforma, na linguagem da caserna), mesmo sem o tempo de serviço, com vencimento proporcional ao período trabalhado. Hoje, a Constituição permite que militares com mais de dez anos de serviço retornem às atividades se forem candidatos e perderem as eleições.

A proposta também cria uma regra de afastamento para quem ocupar cargo de ministro. O texto prevê mais um parágrafo no artigo 87 da Constituição, segundo o qual os titulares da Esplanada devem ser maiores de 21 anos e estar no exercício dos direitos políticos. O dispositivo incluído destaca que, "para tomar posse no cargo de ministro de Estado, o militar deve ser transferido para reserva".

Após a invasão do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal, Lula iniciou um processo que chamou de "despolitização" das Forças Armadas. Até o comandante do Exército foi trocado. Quando Lula assumiu o Planalto, havia 6.157 oficiais em cargos comissionados. Jair Bolsonaro foi o presidente que mais nomeou militares no primeiro escalão, mesmo na comparação com governos da ditadura.

Se tudo ocorrer como o roteiro previsto pelo Planalto, integrantes das Forças que quiserem disputar eleições serão obrigados a deixar a caserna. "Para ser elegível, no ato do registro da candidatura, o militar das Forças Armadas deve efetivar a transferência para a reserva ou a demissão ou licença *ex officio* caso não preencha os requisitos para a reserva", diz trecho da minuta que altera o artigo 14 da Constituição (parágrafo 8-A).

> **Ementa:** Altera os arts. 14, 42 e 87 da Constituição.
>
> **Resumo:** transfere para reserva, demite ou licencia *ex officio* o militar das Forças Armadas que registrar candidatura; mantém a regra de afastamento ou reserva para militares dos Estados, DF e Municípios no ato da diplomação; cria regra de afastamento para militar que ocupar cargo de Ministro de Estado.
>
> **§novo, art. 87.** Determina que para tomar posse no cargo de Ministro de Estado, o militar deve ser transferido para reserva, deixando de aplicar a regra de ocupação de cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, que transfere para a reserva após dois anos de afastamento.

Trecho da minuta que proíbe militares da ativa de disputar eleição

Padrinho
Um dos cotados para apadrinhar a PEC é o deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA)

O texto foi preparado pelo Ministério da Defesa, após consultas aos comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e encaminhado à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência. "Houve grande aceitação. Está tudo pacificado", disse ao **Estadão** o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro.

O presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Joseli Camelo, afirmou ser importante restringir a participação de militares na política. "Lugar de militar é no quartel", argumentou.

Os fardados não aceitam, porém, mudar o artigo 142 da Constituição, como querem deputados do PT. O artigo trata do papel das Forças Armadas, mas é distorcido por bolsonaristas como justificativa para a defesa de intervenção militar.

"Somos contra o fim da Garantia da Lei e da Ordem porque seria uma medida muito drástica", declarou o presidente do STM. "O que precisamos é investir em segurança. GLO não é para usar a torto e a direito e não está na Constituição que temos de manter os Poderes sob nossa tutela. As Forças Armadas não têm poder moderador."

ANTIGOLPE. Mesmo assim, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), vice-líder do governo, coleta assinaturas para uma PEC que muda o artigo 142 e retira o trecho sobre a GLO. Batizada de "PEC antigolpe" por petistas, a proposta tem apoio do deputado Alencar Santana (PT-SP) e do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Rui Falcão (PT-SP).

Para que uma PEC seja apresentada é necessário o aval de no mínimo 171 deputados ou 27 senadores. Até o momento, porém, o projeto não obteve as assinaturas necessárias.

Lula avisou à cúpula do PT que não quer outro confronto com militares. Nos bastidores, ministros dizem que a ideia é tirar a polêmica da GLO de cena e focar no texto feito sob medida para proibir militares da ativa de ocupar cargo no Executivo e disputar eleições.

Zarattini disse que a proposta para a qual coleta assinaturas não é do governo. Na sua avaliação, este é o melhor momento para resolver o problema do artigo 142. "Houve tentativa de golpe e a extrema direita está mais fraca."

O Planalto ainda não escolheu quem vai apresentar a nova PEC, provavelmente em maio, mas evita um nome do PT para que o texto não fique carimbado como sendo de esquerda, o que dificultaria sua tramitação. Um dos cotados para apadrinhar a PEC é o deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA). "Acho importante ter a separação entre Estado e governo. Se alguém do Exército quiser participar da política, é justo que se afaste", disse Alencar Filho. "Caso um militar erre, não depreciará o nome do Exército." ●

Questão agrária

Invasões de terra em 3 meses de Lula superam 1º ano de Bolsonaro

Ampliação das ações do MST contraria discurso de campanha de petista e reforça desconfiança do agronegócio no governo

JOSÉ MARIA TOMAZELA
SOROCABA

As invasões de terras nos primeiros três meses do governo Luiz Inácio Lula da Silva já superam o total de ações durante todo o primeiro ano do governo Jair Bolsonaro. Desde 1.º de janeiro, foram 16 invasões – sete do Movimento dos Sem Terra (MST) e nove da Frente Nacional de Lutas Campo e Cidade (FNL). Em 2019, foram 11, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

CPI
Frente Parlamentar Agropecuária reuniu assinaturas suficientes para comissão do MST

Há um clima de desconfiança do setor do agronegócio sobre a garantia de segurança jurídica no campo. As invasões neste início de governo contrariam o discurso do presidente na campanha. O petista chegou a dizer no ano passado que o MST não invadia propriedades produtivas.

Na segunda-feira, o MST invadiu uma fazenda de cana-de-açúcar, em Timbaúba, na Zona da Mata de Pernambuco, dando início ao chamado "Abril Vermelho", apontado com uma jornada de ações pelo País. Novas invasões estão previstas, inclusive em outros Estados, segundo o movimento, rompendo uma trégua dada ao governo no início de março, com a desocupação de três fazendas da empresa Suzano, no sul da Bahia.

O Engenho Cumbe, em Pernambuco, faz parte de um complexo de três engenhos de açúcar com área total de 800 hectares. O MST argumenta que as terras eram estaduais e foram griladas, estando atualmente improdutivas. A Polícia Militar confirmou a invasão e disse que um grande grupo de pessoas está acampado na área do engenho, que tem cultivo de cana-de-açúcar. "Foram visualizados automóveis e motocicletas e já havia sido erguida a bandeira do MST", afirma a corporação, em nota.

Conforme a PM, agentes se deslocaram até a sede da usina e orientaram um funcionário sobre as medidas para a reintegração de posse. "A Polícia Militar só poderá atuar no caso por ordem judicial", disse. O pedido de reintegração de posse, no entanto, ainda não havia sido protocolado na Justiça local. O MST afirmou que havia movimentação de produtores rurais na região, possivelmente para se opor à invasão, o que não foi confirmado pela Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (Faepe).

Na Assembleia Legislativa de Pernambuco, o deputado Coronel Alberto Feitosa (PL) cobrou uma posição do governo Raquel Lyra (PSDB). Segundo ele, na segunda-feira, a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco fez uma reunião com entidades do agronegócio e alertou a Secretaria de Defesa Social para o risco de conflitos. A pasta e o governo foram procurados pela reportagem, mas não comentaram.

De acordo com o Incra, as áreas invadidas fazem parte de um antigo complexo usineiro voltado para a produção de açúcar. Segundo o órgão, não é possível confirmar se são terras produtivas porque, nos últimos anos, houve a suspensão da obtenção de terras para a reforma agrária, o que paralisou o processo de vistoria em imóveis rurais. "O Incra acompanha a situação por meio da Câmara de Conciliação Agrária", afirmou.

RISCO. Em Itabela, no sul da Bahia, anteontem, a Polícia Militar interveio para evitar um confronto entre produtores rurais da região e integrantes do MST que invadiram no mês passado a Fazenda São Jorge. Os sem-terra tinham se comprometido a sair pacificamente da área, que já teve a reintegração de posse dada pela Justiça, mas recuaram ante a presença de um grupo de fazendeiros nas imediações. A PM suspendeu a reintegração. Em protesto, os produtores rurais usaram galhos para interditar a BR-101, só liberada com a chegada da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Foi na mesma região que, no início de março, o MST invadiu três fazendas da Suzano nos municípios de Caravelas, Teixeira de Freitas e Mucuri, na primeira onda de mobilização no governo Lula. Na época, em uma tentativa de evitar novas invasões, capazes de indispor a gestão petista com setores do agronegócio, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar assumiu a mediação dos sem-terra com a Suzano, mas não deteve o MST.

Na mesma ocasião, os sem-terra já haviam entrado na Fazenda Limoeiro, em Jacobina, também na Bahia. No fim de março, uma fazenda foi invadida pelo movimento em Hidrolândia, no interior de Goiás. A propriedade de 678 hectares, que pertenceu a um grupo condenado por exploração sexual de mulheres e adolescentes, hoje pertence à União.

Balanço
16
invasões foram registradas neste ano; em todo 2019, foram 11

'CPI DO MST'. Na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar da Agropecuária tenta emplacar uma proposta de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o MST. O documento, que já alcançou 172 assinaturas, número mínimo para que seja protocolado, pede que as invasões como as do Abril Vermelho sejam investigadas. Se instalada, a CPI também deve mirar os repasses de recursos de organizações não governamentais ao MST.

Tradicionalmente, o MST realiza sua jornada nacional em defesa da reforma agrária em abril, em memória dos 19 trabalhadores sem-terra mortos pela Polícia Militar em Eldorado dos Carajás, no sudeste do Pará, em 17 de abril de 1996. As mortes aconteceram durante tentativa de desocupação das margens da rodovia PA-150, onde mais de 3 mil famílias acampadas reivindicavam uma fazenda que o movimento considerava improdutiva. O episódio ficou conhecido como o "Massacre de Eldorado dos Carajás".

No ano passado, ainda no governo Bolsonaro, o Abril Vermelho do MST se resumiu a marchas e manifestações, com apenas quatro invasões de propriedades rurais. Durante a campanha anterior e em todo o seu mandato, o ex-presidente pregou o direito de reação armada às invasões do movimento. Em nota, o MST repudia o uso do termo invasão, afirmando que realiza ocupações de terras que não cumprem sua função social. "Não cumprir a função social significa dizer que a terra tem degradação do meio ambiente, tem trabalho escravo ou ela não produz. Esta terra, como manda a lei, deve ser desapropriada para fins de reforma agrária", diz o movimento. ●

PGR

Proposta que obriga presidente a acatar lista tríplice volta a tramitar

ISABELLA ALONSO PANHO

O senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) apresentou um requerimento para desarquivar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 25/2020, que obriga o presidente da República a acatar a lista tríplice do Ministério Público para a escolha do procurador-geral da República. O pedido abrange ainda uma outra PEC e cinco projetos de lei ligados ao combate à corrupção. Ex-juiz da Lava Jato, Moro conseguiu 27 assinaturas para que as propostas voltem a tramitar.

O tema é sensível para o Planalto, pois, em setembro, termina o mandato de Augusto Aras. Há pouco mais de um mês, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que não pretende seguir a listra tríplice que será apresentada pela Associação Nacional dos Procuradores da República. A declaração causou insatisfação na categoria. Uma das prerrogativas do cargo é a investigação do presidente da República.

A regra para escolha do chefe do Ministério Público Federal está no artigo 128 da Constituição, alvo da PEC que Moro tenta desarquivar. Hoje, o presidente da República pode escolher qualquer membro da carreira do Ministério Público com mais de 35 anos para um mandato de dois anos, permitida a recondução. O nome deve passar pelo crivo do Senado.

MUDANÇA. A PEC 25/2020, apresentada pelo ex-senador Lasier Martins (Podemos-RS), acrescenta ao texto constitucional que a nomeação feita pelo presidente deve, obrigatoriamente, ser feita "a partir de lista tríplice encaminhada pelas carreiras" do Ministério Público da União e dos Estados. O texto fala em "assegurar a autonomia, a legitimidade e a transparência na escolha do PGR" e diz que "não é saudável à instituição e à democracia que pairem quaisquer dúvidas sobre a isenção daqueles que ocupem o honroso cargo".

Ministério Público
Declaração recente de Lula de que lista tríplice não é mais critério desagradou à categoria

Até o segundo governo Dilma Rousseff (PT), as indicações da lista tríplice foram respeitadas. Em 2017, Michel Temer (MDB) escolheu a segunda colocada, Raquel Dodge. Fora da lista, Aras foi escolhido por Jair Bolsonaro (PL). ●

● A Guerra de Putin

Espião russo tinha esconderijo para equipamentos e mensagens em SP

No celular de Serguei Cherkasov, que se passou por estudante brasileiro nos EUA, foram encontrados mapas do local, em Cotia; material apreendido foi entregue ao FBI

VINÍCIUS VALFRÉ
BRASÍLIA

Serguei Cherkasov, o espião russo preso após tentar entrar na Holanda com identidade brasileira falsa, usava esconderijos para deixar dispositivos eletrônicos e mensagens que poderiam ser recuperados por outros integrantes de sua organização. Um dos pontos para ocultação de equipamentos era uma ruína localizada dentro de uma mata às margens da Rodovia Raposo Tavares, em Cotia, região metropolitana de São Paulo.

O espião vivia em São Paulo, usava o nome falso de Victor Muller Ferreira e se passava por brasileiro. Ele usou essa identidade para ir estudar na Universidade Johns Hopkins, nos EUA, onde tentou conseguir estágios em agências governamentais e internacionais. Ao obter um estágio no Tribunal Internacional, em Haia, foi descoberto por autoridades americanas e holandesas e deportado para o Brasil.

MAPA. O esconderijo foi descoberto porque no celular de Cherkasov havia rascunhos de mensagens acompanhadas de um mapa com fotos do local exato onde objetos poderiam ser encontrados, em uma falha na junção de duas paredes da construção abandonada.

Com a descoberta do esconderijo de Cotia, policiais federais foram ao local e encontraram "equipamentos eletrônicos" no local indicado. O material foi entregue ao FBI. A dispensa de equipamentos de comunicação em locais remotos onde contatos podem recuperá-los é uma prática relativamente comum no mundo da espionagem, segundo relatórios de contrainteligência.

Às vésperas do embarque para a Holanda, Cherkasov esteve no esconderijo de Cotia. Ele fez uma viagem com carro de aplicativo até o local às 17h55 do dia 19 de março de 2022, menos de duas semanas antes de tentar deixar o Brasil.

O espião foi preso no aeroporto de Guarulhos no dia 3 de abril de 2022 após ser barrado na Holanda e deportado. Ele se preparava para um estágio no Tribunal de Haia, onde teria interesse em acessar informações sobre investigações relacionadas a crimes de guerra praticados pela Rússia no conflito com a Ucrânia.

O russo viveu como estudante brasileiro nos EUA e na Irlanda. Como mostrou o **Estadão**, um inquérito aberto na Polícia Federal de São Paulo mapeia "atos de espionagem" de Cherkasov também no Brasil. Há suspeitas de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

O espião foi condenado a 15 anos de prisão pela Justiça Federal de São Paulo pelo uso de documentação falsa. Desde dezembro ele está em um presídio federal de Brasília.

O governo da Rússia pediu a extradição de Cherkasov, alegando que se trata de um membro de uma organização de traficantes de heroína que fugiu para não cumprir a pena. Os crimes dele teriam sido cometidos entre 2011 e 2013. Os registros da imigração brasileira, porém, apontam que a primeira viagem dele ao Brasil ocorreu em 2010. Em 2011, entrou no País pela segunda vez.

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), concordou com o pedido de extradição, mas frisou que só poderá ser atendido depois que a investigação da PF em São Paulo chegar ao fim.

Em uma audiência virtual no fim do ano passado, Cherkasov admitiu a identidade falsa e manifestou interesse em ser deportado o mais rápido possível. "Gostaria de permanecer em silêncio. Eu só gostaria de reiterar que quero ser extraditado para a Rússia. Concordo com as acusações que a Rússia fez e pretendo responder aos fatos dos meus crimes (...) o mais rápido possível", disse.

FBI

Ruínas em Cotia onde Cherkasov escondia dispositivos eletrônicos

Extradição
Cherkasov admitiu identidade falsa e disse que quer ser extraditado o mais rápido possível

O passaporte original diz que Cherkasov nasceu em 11 de setembro de 1985. Os documentos falsos que obteve no Brasil têm 4 de abril de 1989 como data de nascimento. Como nome da mãe, ele usou a identidade de uma mulher que morreu em março de 2010 e não teve filhos.

Para as falsificações, o espião contou com a ajuda de uma mulher ligada a um cartório. Em agradecimento aos serviços chegou a presenteá-la com um colar Swarovski que custou cerca de US$ 400. Em uma mensagem recuperada por investigadores, Cherkasov disse que ela poderia ajudar com documentos falsos de outros espiões russos.

Além de eventuais ações de espionagem no Brasil, a polícia brasileira apura a existência de uma rede de apoio e de outros espiões russos em funcionamento no território nacional.

OUTROS ESPIÕES. Nos últimos meses, outros dois casos de espiões russos com identidades brasileiras falsas vieram à tona. Em outubro, o serviço de inteligência da Noruega deteve Mikhail Valeryevich Mikushin. Ele se apresentava como o pesquisador José Assis Giammaria, na Universidade de Tromso. E Gerhard Daniel Campos Wittich era o nome falso de um outro russo que morou no Rio por cinco anos e se dizia brasileiro com ascendência austríaca. Ele foi descoberto pela inteligência da Grécia, pois a mulher dele, também espiã, estaria atuando em Atenas. ●

Em Pequim, Macron diz que China pode ter importante papel pela paz

PEQUIM

O presidente francês, Emmanuel Macron, disse ontem, ao chegar a Pequim para uma visita de três dias, que o gigante asiático pode desempenhar "um grande papel" em encontrar "um caminho para a paz" na Ucrânia. "A China propôs justamente um plano de paz (...). Trata-se da vontade de ter responsabilidade e tentar construir um caminho para a paz", disse.

A invasão russa da Ucrânia, que nunca foi formalmente condenada por Pequim, liderará a lista de questões que Macron quer abordar hoje em seu encontro com o presidente chinês, Xi Jinping.

"Esta guerra, que repetidamente descrevi como imperialista, colonial, de fato pisoteou muitos dos princípios da Carta da ONU, que nós, como dois membros do Conselho de Segurança, devemos defender resolutamente", disse, referindo-se à França e à China. "Acho que defendê-los é também caminhar juntos e tentar encontrar um caminho para a paz."

"Precisamente por sua estreita relação com a Rússia, reafirmada nos últimos dias, a China pode desempenhar um grande papel" no conflito na Ucrânia, afirmou, referindo-se à recente visita de Xi a Moscou. O diálogo com as autoridades de Pequim é "indispensável", disse Macron, e não hesitou em afirmar que quem apoiar o "agressor" passará a ser um "cúmplice de uma violação do direito internacional".

RELAÇÕES. O chefe de Estado francês, que não ia à China desde 2019 em razão da pandemia, quis se distanciar da abordagem diplomática de confronto dos EUA nos últimos anos em relação ao seu rival asiático. "Ouvimos cada vez mais vozes expressando forte preocupação com o futuro das relações entre o Ocidente e a China. De certo modo, elas chegam à conclusão de que há uma espiral irresistível de tensões crescentes", disse. "Não quero acreditar nesse cenário", frisou.

Para mostrar a unidade da Europa em favor de um "compromisso" com a China, Macron pediu à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que se juntasse a ele na reunião de hoje com Xi.

Macron, que chegou acompanhado de uma representação de mais de 50 empresários franceses, de companhias como Airbus, EDF e Veolia, afirmou que a França e a União Europeia não devem "se separar" economicamente da China, mas manter um "caminho realista e ambicioso".

Antes de partir para Pequim, Macron conversou por telefone com o presidente americano, Joe Biden, e citou a "vontade comum de envolver a China para acelerar o fim da guerra na Ucrânia". ● AFP

Israel

Polícia prende 350 palestinos após confronto na Mesquita de Al-Aqsa

Pelo menos 39 pessoas ficaram feridas; o Hamas respondeu com disparos de foguetes e, o governo israelense, com ataques a Gaza

JERUSALÉM

A polícia de Israel prendeu mais de 350 pessoas na madrugada de ontem em Jerusalém durante confrontos violentos no complexo da Mesquita de Al-Aqsa, que deixaram 37 palestinos e 2 policiais israelenses feridos. Em resposta, o movimento Hamas disparou foguetes da Faixa de Gaza em direção a Israel. Na sequência, a Força Aérea israelense realizou ataques pontuais contra o enclave palestino.

Segundo o governo de Israel, jovens palestinos entraram com fogos de artifício, pedaços de pau e pedras na mesquita, o que motivou a ação da polícia. Os confrontos coincidem com as celebrações do Ramadã muçulmano e da Páscoa judaica, em um clima de grande tensão entre israelenses e palestinos desde o início do ano.

Ataques israelenses ao complexo da mesquita em maio de 2021 levaram a uma guerra de 11 dias entre Israel e o Hamas. Mas as tensões de ontem não parecem ir na direção de um confronto similar. Os disparos de foguetes e ataques aéreos foram logo contidos e os líderes de ambos os lados indicaram que não buscam uma escalada militar.

O ministro israelense da Segurança Interna, o ultradireitista Itamar Ben-Gvir, acusou os palestinos que foram retirados da mesquita de tentar ferir e matar policiais e cidadãos israelenses.

O conflito palestino-israelense ficou ainda mais tenso nos últimos meses, após a posse, em dezembro, de um dos governos mais à direita da história de Israel. A violência provocou quase 110 mortes desde janeiro e foi retomada no fim de semana passado, após uma calma relativa observada desde o início do Ramadã, em 23 de março.

AHMAD GHARABLI/AFP

Polícia israelense remove mulher do entorno da Mesquita de Al-Aqsa; palestinos reclamam de brutalidade

PREOCUPAÇÃO. Os EUA disseram ontem que estão "extremamente preocupados" com os confrontos na Mesquita de Al-Aqsa e pediram a ambos os lados que se contenham para evitar uma nova crise.

A polícia israelense divulgou um vídeo que mostra explosões do que pareciam ser fogos de artifício dentro do complexo da mesquita e o que parecem ser pessoas atirando pedras. Em outro vídeo da polícia, agentes da tropa de choque avançam em direção à mesquita e usam escudos como proteção contra os disparos de foguetes. As imagens mostram uma porta cercada por barricadas, fogos de artifício em um tapete e a polícia retirando pelo menos cinco pessoas algemadas.

"Os líderes ficaram entrincheirados dentro da mesquita durante várias horas (após a última oração vespertina) para perturbar a ordem pública e profanar a mesquita, enquanto gritavam frases que incitavam o ódio e a violência", disse a polícia de Israel, em nota. "A polícia foi obrigada (a intervir) para desalojá-los e permitir que ocorressem (as primeiras orações do amanhecer) e evitar distúrbios violentos."

LOCAL SAGRADO. O templo fica na Esplanada das Mesquitas, o terceiro local mais sagrado do Islã, em Jerusalém Oriental, o setor palestino da Cidade Sagrada ocupado por Israel. A Esplanada está construída sobre o que os judeus chamam de Monte do Templo, o local mais sagrado do judaísmo.

Reação

EUA dizem que estão preocupados com confrontos em Jerusalém e pedem contenção

O ministro palestino de Assuntos Civis, Hussein Al Sheikh, afirmou que o nível de brutalidade (da polícia israelense) exige uma ação urgente palestina, árabe e internacional.

A Jordânia, que é guardiã dos locais sagrados muçulmanos e cristãos em Jerusalém Oriental, embora Israel controle o acesso e as visitas a esses locais, condenou o ataque à mesquita e pediu às forças israelenses que se retirem imediatamente. A Arábia Saudita afirmou que rejeita categoricamente as ações que violem os princípios e normas internacionais de respeito aos locais sagrados. A Jordânia, em coordenação com a Autoridade Palestina, convocou uma reunião extraordinária da Liga Árabe. ● AFP

EUA

Trump enfrentará em breve caso da Geórgia

WASHINGTON

Muitos especialistas jurídicos acreditam que o caso sobre as tentativas de influenciar o resultado das eleições de 2020 na Geórgia é mais perigoso para o ex-presidente Donald Trump do que o processo aberto em Nova York pela acusação de suborno a uma atriz pornô.

Nas próximas semanas, a promotora distrital do Condado de Fulton, Fani T. Willis, anunciará se apresentará acusações relacionadas aos esforços de Trump e seus aliados para derrubar o resultados das eleições no Estado. Em um telefonema, cuja gravação foi tornada pública, Trump pediu a Brad Raffensperger, alto funcionário local, que "encontrasse" quase 12 mil votos a seu favor.

Willis nomeou um júri para determinar se há provas suficientes para indiciar o ex-presidente. Pessoas próximas a Trump, como seu ex-advogado pessoal Rudy Giuliani, testemunharam. Esse júri recomendou o indiciamento de várias pessoas, sem revelar se o ex-presidente está entre elas.

"Acho que (Willis) provavelmente vê (a acusação) da maneira que muitas outras pessoas veem, que o caso dela é mais importante do que o de Nova York. Tem mais significado social e é importante para a preservação da democracia de uma forma que o processo de Nova York não", disse Anthony Michael Kreis, professor de direito da Georgia State University. ● WP

NOTAS E INFORMAÇÕES

Mais um revés para Putin

Entrada da Finlândia na Otan, revertendo décadas de neutralidade, expõe mais o desvario do déspota russo

Cuidado com o que se deseja. Com sua guerra, Vladimir Putin desejava mudar o mundo. E mudou. Mas não como queria. Ao contrário. Ele queria eliminar a Ucrânia como nação – mas galvanizou o nacionalismo dos ucranianos e seus anseios por uma democracia alinhada ao Ocidente. Ele queria expor a fraqueza do Ocidente e acirrar suas divisões – mas o uniu na concertação sem precedentes das sanções e do apoio à Ucrânia. Ele queria reviver as glórias imperiais e reposicionar a Rússia como superpotência – mas provocou um êxodo dos cidadãos mais educados e está atemorizando a população sob seu despotismo militar, arruinando suas perspectivas econômicas e rebaixando o país à condição de vassalo da China. Ele queria afastar a Otan e consolidar sua narrativa de que ela coage nações a integrar sua expansão – mas forçou países a bater em sua porta.

Na terça-feira, as fronteiras entre a Otan e a Rússia dobraram com a adesão da Finlândia. Semanas antes da invasão da Ucrânia, a premiê finlandesa dizia que a adesão era “muito improvável”; semanas depois, convocava o Parlamento a autorizar o pedido, revertendo décadas de neutralidade – no caso da Suécia, à beira de ingressar, são séculos. Ambos trarão forças formidáveis para a Otan – a Finlândia, em especial, tem a maior artilharia da Europa – e facilitarão a defesa dos Estados Bálticos.

Putin dirá que se trata de mais uma provocação da Otan. No caso da adesão de ex-satélites eslavos da URSS – com seu histórico de imbróglios étnicos e fronteiriços com a Rússia –, até havia uma plausibilidade superficial nesse argumento. Mas, contrariamente ao que ela alega, não havia um acordo impedindo a adesão desses países, e, como notou a propósito o ex-premiê da Suécia Carl Bildt, “não foi tanto a Otan que se empenhou em ir ao Leste, foram diferentes nações que se empenharam em ir ao Ocidente”. Já os dois países nórdicos tinham um histórico de não alinhamento que poderia se perpetuar. Se a opinião pública mudou tão rápido, não foi por hostilidade aos russos – culturalmente as relações seguem amistosas –, mas por temor de seu líder. Como resumiu o presidente finlandês em mensagem a Putin: “Você causou isso. Olhe-se no espelho”.

Mas, se Putin obteve o inverso do que queria, ainda pode virar o jogo. A guerra está longe de acabar e ele deve intensificar suas táticas híbridas de confronto com o Ocidente via desinformação, interferências em eleições, corrupção, crime organizado, assassinatos extraterritoriais, disrupção das cadeias de suprimento e sabotagens cibernéticas. Os Estados democráticos precisarão compartilhar ainda mais tecnologia e inteligência do que na guerra fria. Os europeus, em especial, precisam convencer suas populações, acostumadas a décadas de “dividendos da paz”, a investir em capacidades bélicas e a suportar sacrifícios para apoiar a Ucrânia. Sua derrota convidaria novas agressões e seria um dínamo para a propaganda do eixo autocrático liderado por Rússia e China do “declínio do Ocidente”. Pelo momento, contudo, o ingresso da Finlândia na Otan reduziu esse risco.●

EUA

Presidente da Câmara recebe presidente taiwanesa

O presidente da Câmara de Deputados dos EUA, o republicano Kevin McCarthy, recebeu ontem a presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, no Estado da Califórnia para uma reunião que causa grande mal-estar junto à China. O governo disse que não foi uma visita oficial, mas ela passou por Los Angeles durante escala de sua viagem a Guatemala e Belize.●

ETIENNE LAURENT/EFE

Itália

Berlusconi vai para UTI por problema cardíaco

O ex-premiê italiano Silvio Berlusconi, de 86 anos, foi internado ontem em razão de um problema cardíaco. Ele passaria a noite em um hospital em Milão. O chanceler Antonio Tajani, um dos principais líderes do Forza Italia, partido do ex-premiê, disse que Berlusconi estava na unidade de terapia intensiva por uma infecção que não foi resolvida.●

Ataques em escolas

Atentado em creche mata 4 crianças; desde 2002, são 41 mortes em escolas

Homem com machadinha pulou muro de escola em SC e atacou alunos de 4 a 7 anos. Foram ao menos 18 ações em 21 anos; nas décadas anteriores, não houve registro desse tipo

Quatro filhos únicos morreram ontem em mais uma tragédia em uma escola do País, no caso em uma creche de Blumenau, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Por volta das 9 horas, um homem de 25 anos, com uma machadinha, pulou o muro do Cantinho Bom Pastor, de cerca de dois metros de altura, e passou a atacar as crianças de 4 a 7 anos, na maioria dos casos com golpes na cabeça.

Já é de 41 o número de alunos e professores mortos em atentados a escolas de 2002 a 2023. Ao menos 18 registros desse tipo foram relatados no período, totalizando mais de 70 feridos.

Morreram ontem Bernardo Cunha Machado, de 5 anos; Bernardo Pabest da Cunha, de 4; Larissa Maia Toldo, de 7; e Enzo Marchesin, de 4 anos. Quatro crianças – duas meninas de 5 anos e dois meninos de 5 e 3 anos – foram levadas para o Hospital Santo Antônio, passaram por cirurgia e têm quadro estável, devendo receber alta hoje. Uma quinta criança com ferimentos leves foi socorrida no Hospital Santa Isabel.

A AÇÃO. Havia 40 crianças na creche quando o ataque teve início. "O autor pulou o muro com uma arma branca, do tipo machadinha, e desferiu golpes especialmente na região da cabeça, o que levou ao óbito dessas crianças", descreveu o tenente-coronel Diogo de Souza Clarindo, comandante do Batalhão de Bombeiros Militar. Uma professora que preferiu não se identificar contou que as crianças brincavam em um parque, que fica próximo do muro da creche, no momento do ataque.

O homem fugiu do local e se entregou no 10.º Batalhão da Polícia Militar, onde foi preso. "Ele já tinha passagens pela polícia. Não sabemos se com condenações transitadas em julgado", disse o comandante da Polícia Militar, Márcio Alberto Filippi. "Ele teria praticado as ações em crianças a princípio ali aleatoriamente (*sem um alvo específico*). Quando percebeu que as professoras começaram a defender as crianças, chamar as crianças para dentro, teria pulado o muro novamente e embarcado na moto e se apresentou na guarda do quartel."

Prisão
Homem fugiu do local e se entregou na sede do 10º Batalhão da Polícia Militar na cidade

"Estamos desolados com a tragédia ocorrida no dia de hoje no nosso ambiente escolar, sofrendo terrivelmente e sentindo as dores que afetam cada criança, familiar, amigo", disse a Cantinho Bom Pastor, em nota. "Ainda estamos tentando entender o ocorrido, que atinge o que nos é mais sagrado: a integridade de nossas crianças, que sempre foram aqui recebidas com amor e carinho."

SÁVIO JAMES/EFE

Quarenta crianças estavam na creche no momento do ataque

AVANÇO DE CASOS. Como o **Estadão** mostrou após a morte no dia 27 do mês passado de uma professora de 71 anos atacada por um estudante de 13 na Vila Sônia, em São Paulo, o governo de transição federal fez um levantamento em dezembro sobre ataques em escolas. Não foram identificados casos ocorridos antes de 2002, quando um estudante de 17 anos disparou dentro de uma sala de aula em Salvador.

O levantamento indica que, até 2022, ocorreram 16 ataques a escola no Brasil, com 35 mortos e 72 feridos.

Somente no segundo semestre do ano passado foram registrados quatro casos. Nos Estados Unidos, onde o número de casos é o maior do mundo nesse período, foram 554 vítimas ao todo, 185 mortos e 369 feridos em ataques violentos a escolas.

Segundo o psiquiatra Daniel Martins de Barros, colunista do **Estadão**, embora qualquer ataque do tipo deva considerar o perfil e os atos individuais do agressor, o meio violento em que ele está inserido pode contribuir para uma maior frequência de tragédias como as duas mais recentes. "Sempre tem um comportamento individual, o sujeito com a sua história, predisposições, desenvolvimento, perfil psicológico e personalidade, mas estamos inseridos em um meio social que influencia a forma de nos comportarmos", diz Barros, também professor da Universidade de São Paulo (USP).

O cenário social pode funcionar como gatilho para pessoas que já tenham, por questões individuais, maior predisposição a cometer atos violentos. "Tem indivíduos que estão mais suscetíveis e serão mais violentos. Outros estarão mais protegidos. Mas, quanto mais violenta a sociedade, mais indivíduos violentos. Há a inter-relação entre o individual, o cultural e o social", afirma ele.

HOSTILIDADE. Ele diz que, embora nos casos mais recentes não seja ainda possível estabelecer as motivações ou gatilhos dos ataques, a crescente intolerância observada nos últimos anos no Brasil e no mundo ajuda a explicar o aumento de episódios do tipo. "A sociedade está mais intolerante no Brasil e no mundo, o mundo está mais polarizado, e no Brasil não é diferente", diz. "E a polarização e a intolerância são ingredientes de uma cultura beligerante, de hostilidade, extermínio do inimigo. Isso tudo alimenta uma sociedade mais violenta", afirma o psiquiatra. ● VANESSA ESKELSEN, PRISCILA MENGUE E FABIANA CAMBRICOLI

Polícia vê 'caso isolado', sem coordenação online

A Polícia de Santa Catarina afirmou ontem que o ataque foi um "caso isolado". O delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina, Ulisses Gabriel, disse que não há indícios de que o ato foi coordenado por outros indivíduos por meio de redes sociais, jogos ou outras plataformas virtuais.

A Polícia Militar defendeu maior atuação da corporação nas escolas. Uma das sugestões é de que os policiais realizem atividades do Proerd no início dos turnos e permaneçam nas instituições após as atividades. Também é discutida a viabilidade de reforço na segurança com profissionais aposentados.

As aulas serão retomadas normalmente em Blumenau na segunda-feira. Segundo a prefeitura, as circunstâncias do retorno serão discutidas em reunião com todos os diretores de escolas públicas e privadas na manhã desta quinta-feira. O retorno na creche atacada ainda será avaliado. ●

Ataques em escolas

‘Só sobrou a mochila do meu filho’, diz pai de uma das vítimas

Assim que a notícia se espalhou nas redes sociais, famílias correram para o local desesperadas; boatos ampliaram angústia

ITALO LO RE
ENVIADO ESPECIAL
VANESSA ESKELSEN
MARCO AURÉLIO JUNIOR
ESPECIAIS PARA O ESTADÃO
BLUMENAU

Os pais de Bernardo Pabest da Cunha, de apenas 4 anos, já chegaram à Creche Cantinho do Bom Pastor chorando muito. Na saída, o pai, que não falou o nome, carregava no colo apenas uma mochila azul com estampas de caminhões e bolas de futebol.

“Só sobrou a mochila do meu filho”, afirmou ele a um homem na frente da escola. Na sequência, foi abraçado e consolado por pessoas que estavam no local. Em seguida, seguiu para o Instituto Médico-Legal (IML), para onde os corpos foram levados.

“Esses ataques acontecem hoje, acontecem amanhã. Quantos outros anjos a gente vai perder?”, questionou a empresária Janaína Tavares, de 46 anos, cujo irmão é padrinho de Bernardo. A mãe do garoto, de acordo com ela, já havia trabalhado na creche.

Outra criança, de mesmo nome, também morreu como vítima da tragédia: Bernardo Cunha Machado, de 5 anos. “Agradeço a Deus por todos os momentos que vivi com o meu filho. A partir de hoje, a memória dele vai ser honrada no meu coração”, afirmou Bruno Bride, pai do garoto.

A imagem do massacre na creche contrastou com o clima de alegria que havia no local poucas horas antes. Bride lembrou que o filho e uma outra criança foram para a escola ontem dando pulos, “imitando um coelhinho”. “Peço que Deus conforte meu coração para lidar com essa situação. Eu vou honrar a memória do meu filho todos os dias. Que Deus conforte o coração de todas as famílias”, afirmou.

Ação rápida
Mesmo vizinhos não perceberam a entrada do agressor; vigília reúne vizinhança da creche

DENNER OVIDIO/REUTERS

Bride lembrou alegria do filho indo à escola na véspera da Páscoa

DESESPERO E ALÍVIO. Assim que a notícia se espalhou nas redes sociais, pais correram para o local desesperados. A rua, interditada pela polícia, se encheu de parentes e curiosos.

A assistente de contas Ana Cláudia Steinert, de 38 anos, trabalhava na hora do ataque. “Todo mundo começou a me ligar quando ficaram sabendo: família, amigos, tudo”, conta.

Preocupada sem saber ao certo onde o atentado tinha ocorrido, ela disse ter ligado para o marido ir buscar a filha na escola às pressas. “Mas ele passou só mal de imaginar a situação. Não conseguiu ir.”

Eles só se tranquilizaram ao descobrir que o alvo do ataque havia sido uma creche próxima, mas não onde estuda a filha, de 5 anos. À noite, Ana fez questão de mostrar solidariedade aos pais enlutados ao participar da vigília em frente ao local do massacre, onde famílias levaram velas, flores e fizeram orações em coro.

Já na Creche Cantinho do Bom Pastor, foi tudo tão rápido que mesmo vizinhos não perceberam a entrada do agressor. Na gráfica que fica do outro lado da rua, os funcionários não viram o criminoso chegar ou fugir de moto. Só foram saber quando ouviram as reações. “A gente escutou a gritaria da dona da creche”, afirmou Igor Augusto, auxiliar acabamentista da gráfica.

MEDO E BOATARIA. Colégios de ensino básico e universidades suspenderam as aulas. Antes do clima de consternação pelas perdas precoces, Blumenau viveu ainda um dia de boatos após a agressão.

Nas redes sociais e nas ruas, falava-se das ameaças de novos atentados e de uma coordenação orquestrada de forma online de ataques em vários escolas – o que foi desmentido pela polícia. A cidade decretou luto de 30 dias ●

‘Estadão’ não publicará nome ou informações sobre autor do ataque

O Estadão decidiu não publicar foto, vídeo, nome ou outras informações sobre o autor do ataque, embora ele seja maior de idade. Essa decisão segue recomendações de estudiosos em comunicação e violência e o próprio pedido de organizações como o Ministério Público de Santa Catarina (*Mais informações na página A17*).

Pesquisas mostram que essa exposição pode levar a um efeito de contágio, de valorização e de estímulo do ato de violência em indivíduos e comunidades de ódio, o que resulta em novos casos. A visibilidade dos agressores é considerada como um “troféu” dentro dessas redes.

Pelo mesmo motivo, também não foram divulgados vídeos do ataque em uma escola estadual na Vila Sônia, zona oeste de São Paulo, no último dia 27 de março. ●

Ao ver ataque, professora se tranca com bebês no banheiro

Havia 40 crianças na creche. Uma delas é a filha de 4 anos do vidraceiro Henrique Araújo, de 31. A menina não se feriu, mas estava no pátio onde as crianças que brincavam foram atingidas. “Ela relatou que viu o moço de capacete rosa pular o muro com um martelo e uma faca na mão e chamou a professora”, disse. O “martelo” a que a criança se referia foi a machadinha usada pelo agressor para golpear os alunos.

Segundo o pai, que chorava muito, a menina contou ter visto o homem bater com a arma na cabeça de um coleguinha, que morreu. “Ela só chora em casa. Para essas crianças voltarem para a escola vai ser complicado”, afirmou.

REAÇÃO. A reação dos professores, segundo a própria polícia, impediu uma tragédia maior. Funcionária há quatro anos do berçário da creche Cantinho Bom Pastor, a professora Simone Aparecida Camargo se trancou com os bebês no banheiro quando percebeu a invasão ao local. Durante a violência, ela trocava mensagens com o marido, o motorista André Nazário, por volta das 9 horas, quando houve o ataque.

“Falei com ela para manter a calma, se abaixar e ela se trancou com as crianças”, disse ele. “Depois gravou um áudio chorando, falando que as crianças foram atacadas no pátio”, afirmou. Ainda segundo ele, no momento do massacre Simone se preparava para levar as crianças ao parque. Nesses passeios, ela costumava publicar fotografias dos alunos brincando nas redes sociais.

REFERÊNCIA. A creche alvo do ataque tem histórico de avaliações positivas, segundo o Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina. Aberta em 2009, a Bom Pastor tinha 64 alunos matriculados para educação infantil e pré-escola, com idades entre 3 e 6 anos.

ATAQUE

Creche fica localizada em Blumenau

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Além de alfabetização e educação básica, o estabelecimento de ensino particular oferece reforço escolar, inglês, informática, aulas de balé, musicalização e atividades recreativas e de iniciação esportiva. As aulas são dadas nos períodos da manhã e da tarde. Conforme o cadastro do Ministério da Educação (MEC), tanto na creche como na educação infantil, são duas turmas para cada modalidade com até 15 alunos por turma para creche e até 17 por turma para educação infantil.

Já as atividades complementares – esporte, lazer, cultura, artes e educação patrimonial, entre outras oferecidas pela unidade – admitem até 6 turmas com 24 alunos por turma. O quadro de docentes conta com 16 profissionais, incluindo professores, nutricionistas e psicopedagogos.

Também conforme o cadastro no MEC, as instalações compreendem cinco salas de aulas, sala de diretoria, laboratório de informática, cozinha, refeitório, sala de leitura, parque infantil, pátio coberto, pátio descoberto e área verde, além de banheiros adequados à educação infantil e a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

A escola fica na Rua dos Caçadores, no bairro Velha, perto do centro de Blumenau. Criado em 1956, o bairro ficou conhecido por esse nome por se situar à margem do Rio da Velha. ● VANESSA ESKELSEN E JOSÉ MARIA TOMAZELA

Saiba mais

Por que estão aumentando as mortes nas escolas e o que ainda pode ser feito

FABIANA CAMBRICOLI

Embora cada ataque trágico ocorrido em uma escola tenha por trás uma história e perfil específicos do agressor, especialistas são unânimes em dizer que fatores sociais e culturais existentes atualmente na sociedade brasileira podem estar relacionados ao aumento de ocorrências do tipo no País. O ***Estadão*** ouviu cinco estudiosos para entender que tipos de fenômenos e tendências podem funcionar como gatilhos ou potencializadores de atos violentos como os registrados em Blumenau e de que forma a sociedade deve se organizar para reduzir esses fatores de risco e diminuir o risco de novas tragédias.

TABA BENEDICTO / ESTADÃO

Vigília na frente da escola que sofreu o ataque desta quarta-feira; para especialistas, 'cultura da violência passou a ser glamourizada'

1. Avanço da intolerância e valorização da 'cultura da violência'

O cenário social e político brasileiro, com crescente intolerância e polarização, funciona como um incentivador para atos violentos de todos os tipos, em especial para pessoas com algum histórico ou predisposição a esse tipo de conduta, segundo especialistas. Esses reconhecem que, embora o País tenha historicamente altos índices de violência e ataques contra minorias, os últimos anos foram marcados por um movimento crescente, visto principalmente na política, de polarização, intolerância e extremismo.

"Estamos em um País que tem os maiores índices de violência no trânsito, contra mulheres, contra minorias, contra pessoas trans. Somos uma sociedade violenta e ela está mais intolerante e polarizada. A polarização e a intolerância são ingredientes de uma cultura beligerante, de hostilidade, de extermínio do inimigo. Isso tudo alimenta mais violência", afirma o psiquiatra Daniel Martins de Barros, colunista do **Estadão**.

Para Thiago Fernando da Silva, psiquiatra forense do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (IPq-HC) da USP, o cenário se agravou nos últimos anos porque a "cultura da violência passou a ser glamourizada", com mais discursos de intolerância, menos espaço para resolução de conflitos de forma amistosa e incentivo a políticas públicas de maior acesso a armas. "Essa era uma cultura que associávamos aos Estados Unidos, mas passou a estar presente também no Brasil de maneira intensa. Isso cria um impacto muito grande em indivíduos vulneráveis que, por diversos motivos, têm um funcionamento mental mais frágil na questão da influência", diz.

2. Crescimento e radicalização de grupos de ódio na internet

Na esteira do avanço da intolerância e da polarização e com a ampliação do acesso a ferramentas tecnológicas, até mesmo por parte de crianças e adolescentes, cresceram também grupos extremistas que se articulam sobretudo pelas redes sociais e ganham potência e escala graças a esse alcance dado pela internet. "Temos há algum tempo o extremismo e o discurso de ódio, com a desumanização de outros grupos sociais e discursos supremacistas. Só que isso chegou ao debate público, o extremismo veio para o mainstream porque houve uma normalização dos discursos nocivos. Isso vai levando mais pessoas para o extremo", diz Michele Prado, pesquisadora do grupo Monitor do Debate Político no Meio Digital da Universidade de São Paulo (USP).

Ela lembra que, com o isolamento imposto pelos dois anos mais intensos da pandemia da covid-19, as pessoas, em especial crianças e adolescentes, se voltaram mais para as interações sociais virtuais e ficaram mais expostas a esses conteúdos extremistas. "Temos crianças a partir de 10 anos recebendo isso em grupos do TikTok, Twitter, Discord", diz.

As narrativas são especialmente perigosas para os mais jovens porque eles ainda não completaram seu desenvolvimento psíquico e emocional e são mais suscetíveis à influência de pares. "Nessas comunidades de ódio, essas ideias têm eco, esses participantes se influenciam reciprocamente", diz Silva, do IPq-HC.

Segundo Gustavo Estanislau, psiquiatra da infância e adolescência do Instituto Ame Sua Mente, o adolescente, pela imaturidade emocional e em especial se já tiver transtornos mentais ou conflitos familiares, pode mudar seu comportamento ao acompanhar esses grupos. "Quando está nesse conjunto, a pessoa pode dissolver sua personalidade no grupo, passar a ser mais hostil, impulsiva, reativa. Por isso é importante que os pais e educadores mantenham o diálogo, as relações saudáveis e monitorem o que os jovens fazem na internet."

3. Distanciamento nas relações e enfraquecimento do afeto

O aumento de comportamentos violentos, do isolamento e da intolerância entre alguns jovens tem, como pano de fundo, em alguns casos, um distanciamento e superficialismo nas relações, até mesmo familiares. Para o psicólogo Timoteo Madaleno Vieira, professor de psicologia e educação do Instituto Federal de Goiás (IFG), vivemos um período de transição entre uma sociedade mais tradicional para um cenário de maior liberdade e priorização das demandas e desejos individuais.

Nesse contexto, porém, o afeto e o cuidado com o outro podem se perder, levando ao aumento de sentimentos como abandono, rejeição e solidão. "Nos distanciamos uns dos outros. Os pais se distanciam dos filhos, eles passam mais tempo sozinhos. Os pais ficam preocupados com isso, mas, ao mesmo tempo, gera conforto para eles poderem fazer as coisas deles, porque o filho demanda muito, dá trabalho. Essa proximidade afetiva está em baixa. E um mundo sem afeto é um mundo doente porque não consegue pensar no outro e no valor que ele tem", diz o especialista.

"Nosso processo de desenvolvimento é modulado pela visão do outro, a gente se constitui a partir disso e há esse desgaste nas relações sociais e familiares. Com isso, as redes sociais acabam sendo um refúgio", afirma Silva.

4. Piora da saúde mental da sociedade

Os prejuízos trazidos pela pandemia e o empobrecimento das relações afetivas são dois fatores que pioraram a saúde mental geral da população, com aumento de transtornos mentais e comportamentos problemáticos que podem levar a atos violentos. "Temos dados concretos de que os estados de alerta associados à pandemia elevaram os níveis de estresse, aumentaram as queixas de depressão e ansiedade e levaram especialmente os jovens a agirem de forma mais impulsiva e agressiva", diz Estanislau.

Os especialistas alertam que o uso excessivo de redes sociais aumenta a ansiedade e pode gerar frustrações pelo não alcance dos padrões de beleza e sucesso impostos por algumas publicações. "Os mais jovens estão com o cérebro em formação. Os pais têm de tomar cuidado com o conteúdo que está sendo consumido, precisam estar juntos no processo de desenvolvimento. Um dos melhores marcadores de saúde mental é o desenvolvimento de relações sociais saudáveis", afirma Silva. Ele defende ser necessário maior regulamentação por parte das plataformas tecnológicas quanto ao conteúdo disseminado nas redes.

5. A importância do efeito contágio

Um último aspecto trazido pelos especialistas como possível influenciador do aumento de ataques a escolas é o chamado efeito contágio, ou seja, um crescimento de atos violentos motivados por outros crimes similares cometidos num período recente. No contexto atual, de ampla e rápida disseminação dos ataques por meio da imprensa e redes sociais, a forma com que os casos são retratados pode levar outras pessoas já vulneráveis ou integrantes de grupos extremistas a se inspirarem e repetirem essa conduta.

"Dependendo de como o fato é divulgado, um indivíduo com um perfil de empatia menos desenvolvido pode se sentir validado por esse tipo de comportamento", diz Estanislau. Para Silva, um dos fatores que influenciam outros casos similares é justamente a glamourização da violência por pessoas já predispostas a esses tipos de atos. "Esses indivíduos querem ser vistos, querem aparecer no jornal, na mídia. Uma maneira de fazer prevenção é noticiar o fato de maneira mais controlada, evitar imagens dos ataques e do autor", afirma.●

Ataques em escolas

Governo fortalecerá rondas e usará agentes na internet

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que o governo federal vai destinar, por meio de edital, R$ 150 milhões para reforçar o patrulhamento escolar em colégios da rede municipal e estadual de ensino no Brasil. A pasta vai alocar 50 policiais para monitorar a internet para averiguar a existência de outras ameaças de ataques como os que ocorreram recentemente em Santa Catarina e em São Paulo.

"O valor inicial destinado é de R$ 150 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública, que serão ofertados aos Estados e municípios que detêm a competência constitucional para fazer esse patrulhamento ostensivo", afirmou Dino. "Com isso, vamos fortalecer esse trabalho de policiamento e das guardas municipais."

Já o monitoramento das redes é considerado de âmbito nacional. "Estou constituindo, na nossa Secretaria de Segurança Pública, um grupo emergencial de monitoramento daquilo que é chamado de deep web, dark web, porque estamos vendo, no nosso País, uma ideia de pânico (*envolvendo*) ameaças a outras escolas, a universidades", disse Dino. "Nós teremos 50 policiais que vão se dedicar nos próximos dias exclusivamente ao monitoramento dessas ameaças na internet."

GRUPO. Já o ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou a criação de um grupo de trabalho interministerial para pensar em políticas públicas para combater o aumento da violência nas escolas. "Que nesse grupo de trabalho possamos ouvir os secretários de Educação, ouvir os prefeitos, os especialistas e possa construir politicas de prevenção à violência nas escolas."

Santana informou que a primeira reunião acontecerá já nesta quinta-feira às 10h30. Esse GT contará com a participação dos ministros da Educação, Justiça, Direitos Humanos e Secretaria-Geral. O titular dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, lamentou o ataque em Blumenau durante uma agenda oficial. "Um país que mata crianças é tudo, menos democrático. É tudo, menos decente. Estamos falhando miseravelmente com as crianças e adolescentes, com as pessoas que mais precisam de nós. Temos que admitir isso para podermos dar um passo à frente", disse.

REAÇÃO ESTADUAL. O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), esteve na creche no fim da manhã. Ele lamentou o atentado e determinou a abertura de investigação. "É com enorme tristeza que recebo essa lamentável notícia", disse. Em nota, o procurador-geral de Santa Catarina, Fernando da Silva Comin, informou que o Ministério Público "irá acompanhar todos os desdobramentos no âmbito criminal e cível". A instituição também pediu ao público em geral e à imprensa que não divulguem imagens, o nome e demais informações pessoais do autor, "para evitar o estímulo para novos ataques". ●

Direitos Humanos

'Estamos falhando miseravelmente com as crianças e adolescentes', diz ministro da Cidadania

Lula fala em monstruosidade; Lira quer rigor maior

Autoridades reagiram rapidamente nas redes sociais a mais um caso de violência em escolas. "Não há dor maior que a de uma família que perde seus filhos ou netos, ainda mais em um ato de violência contra crianças inocentes e indefesas. Meus sentimentos e preces para as famílias das vítimas e comunidade de Blumenau diante da monstruosidade ocorrida na creche Bom Pastor", afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nas redes, realçando o "ato absurdo de ódio e covardia".

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, também falou em ato covarde. "Que o caso receba o máximo de rigor da lei. Precisamos acabar com esse ambiente de violência no país", afirmou, destacando a ação da professora que trancou as crianças no banheiro para mantê-las a salvo.

CRIMES HEDIONDOS. O presidente da Câmara, Arthur Lira, disse que o ataque é "repugnante, deplorável e injustificável". "Minha solidariedade às famílias e que o assassino seja punido com o rigor da lei. Não podemos aplicar atenuantes jurídicos para crimes hediondos." Ele acrescentou que apoiará ações para endurecer "medidas punitivas aos que atentam contra a vida". ●

PREVISÃO DO TEMPO

VOLUME DE CHUVA 5MM

UMIDADE RELATIVA 45%

SEXTA	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA
19°/ 25°	21°/ 25°	20°/ 24°	16°/ 26°

SOL
NASCENTE: 6H16
POENTE: 18H01

LUA: **CHEIA**

CHEIA	6/4	6H37
MINGUANTE	13/4	10H12
NOVA	20/4	5H15
CRESCENTE	27/4	22H21

Estado de SP

● Temperaturas ainda sobem nesta quinta-feira. Retorno da chuva moderada à tarde.

Tábuas das marés: Porto de Santos

Vento: SE 12 nós — Ondas: 1,0m

HOJE		
2h34	↑	1,3
8h40	↓	0,4
14h25	↑	1,5
21h04	↓	0,4

SEXTA, 07		
3h07	↑	1,2
9h18	↓	0,4
15h09	↑	1,4
21h47	↓	0,4

SÁBADO, 08		
3h41	↑	1,0
10h01	↓	0,4
15h59	↑	1,2
22h46	↓	0,6

DOMINGO, 09		
4h20	↑	0,9
10h54	↓	0,4
17h00	↑	1,1

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/30°	MACEIÓ	23°/31°
BELÉM	24°/29°	MANAUS	24°/33°
BELO HORIZONTE	17°/29°	NATAL	24°/30°
BOA VISTA	24°/33°	PALMAS	22°/30°
BRASÍLIA	17°/27°	PORTO ALEGRE	19°/24°
CAMPO GRANDE	20°/28°	PORTO VELHO	22°/30°
CUIABÁ	23°/29°	RECIFE	24°/30°
CURITIBA	16°/24°	RIO BRANCO	23°/30°
FLORIANÓPOLIS	21°/25°	RIO DE JANEIRO	20°/30°
FORTALEZA	23°/30°	SALVADOR	23°/29°
GOIÂNIA	19°/30°	SÃO LUÍS	23°/29°
JOÃO PESSOA	24°/30°	TERESINA	23°/29°
MACAPÁ	23°/29°	VITÓRIA	21°/30°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	20°/24°	MÉXICO	-3	17°/27°
ATENAS	6	10°/16°	MIAMI	-1	23°/32°
BARCELONA	5	11°/18°	MONTEVIDÉU	0	16°/21°
BERLIM	5	1°/11°	MOSCOU	6	4°/9°
BRUXELAS	5	5°/9°	NOVA YORK	-1	8°/26°
BUENOS AIRES	0	18°/22°	PARIS	5	7°/11°
CARACAS	-1	19°/28°	ROMA	5	2°/16°
CHICAGO	-3	3°/8°	SANTIAGO	-1	13°/26°
ESTOCOLMO	5	-3°/4°	SYDNEY	13	14°/22°
GENEBRA	5	-3°/7°	TEL-AVIV	6	13°/20°
JOHANNESBURGO	5	14°/26°	TÓQUIO	12	17°/20°
LIMA	-2	23°/24°	TORONTO	-1	7°/13°
LISBOA	4	9°/26°	WASHINGTON	-1	20°/29°
LONDRES	4	6°/11°			
LOS ANGELES	-4	14°/23°			
MADRID	5	9°/22°			

CLIMATEMPO – A StormGeo Company

Educação básica

Escolas de SP manterão etapas do Novo Ensino Médio, diz conselho

Segundo documento, redes particulares e públicas paulistas não devem seguir suspensão do cronograma, como indicou o MEC

RENATA CAFARDO

O Conselho Estadual de Educação (CEE) de São Paulo divulgou ontem um documento afirmando que escolas públicas e particulares do Estado devem manter o cronograma do Novo Ensino Médio, a despeito da portaria publicada pelo Ministério da Educação (MEC). O texto diz que manifestações do governo federal "não podem extrapolar as competências constitucionais e legais determinadas pelo ordenamento jurídico brasileiro" que prevê "que os Estados – e não a União – organizem seus Sistemas de Ensino".

"É uma mensagem para esclarecer e tranquilizar a comunidade, as escolas estão preocupadas, sem saber o que fazer", diz o conselheiro do CEE e ex-secretário de Educação de São Paulo, Hubert Alqueres, que é um dos relatores do documento.

"Ficam mantidos os prazos e cronogramas de Implementação do Novo Ensino Médio nas redes e instituições que pertencem ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo", diz o texto, que também enumera problemas do ensino médio brasileiro e soluções que viriam com a reforma. Diz o texto que o modelo "abre a possibilidade de ofertar aos alunos um currículo dinâmico, sintonizado com anseios e projeto de vida".

Competências

Segundo conselho, são os estados que devem organizar seus sistemas de ensino, não a União

O CEE afirma ainda que reconhece os "méritos da reforma", mas isso "não significa ignorar eventuais problemas na sua implementação ou mesmo a necessidade de redesenhá-la em alguns aspectos, no sentido de seu aprimoramento permanente".

O ministro da Educação, Camilo Santana, confirmou na terça-feira a suspensão do cronograma do novo ensino médio, iniciado nas escolas no ano passado. A medida paralisa mudanças que também estavam previstas para serem implementadas no Exame Nacional do Ensino Médio de 2024.

O texto da portaria, que já foi assinada pelo ministro, diz que "ficam suspensos os prazos de que tratam os artigos 4.º, 5.º, 6.º e 7.º da Portaria n.º 521, de 13 de julho de 2021, que instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio, pelo prazo de 60 dias após a conclusão da consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de ensino médio".

Os artigos 5.º, 6.º e 7.º da portaria anterior tratam do Enem e do Sistema de Avaliação da Educação Básica, prova feita pelo MEC a alunos do 3.º ano. Já o artigo 4.º fala da "implementação nos estabelecimentos de ensino que ofertam o ensino médio dos novos currículos". O texto suspenso fala ainda que em 2023 a implementação deve ocorrer nos 1.º e 2.º anos do ensino médio e em 2024 precisa estar em todos os anos da etapa. Segundo especialistas, com isso o MEC pode dar margem à dúvidas sobre como a escola deve proceder nesses 60 dias. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora reclama de atendimento em farmácia

Reclamação de Maria Alice: "Quero reclamar de falta de atendimento telefônico por parte da Droga Raia. Eu marquei um agendamento na Droga Raia da Avenida Luís Dumont Villares, 522, na Vila Guilherme, zona norte de São Paulo. O agendamento seria para sete dias à frente. Como ocorreu um imprevisto, que tive conhecimento três dias antes do agendamento, eu precisei entrar em contato com a Droga Raia para desmarcar. No entanto, eu liguei durante a manhã, tarde e noite, por várias vezes em cada período, e nada de me atenderem. Desta forma, ninguém atendeu, fui obrigada a me deslocar até o local. Consegui desmarcar pessoalmente, mas quis saber porque não atendem."

Resposta da Droga Raia: "Em resposta à solicitação, informamos que o time de atendimento ao cliente da Droga Raia entrou em contato com Maria Alice para fazer um novo agendamento. Pedimos desculpas à cliente, pois reconhecemos que em alguns momentos pode ocorrer um fluxo maior de pessoas nas farmácias, ocasionando espera no atendimento telefônico."

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Futebol

A.A.S. Bento - No campo desse club, a rua Cesario Ramalho, realisa-se hoje um treino entre os primeiros e segundo quadros, devendo comparecer todos os jogadores. E.C.Corinthians Paulista - Amanhan, o E.C. Corinthians Paulista festejará no salão Germania, com um bello programma, a bella e merecida victoria que o seu primeiro quadro de futebol alcançou no campeonato do Centenario, instituido pela Associação Paulista de Esportes Athleticos.

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Maria de Fatima Costa Fernandes – Aos 83 anos. Era solteira. Deixa os filhos Alberto, Leila, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Paulina Segalla Bastos – Dia 4, aos 78 anos. Filha de Orlando Segalla e Florinda Sathler de Faria. Era viúva. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Jandira Carolina Nazareth – Aos 75 anos. Era solteira. Deixa os filhos Alexandra, Alexandre, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Solange Maria Centurione Firme – Dia 5, aos 58 anos. Filha de Olavo Centurione e Maria José Senna Centurione. Era casada com José Antonio Firme. Deixa os filhos Amanda, Guilherme, Gustavo, Gilberto, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

Maria Paula Pejon Gomes – Aos 43 anos. Era viúva de Andre Gomes. Deixa os filhos Julia, Lorenzo, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Wilson Maldonado – Aos 82 anos. Era casado com Vilma Guerra Maldonado. Deixa a filha Rosangela, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Paulo Fernando Jeronymo – Aos 79 anos. Era casado. Deixa os filhos Luis, Sergio, Luis, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Alexandre Osmar Sanches – Aos 77 anos. Era viúvo de Maria Etelvina Mendes. Deixa os filhos Alexandre, Claudia, Erika, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Luiz Florencio da Silva – Aos 72 anos. Era casado com Rita de Cassia Pessoa Silva. Deixa a filha Cristiane, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Francisco Monteiro da Silva – Aos 62 anos. Era casado com Maria Aparecida da Silva. Deixa os filhos Antonio, Cassio, Bruna, Cleber, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

MISSAS

Robert Schoueri – Dia 10, às 11 horas, na Paróquia São Pedro e São Paulo, na Av. Circular do Bosque, 31, Jardim Guedala (1 mês).

Felipe Massa

Massa espera ajuda da Ferrari ao lutar pelo título

Piloto irá à Justiça buscar ser nomeado campeão de 2008 e deseja também apoio do atual chefe da F-1

ENTREVISTA

Hoje na Stock Car, correu 15 temporadas na Fórmula 1 e foi vice-campeão em 2008, quando houve fraude no GP de Cingapura

FELIPE ROSA MENDES

Felipe Massa pode ter um aliado de peso na sua busca pelo título de 2008 do Mundial de Pilotos da Fórmula 1. Ele afirmou ao **Estadão** que conta com o apoio informal do atual dirigente da categoria, Stefano Domenicali, que foi seu chefe na Ferrari naquele ano.

O brasileiro revelou já ter conversado com o italiano e também com o inglês Bernie Ecclestone, então chefão da F-1 e que recentemente admitiu em uma entrevista que sabia da fraude no GP de Cingapura de 2008, que acabou afetando o resultado do campeonato. Por ordem de Flavio Briatore, Nelsinho Piquet bateu de propósito quando Massa liderava a corrida para beneficiar Fernando Alonso. Na retomada, o espanhol chegou à vitória, Massa teve problemas, não pontuou e Hamilton foi terceiro, ganhando pontos fundamentais para ser campeão.

Qual foi a sua primeira reação ao ler a entrevista do Ecclestone?
Foi muito duro ler que o "dono da Fórmula 1" na época disse que a corrida de Cingapura foi roubada. Na opinião dele, aquele título deveria ter sido meu. E que tanto ele quanto o Max Mosley (então presidente da FIA) sabiam da situação ainda em 2008. E não fizeram nada para não arriscar o nome da F-1. Isso é muito grave.

Você já disse que vai acionar a Justiça para tentar assegurar aquele título. Quais os próximos passos?
Não tenho conhecimento legal de como será feito, mas estamos atrás. Já temos advogado e estamos estudando aqui e fora do Brasil qual é o caminho mais preciso e correto. Precisamos entender por que aconteceram situações graves como esta em outros esportes e a Justiça foi feita. Por que teve Justiça em outros esportes e não pode ter na Fórmula 1? O que é diferente na F-1?

EDUARDO NICOLAU/ESTADÃO-2/11/2008

Felipe Massa quer reparação da manobra ilegal que o prejudicou

O Ecclestone te procurou em algum momento?
Conversei com ele no Bahrein, logo depois que saiu a entrevista (em março). Eu me encontrei com ele na casa do príncipe do Bahrein. Falei para ele: 'quer dizer, então, que para você eu sou o campeão de 2008? Ele falou 'sim, mas eu estou tomando tanta porrada que é melhor não falar nada'.

Dividir o título com Hamilton seria algo aceitável?
É muito difícil saber o que pode acontecer. Mas acho que, se isso acontecesse, eu não poderia deixar de dizer que foi feito justiça. O importante é que seja feita a justiça.

Você já falou com o Alonso ou com o Nelsinho Piquet sobre o assunto?
Eu conversei com o Nelsinho antes de tudo isso, em fevereiro de 2009, quando já tinha alguns rumores sobre o caso. Eu fui andar de kart com ele, estava no avião dele, e perguntei: 'Você bateu naquela corrida por querer? Fala a verdade, só entre nós'. E ele disse: 'lógico que não, nunca que eu iria fazer isso'. Depois disso, nunca mais falei com ele.

O atual chefão da F-1 é o Stefano Domenicali, que era o seu chefe na Ferrari em 2008. Você já conversou com ele sobre o assunto?
Já falei com ele sobre isso, sim. Na verdade, ele perdeu aquele título junto comigo. Era o primeiro ano dele como chefe da Ferrari. Falei com ele, com o Jean Todt. E o Stefano disse: 'Neste momento é importante estudar toda a situação'. E afirmou que foi muito grave o que o Ecclestone falou. Disse, enfim, que, antes de tomar qualquer decisão, é importante estudar tudo. Eu acredito que o Stefano, antes de ser um 'irmão' meu, ele também sentiu muito o que aconteceu.

Você conversou com a Ferrari depois das declarações do Ecclestone?
Ainda não. Até porque a Ferrari agora é uma Ferrari diferente da minha época. Mas, sem dúvida, eu espero uma ajuda deles porque não fui só eu quem perdeu o título. Eles também. Espero não estar sozinho nesta luta.

Representante da F-1
Felipe Massa está fora da Fórmula 1 desde 2017, mas tem prestígio; ele é um dos embaixadores da categoria

Se você tivesse sido campeão, sua vida seria muito diferente hoje?
É difícil dizer. Eu sou um cara muito grato por tudo que eu consegui na minha carreira. Não tenho frustração além desta, por ter sido algo roubado. Mas não tenho frustração por outras coisas da minha carreira. Sou um cara muito feliz, consegui muito mais do que imaginava. Mas é claro que um campeão é um campeão. O lado financeiro não me interessa neste caso, mas é claro que imagina os contratos que seriam feitos depois do título, pela importância que um campeão tem na F-1. ●

Copa Libertadores

Corinthians tenta dar fim a jejum no Uruguai

O Corinthians estreia na Libertadores hoje, às 19h, visitando o Liverpool em Montevidéu com a ambição de pôr fim a um incômodo jejum. Sua última vitória fora de casa pelo torneio foi há quase cinco anos, mais precisamente em 17 de maio de 2018, quando fez 7 a 2 no Deportivo Lara, na Venezuela. Desde então foram quatro derrotas e três empates.

Uma vitória esta noite além de quebrar o tabu servirá para retomar o espírito de competitividade da equipe, que teve um descanso forçado após a eliminação do Paulistão.

O técnico Fernando Lázaro poderá contar com Renato Augusto, mas terá um desfalque importante. Bruno Méndez, titular nas últimas partidas da equipe, está fora por ter sido expulso na eliminação diante do Flamengo em 2022. Caetano, reserva imediato, com edema na coxa, nem viajou com o grupo. Balbuena será o titular. ●

COPA LIBERTADORES - 1ª RODADA

LIVERPOOL × CORINTHIANS

LIVERPOOL: Britos; Martirena, Izquierdo, Gonzalo Pérez e Samudio; Diaz, Mel e Lemos; Rodríguez, Cabrera e Alan Medina.
Técnico: Jorge Bava.
CORINTHIANS: Cássio, Fagner, Gil, Balbuena e Fábio Santos; Roni, Fausto Vera, Giuliano (Adson) e Renato Augusto; Yuri Alberto e Róger Guedes.
Técnico: Fernando Lázaro.
Juiz: Andrés Rojas (Colômbia).
Horário: 19h.
Local: Estádio Centenário.
TV: Paramount+.

Copa Sul-Americana

São Paulo faz estreia com jeito de revanche

Com ares de revanche, o São Paulo inicia hoje sua trajetória na Copa Sul-Americana. Na Argentina, a equipe tricolor reencontra o Tigre, adversário com quem duelou na final de sua última conquista continental, em 2012, em um jogo envolto em muita polêmica e que só teve o primeiro tempo – o Tigre se recusou a voltar após os jogadores brigarem com seguranças no intervalo.

Com vários jogadores contundidos, o técnico Rogério Ceni não tem muitas opções para escalar o time. Por isso, Ceni deve levar a campo uma equipe formatada com três zagueiros e com Luciano no comando do ataque.

São Paulo e Tigre estão no Grupo D, ao lado do colombiano Deportes Tolima e da Academia Puerto Cabello, da Venezuela. Brasileiros e argentinos medem forças na primeira e última rodadas da fase de grupos. ●

COPA SUL-AMERICANA - 1ª RODADA

TIGRE × SÃO PAULO

TIGRE: Marinelli; Blondel, Aguilera, Luciatti e Montoya (Prieto); Menossi, Prediger, Castro e Molinas; Colidio e Retegui.
Técnico: Diego Martínez.
SÃO PAULO: Rafael; Beraldo, Arboleda e Alan Franco; Rafinha (Nathan), Pablo Maia, Rodrigo Nestor, Welington Rato e Caio Paulista; David e Luciano.
Técnico: Rogério Ceni.
Juiz: Esteban Ostojich (URU).
Horário: 21h.
Local: Estádio José Dellagiovanna. **TV:** ESPN e Star+.

O MELHOR NA TV

FUTEBOL
● Finalíssima Feminina
Inglaterra x Brasil
15h45 / ESPN
● Copa Libertadores
Atlético-MG x Libertad
19h / ESPN
Liverpool x Corinthians
19h / Paramount +
Monagas x Boca Juniors
21h / Paramount +
● Copa Sul-Americana
Huracan x Guaraní
19h / ESPN 4
Tacuary x RB Bragantino
21h / ESPN 4
Tigre x São Paulo
21h / ESPN

SURFE
● Circuito Mundial
Etapa De Bells
15h / SporTV 3

VÔLEI
● Superliga Feminina
Barueri x Praia Clube
18h / SporTV 2

BASQUETE
● NBA
Denver Nuggets x Phoenix Suns
23h / Prime Vídeo

Copa Libertadores

Reservas do Palmeiras caem diante do Bolívar

Time sai na frente, mas desentrosamento fez diferença e, após bom início, acaba superado de virada em La Paz por 3 a 1

RICARDO MAGATTI

A altitude de La Paz, o desentrosamento dos reservas e o fato de ter de atuar com um a menos em parte do jogo foram determinantes para o Palmeiras estrear na Libertadores com derrota. Em uma noite infeliz, o time alviverde não foi copeiro como havia se acostumado a ser e perdeu de virada para o Bolívar por 3 a 1 ontem.

Enquanto os titulares descansam para a finalíssima do Paulistão, os reservas do Palmeiras fizeram um jogo razoável, mas sentiram muito os efeitos da altitude e levaram a virada dos bolivianos ainda no primeiro tempo, etapa mais movimentada da partida. No segundo, cansado, o time paulista foi incapaz de reagir.

Abel Ferreira terá pouco tempo para reerguer o moral da equipe, que precisa ganhar no domingo por 2 gols do Água Santa para ser campeão paulista. O treinador começou a conviver com lesões. Mayke sofreu dura entrada no tornozelo na Bolívia e entrou para a lista dos machucados.

Copeiro, o time alviverde suportou os primeiros momentos desfavoráveis, reagiu e foi às redes com um golaço de Flaco López. Depois, porém, levou o empate em falha da defesa, ficou com um a menos qua do Jailson foi expulsou e tomou o segundo na sequência.

No segundo tempo, a superioridade numérica dos bolivianos foi desfeita rapidamente depois que José Sagredo recebeu o segundo amarelo. Mesmo assim, o Palmeiras não encontrou forças para reagir. Abel fez todas as modificações de que tinha direito, mas faltou gás e sobrou inexperiência para tantos jovens em campo, alguns deles estreantes, o que ficou claro no terceiro gol do Bolívar, marcado por Uzeda.

Dos outros brasileiros em campo ontem, o Flamengo perdeu de virada para o Aucas por 2 a 1, no Equador, e o Fluminense ganhou de virada do Sporting Cristal por 3 a 1, no Peru. ●

LIBERTADORES - PRIMEIRA RODADA

BOLÍVAR	PALMEIRAS
3	1

Gols: Flaco López, 12, Hérbias, 20, e Bejarano, 46 do 1º. Uzeda, 43 do 2º.
BOLÍVAR: Lampe; Bejarano (Ferreyra), Jesus Sagredo, Bentaberry e Jose Sagredo e R. Fernández; Saucedo (Justianiano), Villamil e Pato Rodríguez (Uzeda); Ronnie Fernández (Gabriel Poveda) e Hérvias (Villarroel). **Técnico:** Beñat San José.
PALMEIRAS: Marcelo Lomba; Gustavo Garcia (G. Menino), Luan, Naves (Ian) e Vanderlan; Fabinho (Richard Rios), Jailson e Artur; Breno Lopes (Navarro), Flaco Lopez e Mayke (Pedro Lima). **Técnico:** Abel Ferreira.
Árbitro: Alexis Herrera (Venezuela).
Amarelos: Abel Ferreira, Luan, Jose Sagredo, Jaílson. **Vermelhos:** Jaílson e Jose Sagredo.
Local: Estádio Hernando Siles.

JUAN KARITA/AP

Palmeiras marcou com Flaco López, mas sucumbiu

Projeto

Nova arena do Santos começa a ganhar forma para sair do papel

ROBSON MORELLI

Santos e WTorre estão prestes a anunciar a parceria para a construção de um novo estádio na Vila Belmiro. O projeto está em fase final de aprovação, já passou por todas as instâncias no clube e agora corre entre as partes para definir detalhes de tudo o que será feito.

A construtora faz questão de colocar tudo no papel, para que não haja discórdia ou ponta solta da utilização das cadeiras cativas a construção dos camarotes. A papelada deve ser assinada em breve e anunciada neste primeiro semestre.

A nova arena do Santos será erguida onde é a Vila Belmiro. Alguns detalhes do lendário estádio praiano onde Pelé jogou deverão ser preservados, mas o projeto é derrubar o Urbano Caldeira, a exemplo do que a WTorre fez com o Palestra Itália, do Palmeiras, para a construção do Allianz Parque. Não há prazo para a arena ficar pronta. O começo da obra não será nesta temporada.

O novo estádio da Vila Belmiro terá capacidade para 30 mil pessoas. Não se sabe se o nome será preservado. A Vila recebe atualmente até 15 mil pessoas, em condições não ideais.

O investimento seria da WTorre. O projeto estima custo de até R$ 400 milhões, mas pode ser menor, dependendo do andamento e da velocidade das obras. Há um caminho de garantias financeiras para o começo da obra, um estudo para saber como seria a arrecadação da arena depois de erguida, com os camarotes, por exemplo.

O acordo com o Santos sobre o uso do estádio deve ser nos moldes do que foi feito com o Allianz Parque. No caso do Palmeiras, o contrato é de 30 anos, até 2044, com divisão dos lucros de todos os eventos – o futebol é do clube. Assim, depois do prazo estabelecido, o estádio será 100% do Santos.

Nas avaliações e estudos da WTorre sobre o Santos, nada da fase atual do clube, esportiva e financeiramente, foi levado em conta. O olhar da construtora está na tradição do time e tamanho de sua torcida, da base que pode sustentar a arena pelas próximas décadas.

O Santos gostaria de poder anunciar oficialmente o acordo já no seu aniversário de 111 anos, dia 14. Mas não se sabe se será possível. ●

Ilhas Turcas e Caicos

De souvenir, turistas levam filhotes para casa

ONG de britânica facilita adoção de cãezinhos que viviam nas ruas

SIDNEY PAGE
THE WASHINGTON POST

Quando Brandon e Alyse Kay embarcaram para sua lua de mel nas Ilhas Turcas e Caicos, a última coisa que esperavam era levar um cãozinho para sua casa, em Chicago. “Quando dei por mim, estava passando com um cachorrinho pela alfândega.”

O cachorro do casal – adotado em 2019 e batizado de Blueberry – foi um dos milhares de filhotes que uma equipe de voluntários locais resgata e coloca para adoção por turistas como os Kays.

Jane Parker-Rauw é fundadora e diretora da ONG Potcake Place K9 Rescue. Ela inaugurou a entidade em 2004. Antes, já resgatava cães informalmente.

Lotação
Entre 60 e 100 filhotes e cães ficam sob cuidado da ONG Potcake Place

Brandon Kay afirmou que sua mulher tinha ouvido falar da ONG antes da viagem e sugeriu uma visita ao centro de adoção, em Grace Bay, para ver os filhotes fofinhos.

O grupo de resgate tem um centro aberto ao público em uma área comercial movimentada, e turistas fazem fila de manhã para conseguir levar um cãozinho para passear na praia.

Parker-Rauw, que nasceu na Inglaterra, mudou-se para o arquipélago em 1996 para trabalhar em spas e acabou ficando. Logo que chegou, ela reparou na profusão de cães sem dono – chamados de “sobras” (potcakes) – pelas ruas das ilhas. O termo potcakes surgiu porque os habitantes locais com frequência deixavam suas panelas do lado de fora de suas casas cheias de sobras de comida para alimentar os cães. Outras ilhas caribenhas também são conhecidas pelas ‘sobras’.

Havia pouca infraestrutura e regulação em vigor para evitar que os vira-latas se reproduzissem excessivamente. O resultado: filhotes demais e gente de menos para cuidar deles.

WASHINGTONPOST

Jane Parker-Rauw, fundadora do Potcake Place

“Assim que percebi o problema, eu quis fazer algo para ajudar”, recordou-se Parker-Rauw. Ela começou a se voluntariar na Sociedade das Ilhas Turcas e Caicos para Prevenção à Crueldade contra Animais (SPCA) e batia de porta em porta para conversar com os moradores a respeito de serviços de esterilização. Em muitos casos, os cães já tinham procriado.

VOLUNTÁRIOS. Depois de adotar com sucesso um filhote, ela decidiu abrir o Potcake Place – uma entidade de caridade operada completamente por voluntários, que depende de doações para funcionar. Um grupo de aproximadamente 15 pessoas resgata os filhotes – encontrados frequentemente com ajuda da SPCA.

Moradores e turistas também avisam quando encontram uma ninhada, e pessoas sempre deixam caixas repletas de filhotes diante do centro de adoção.

Entre 60 e 100 filhotes e cães ficam sob cuidado do Potcake Place em todos os momentos. Eles ficam em sua maioria abrigados provisoriamente em casas de voluntários até serem adotados. Anualmente, a entidade facilita a adoção de cerca de 500 cães para habitantes dos EUA, Canadá e outros países.

● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

B12 Mobilidade
Tembici e Uber se aliam para levar as 'laranjinhas' para outros países da América Latina

Infraestrutura Modificação na lei de 2020

Lula muda marco do saneamento e permite a estatal operar sem licitação

Regulamentação vai contra fundamento da lei ao abrir caminho para manter a operação de empresas públicas estaduais; governo fala em 'rigorosa fiscalização'

SOFIA AGUIAR
LUCI RIBEIRO
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem dois decretos que modificam o Marco Legal do Saneamento e abrem caminho para que estatais estaduais continuem operando os serviços de água e esgoto sem licitação – quebrando, assim, um dos fundamentos da lei sancionada em 2020.

A nova regulamentação recebeu críticas das empresas privadas por mudar regras estabelecidas na lei, o que pode gerar insegurança jurídica e travar os investimentos no segmento. Hoje, o saneamento é prestado em sua maioria por empresas públicas estaduais. O objetivo do novo marco é justamente aumentar a concorrência e melhorar a qualidade da infraestrutura.

Antes da edição dos decretos por Lula, 1.113 municípios, com população de 29,8 milhões, tiveram os contratos considerados irregulares com as companhias de água e esgoto após análise da capacidade delas de cumprir os objetivos do novo marco: universalizar os serviços de água e esgoto até 2033, com fornecimento de água para 99% da população e coleta e tratamento de esgoto para 90%.

Atualmente, 100 milhões de pessoas não têm rede de esgoto e falta água potável para 35 milhões, segundo ranking divulgado este ano pelo Instituto Trata Brasil, com base nos indicadores de 2021 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

Da forma como estava previsto na lei, esses 1.113 municípios não poderiam receber verba federal para cumprir as exigências, já que os contratos foram considerados irregulares. O Palácio do Planalto, porém, justificou a mudança com o argumento de que é preciso evitar que serviços e investimentos sejam suspensos e que haverá "rigorosa fiscalização".

Na cerimônia de assinatura dos decretos, Lula disse que é preciso um "voto de confiança" nas empresas públicas. "Se isso não der certo, não tem culpado. Se der certo, todos vão ganhar", afirmou.

O ministro das Cidades, Jader Filho, disse que as agências reguladoras irão acompanhar o cumprimento das metas de empresas públicas e privadas. As companhias que não cumprirem as metas não receberão recursos públicos, segundo o ministro.

PPP E O NOVO PRAZO. Conforme o *Estadão/Broadcast* antecipou, outra mudança é o fim do limite de 25% para a realização de Parcerias Público-Privadas (PPP) pelos Estados, em um aceno para ampliar a participação da iniciativa privada no setor. O governo estimou investimentos de R$ 120 bilhões até 2033, prazo para a universalização dos serviços. "Essa medida vai alavancar muitos projetos por esse tipo de mecanismo", disse o ministro.

Outro ponto tratado na nova regulação é a regionalização da prestação dos serviços, trazida pelo Marco Legal do Saneamento para atender à lógica do chamado "filé com osso". Como a lei incentiva a concessão dos serviços de água e esgoto, a ideia foi de não deixar que municípios pouco atrativos para a iniciativa privada fossem escanteados do processo de universalização.

REGIONALIZAÇÃO. A legislação exige, portanto, que, para ter acesso às verbas federais, os serviços devem ser prestados de forma regionalizada, atendendo mais de um município. As novas regras prorrogam o prazo para essa regionalização até 31 de dezembro de 2025. O prazo anterior se encerraria em 31 de março deste ano, o que deixaria outros 2.098 municípios, com população de 65,8 milhões de habitantes, que ainda não estão regionalizados, também impedidos de acessar recursos federais para ações de saneamento, segundo o governo.

"O novo prazo garante aos Estados o tempo necessário para estruturação adequada da prestação regionalizada nos territórios, na forma prevista no novo marco legal, sem prejudicar os investimentos no período de transição para o novo modelo de prestação", explica o Planalto. ●

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

Entre ministros, presidente pede 'voto de confiança' nas estatais

As principais alterações

● **Regularização**
Os decretos de Lula regularizam 1.113 municípios, com população de 29,8 milhões, que tiveram os contratos considerados irregulares com as companhias de água e esgoto após análise da capacidade delas de universalizar água e esgoto até 2033, com fornecimento de água para 99% da população e coleta e tratamento de esgoto para 90%. Como estava previsto na lei, esses 1.113 municípios não poderiam receber verba federal para cumprir as exigências, já que os contratos estavam irregulares

● **Parcerias**
Outra mudança é o fim do limite de 25% para a realização de Parcerias Público-Privadas (PPP) pelos Estados, em um aceno para ampliar a participação da iniciativa privada no segmento

● **Regionalização**
A lei exige que, para ter acesso a verbas federais, os serviços sejam prestados de forma regionalizada, atendendo a mais de um município. As novas regras prorrogam o prazo para essa regionalização até 31 de dezembro de 2025

Liberação de estatais recebe críticas e fim de limite para PPPs é elogiado

Entre as mudanças no Marco Legal do Saneamento, a que permite estatais continuarem prestando serviço sem licitação enquanto se ajustam às regras foi a que chamou mais atenção de especialistas. Para a diretora executiva do Instituto Trata Brasil (formado por empresas com interesse no avanço do saneamento básico), Luana Pretto, as estatais precisam comprovar capacidade econômica e financeira de que podem fazer os investimentos para que a lei seja cumprida. A legislação coloca 2033 como meta para universalização do saneamento no País.

Luana diz que, para cumprir a meta, seria preciso investir cerca de R$ 200 em saneamento por habitante por ano. Nos últimos cinco anos, a média foi de R$ 82. "O importante é que a população tenha acesso ao serviço, independentemente de quem vai prestá-lo. O histórico é de falta de investimentos por parte das estatais. Não dá para esperar chegar 2033 para se concluir que a meta não será atingida."

Ex-presidente da Sabesp e sócio da consultoria GO Associados, Gesner Oliveira também critica a continuidade da prestação de serviços por parte de estatais sem licitação. Para ele, trata-se de uma reserva de mercado que inibe investimentos. Oliveira afirma ainda ser negativa a possibilidade de municípios com contratos irregulares continuarem a receber recursos. "Isso retira a pressão para que esses municípios se regularizem. Vai contra a ideia de trazer mais investimentos ao saneamento e de fornecer serviço para a população."

Por outro lado, Oliveira elogia o fim do limite para a realização de PPPs. "A gente precisa de tanto investimento que não tem motivo para colocar limite. Era um jeito de proteger corporações para não haver maior participação privada." ● LUCIANA DYNIEWICZ

Salto necessário
Investimento por pessoa, por ano, tem de subir de R$ 82 para cerca de R$ 200, alerta diretora de ONG

Celso Ming

celso.ming@estadao.com

O agro e a agregação de valor

Nesta semana, em debate sobre a reforma tributária, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, criticou o agronegócio por não se dispor "a agregar valor às commodities e, assim, preferir exportar produto in natura".

Essa afirmação contém uma imprecisão e leva ao risco de criar distorções.

Em princípio, quanto mais elaborado um produto, maior tende a ser o benefício para a economia, porque aumenta a atividade, gera empregos, aumenta a renda e contribui para o aumento da receita tributária. Mas, em determinados setores não vale a pena para o produtor de primários tentar agregar mais valor. Não há nenhum interesse da Vale, por exemplo, em verticalizar suas atividades e passar a produzir aço. Ela tem de se concentrar nos seus negócios com minério de ferro e, quando possível, de pelotas, que é um produto com mais agregação.

Mas, antes, é preciso admitir que agricultura e mineração são setores que já agregam enorme valor. Uma saca de sementes de soja de 60 quilos, por exemplo, produz, em média, 74 sacas de soja. O minério debaixo da terra não vale nada. Ao tirá-lo de lá a agregação de valor é imensa.

Se é para multiplicar valor adicional ao produto do agronegócio, é quase sempre a indústria que tem de comparecer para a tarefa, e não o produtor primário. No setor de Josué Gomes, por exemplo, que é o têxtil (Grupo Coteminas), não faz sentido o produtor de algodão enveredar para atividades de fiação, para a tecelagem ou para a confecção. Estes são ramos que exigem capital, tecnologia e conhecimentos específicos. Não é à toa que a economia global progrediu quando começou a se organizar na divisão do trabalho.

FONTE: SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Outra coisa é pretender que a política econômica, por meio de taxação ou de estímulos creditícios, passe a exigir mais agregação de valor a mercadorias brutas. Os Estados Unidos, por exemplo, continuam sendo o maior exportador mundial de alimentos in natura, e, no entanto, contam com forte indústria de transformação, sem que para isso exista um esquema fiscal ou creditícios especiais.

No Brasil, muitas vezes quem prega incorporação indiscriminada de valor ao produto primário é porque acha, equivocadamente, que fortes exportações de commodities achatam a cotação do dólar (em moeda nacional) e, assim, tiram competitividade do produto industrial (doença holandesa). São os que defendem a taxação das exportações de matérias-primas, não para garantir oferta interna, mas para aumentar a arrecadação ou para reforçar defesas artificiais da indústria. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Política fiscal **O novo arcabouço**

Regra é 'frouxa' e será 'apertada' no Congresso, diz Marinho

Líder da oposição no Senado afirma que vai trabalhar de forma 'construtiva' para melhorar o projeto do governo

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

Líder da oposição no Senado e ex-ministro do governo Bolsonaro, o senador Rogério Marinho (PL-RN) avaliou que o desenho do novo arcabouço fiscal apresentado até agora pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem regras frouxas. Segundo ele, senadores dos partidos de oposição ao governo Lula vão trabalhar para "apertá-las" durante a tramitação da proposta no Congresso.

Ao **Estadão**, Marinho afirmou que a oposição vai trabalhar de forma "construtiva" e quer ajudar a melhorar o projeto. A ideia é marcar uma audiência com o ministro Haddad para propor mudanças na proposta, após o texto legal ser encaminhado ao Congresso.

O grupo de oposição, segundo ele, reúne 23 senadores, além de outros oito a dez senadores de partidos independentes. "Temos dúvidas sobre a eficácia do projeto para controlar a dívida pública", afirmou. Marinho encaminhou aos senadores da oposição e da minoria uma nota técnica com uma análise sobre o arcabouço.

O líder da oposição disse que um dos pontos de maior preocupação é que o desenho da regra foi feito com base num nível de despesas muito elevado pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que permitiu a expansão dos gastos em cerca de R$ 200 bilhões neste ano.

Marinho disse que é preocupante a necessidade de arrecadar R$ 150 bilhões extras para os cofres públicos – uma referência às medidas que Haddad prometeu anunciar na próxima semana para aumentar as receitas de forma permanente e melhorar o resultado das contas públicas nos próximos anos.

Ele diz que o ministro, na reunião com senadores de apresentação das linhas gerais do arcabouço, falou que iria cortar as isenções tributárias. Marinho lembrou que o histórico no Congresso não tem sido favorável a esse caminho e enfatizou que, no governo Dilma Rousseff (PT), esses gastos tributários aumentaram.

"A nossa ideia é que a regra seja exequível e que a trajetória de alta dívida possa ser estabilizada. Do jeito que está, não vai chegar lá", afirmou.

O senador disse que está curioso para saber quais serão as isenções a serem cortadas, uma vez que as maiores são o Simples e a Zona Franca de Manaus – e acabar com esses benefícios tem resistência muito grande entre parlamentares.

> ***"A nossa ideia é que a regra seja exequível e que a trajetória de alta dívida possa ser estabilizada"***
> **Rogério Marinho (PL-RN)**
> **Senador, líder da oposição**

'FURA-TETO'. Apontado pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes como "gastador" e "fura-teto", Marinho diz que não vê contradição entre a preocupação de agora com a regra fiscal e ajuste das contas públicas e o período em que buscava recursos, quando foi ministro do Desenvolvimento Regional entre 2020 e 2022.

Ele justificou que era natural que, como ministro de uma área do governo que executa as políticas públicas, buscasse recursos para investir. "Imagina se eu fosse o ministro de uma área fim que não quisesse gastar", ressaltou.

Sobre Guedes, Marinho disse que o ex-ministro tinha a função de segurar os gastos, mas apresentava muitas vezes um comportamento "mercurial". "O ministro Guedes em alguns momentos explodia, mas era o homem que estava sentado em cima do cofre e tinha responsabilidade dentro do governo de segurar as despesas", disse.

Ao lado dos ex-ministros Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e Walter Braga Neto (Casa Civil), Marinho integrou o grupo que defendeu o aumento de gastos com investimentos.

Apesar das críticas ao novo arcabouço fiscal, Marinho defendeu as medidas de combate às distorções tributárias, como a tributação dos fundos exclusivos e dos planejamentos tributários de empresas nos paraísos fiscais para pagar menos impostos. E provocou: se o governo não incluir uma medida para mudar essa tributação, ele vai apresentar uma emenda sobre o assunto no projeto.

O senador defendeu a política fiscal do governo Bolsonaro e minimizou o impacto das medidas de expansão de gastos adotadas no ano passado, às vésperas das eleições. Como revelou o **Estadão**, Bolsonaro também adotou isenções tributárias e tirou recursos de programas importantes, como a Farmácia Popular, que tiveram de ser recompostos agora.

Privilégios
Apesar das críticas à nova regra, Marinho defendeu as medidas de combate às distorções tributárias

Segundo o senador, o plano de Bolsonaro era aumentar o gasto em R$ 75 bilhões em 2023, caso ganhasse a eleição. "As ações que o governo Bolsonaro implementou foram cíclicas, episódicas e as despesas não foram permanentes", disse. Bolsonaro chegou a propor na campanha um reajuste do salário mínimo para R$ 1.400, valor que não caberia, no entanto, na conta de R$ 75 bilhões devido ao forte impacto nas contas da Previdência. ●

Avaliação da regra pelo chefe do BC é 'superpositiva'

Se a ala política do governo ainda não cessou a artilharia contra o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, uma sintonia foi demonstrada entre os nomes à frente das políticas monetária e fiscal do País.

Um dia depois de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dizer que leva em conta a opinião do BC nos estudos sobre mudança na meta de inflação, ontem foi a vez de Campos Neto fazer um contundente reconhecimento ao plano apresentado pela equipe econômica.

As declarações públicas dos dois foram dadas durante o fórum do Bradesco BBI. Ontem pela manhã, Campos Neto não só manifestou uma avaliação "superpositiva" sobre o arcabouço fiscal como pediu parcimônia do mercado nas cobranças por maior ênfase do governo no corte de despesas.

O presidente do BC considerou até injusta a pressão por redução de despesas num País que, não de hoje, tem dificuldade em consolidar ajustes fiscais e os gastos sobem de forma estrutural. Lembrou que apenas as reformas, que não se realizam rapidamente, conseguirão conter as despesas obrigatórias. "Nossa avaliação é superpositiva", disse Campos Neto. "Reconhecemos o esforço." ●

EDUARDO LAGUNA, RENATA PEDINI e EDUARDO RODRIGUES/BRASÍLIA

ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DA FUNDAÇÃO CESP

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos dos artigos 16, 17 e 18 do Estatuto Social vigente, convoco todos os associados se reunirem virtualmente em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 25 de abril de 2023, com primeira convocação às 10h e segunda convocação às 10h30 através de plataforma digital V-Casting, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
1) Aprovação do Balanço Patrimonial da AAFC do ano 2022;
2) Aprovação do Orçamento para o ano 2023.
A Assembleia será realizada virtualmente. Os associados que tiverem interesse em participar da AGO devem encaminhar e-mail para assembleia62@aafc.org.br com o nome, CPF e número de matrícula de associado na AAFC no período de 10 de abril de 2023 até as 23h59 do dia 19 de abril de 2023 para receber o link de acesso. Caso o associado não envie o e-mail solicitando sua participação, o mesmo não receberá o link de acesso à Sala Virtual e sua presença não será registrada, impossibilitando sua participação efetiva, o que implicará na aceitação das deliberações votadas pela maioria participante.
A AAFC não poderá ser responsabilizada por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede de internet dos associados participantes, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle.

São Paulo, 06 de abril de 2023.
Francisco Campizzi Busico
Presidente da Diretoria Executiva

ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DA FUNDAÇÃO CESP

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos dos artigos 16, 17 e 18 do Estatuto Social vigente, convoco todos os associados se reunirem virtualmente em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 25 de abril de 2023, com primeira convocação às 11h e segunda convocação às 11h30 através de plataforma digital V-Casting, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
1) Alteração do Estatuto Social.
A Assembleia será realizada virtualmente. Os associados que tiverem interesse em participar da AGE devem encaminhar e-mail para assembleia63@aafc.org.br com o nome, CPF e número de matrícula de associado na AAFC no período de 10 de abril de 2023 até as 23h59 do dia 19 de abril de 2023 para receber o link de acesso. Caso o associado não envie o e-mail solicitando sua participação, o mesmo não receberá o link de acesso à Sala Virtual e sua presença não será registrada, impossibilitando sua participação efetiva, o que implicará na aceitação das deliberações votadas pela maioria participante.
A AAFC não poderá ser responsabilizada por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede de internet dos associados participantes, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle.

São Paulo, 06 de abril de 2023.
Francisco Campizzi Busico
Presidente da Diretoria Executiva

Dexco S.A.

CNPJ. 97.837.181/0001-47 — Companhia Aberta — NIRE 35300154410

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023

DATA, HORA, FORMA E LOCAL: em 08 de março de 2023, às 09h00, de modo exclusivamente digital via plataforma Microsoft Teams, nos termos do Artigo 15.2. do Estatuto Social, razão pela qual a reunião será considerada como realizada na sede social, localizada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP). **MESA:** Alfredo Egydio Setubal (Presidente), Alfredo Egydio Arruda Villela Filho e Helio Seibel (Vice-Presidentes) e Guilherme Setubal Souza e Silva (Secretário). **QUORUM:** a totalidade dos membros efetivos. **PRESENÇA LEGAL:** diretores, representantes do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos e dos auditores independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** os Conselheiros deliberaram, por unanimidade e sem qualquer ressalva, após análise da documentação apresentada e prestados os devidos esclarecimentos: **(a)** aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022, que foram objeto de (i) recomendação para aprovação, consignada no Relatório do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos; (ii) relatório sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (iii) parecer sem ressalvas do Conselho Fiscal e (iv) manifestação da Diretoria, que concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras; e **(b)** autorizar a Diretoria a divulgar esses documentos na Comissão de Valores Mobiliários, na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e no website da Companhia (www.dex.co), e a publicá-los na imprensa. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 08 de março de 2023. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho e Helio Seibel - Vice-Presidentes; Andrea Laserna Seibel; Juliana Rozenbaum Munemori; Márcio Fróes Torres; Raul Calfat; Ricardo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Conselheiros; Guilherme Setubal Souza e Silva - Secretário. JUCESP sob nº 123.467/23-8 em 29.03.2023. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - UGE-180.153
SEÇÃO DE FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-153/0006/23
Processo nº 2023017977-5 OC nº 180153000012023OC00067

Encontra-se aberto na Diretoria de Educação e Cultura o Pregão Eletrônico nº PR-153/0006/23, destinado ao Registro de Preço de Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Confecção - Corte e Costura para Conjunto SM-1 e SF-1.
A realização da sessão pública dar-se-á no dia 20 de abril de 2023, às 09h00min, no sítio www.bec.sp.gov.br (Bolsa Eletrônica de Compras), endereço onde se encontra o Edital na íntegra devendo ser observada, em especial, a especificação técnica do objeto.

AVISO DE LICITAÇÃO

PG SABESP CSS 00556/23 - Contratação de empresa para prestação de serviços de cobertura securitária nas modalidades de transporte nacional terrestre, transporte internacional, seguro de incêndio - riscos nomeados, seguro de responsabilidade civil obras, seguro de riscos de engenharia - obras civis em construção, seguro de responsabilidade civil operacional no âmbito da Sabesp no Estado de São Paulo. Edital para "download" a partir de 06/04/23 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso Licitações Eletrônicas Cadastro de Fornecedores. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 24/04/23 até as 09h00 de 25/04/23 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores - Licitações Eletrônicas. As 09h00 será dado início a Sessão Pública. SP 06/04/23 (FFE) - A Diretoria.

Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

CNPJ/MF nº 09.456.668/0001-12

Edital de Convocação

O Vice-Presidente do Conselho de Administração da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida José Geraldo de Mattos, n° 765, Bairro Piracangaguá, na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, na forma do artigo 7º do seu Estatuto Social, convoca os senhores acionistas a participarem, no **dia 20 de abril de 2023,** em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária,** a serem realizadas, **de modo híbrido (digital,** via plataforma Microsoft Teams, e **presencial,** na sede da Companhia): **Assembleia Geral Ordinária,** às **14h em primeira convocação e às 14h15 em segunda convocação,** para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos, na forma prevista do artigo 7º, parágrafo 6º do Estatuto Social; (iii) eleger dois membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 11, parágrafo 1º do Estatuto Social; (iv) eleger o Presidente do Conselho de Administração; (v) eleger os membros do Conselho Fiscal; e, em **Assembleia Geral Extraordinária**, **às 15h00 em primeira convocação e às 15h15 em segunda convocação,** para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia; e (ii) deliberar sobre a alteração do quadro societário da controlada Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ora convocadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Os acionistas da Companhia ("**Acionistas**") poderão participar das Assembleias por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, das seguintes formas: (i) presencialmente, na sede da Companhia; (ii) virtualmente, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams; ou (iii) votando a distância, via boletim de voto. Os Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar virtualmente das Assembleias por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams poderão se cadastrar até 30 minutos antes da realização de cada uma das Assembleias, fornecendo as documentações e informações indicadas neste edital de convocação. A solicitação para a participação virtual, bem como o envio das documentações e informações deverão ser devidamente enviadas para o e-mail marina.almeida@inpev.org.br, e o acionista receberá, em seguida, um acesso **intransferível** para sua participação virtual nas Assembleias. Os Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por submeter seus votos por meio de boletim de voto disponibilizado no endereço eletrônico https://campolimpoplasticos.com.br, deverão submeter seus boletins de voto devidamente preenchidos e acompanhados dos documentos abaixo para os e-mails marina.almeida@inpev.org.br, até o dia 17 de abril de 2023. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de participar nas Assembleias presencial ou virtualmente, desde que observado o procedimento de cadastro previsto neste edital de convocação, caso em que o respectivo boletim de voto enviado será desconsiderado. **Documentação para participação:** (i) documentos que comprovem a legitimidade para representar o acionista; ou (ii) procuração outorgada, há menos de um ano, pelos representantes legais do acionista a (a) outro acionista, a (b) administrador da Companhia ou (c) advogado, nos termos do art. 126, §1º da Lei das Sociedades Anônimas. **A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia, que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.** Taubaté/SP, 05 de abril de 2023. Luis Henrique Sanfelice Rahmeier - Vice-Presidente do Conselho de Administração da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSO - SICOOB NOSSO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DIGITAL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSO - SICOOB NOSSO, CNPJ 59.869.560/0001-20, NIRE 354.000.179-96, no uso das atribuições que lhe confere no Estatuto Social, **vem retificar** o Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária do dia 17/04/2023, publicado em 07/03/2023, Caderno Economia & Negócios, pagina B17, do Jornal O ESTADO DE S. PAULO, para dele fazer constar a alteração abaixo indicada: Inclusão do item 9 na pauta da Assembleia Geral Ordinária: **9. Aprovação da Política de Remuneração de Administradores.** Adamantina/SP, 06 de abril de 2023. Osvaldo Kunio Matsuda - Presidente do Conselho de Administração. Para os devidos fins e efeitos fica o Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, em seu inteiro teor conforme abaixo: COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSO - SICOOB NOSSO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DIGITAL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Nosso - SICOOB NOSSO, CNPJ 59.869.560/0001-20, NIRE 354.000.179-96, com sede na Al. Dr. Armando Salles de Oliveira, 446, Centro, Adamantina/SP, no uso das atribuições que lhe confere no Estatuto Social, convoca os Associados, que nesta data são de 18.334 (dezoito mil e trezentos e trinta e quatro), em condição de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a realizar-se por meio eletrônico, adotando o APP SICOOB MOOB como meio de participação e de deliberação, a ser realizada no dia 17 de abril de 2023, às 17:30h, com acesso remoto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos Associados, em primeira convocação; às 18:30h, com acesso remoto de metade mais um dos Associados, em segunda convocação; às 19:30h, com acesso remoto de no mínimo 10 (dez) Associados em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos: **I - Assembleia Extraordinária: 1.** Reforma ampla do Estatuto Social. **II - Assembleia Ordinária: 2.** Prestação de contas do exercício de 2022. **3.** Destinação das sobras apuradas e a fórmula de cálculo; **4.** Eleição dos membros do Conselho de Administração; **5.** Fixação dos valores dos honorários, das gratificações e das cédulas de presença dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal; **6.** Fixação do valor global para pagamento dos honorários e gratificações dos membros da Diretoria Executiva; **7.** Aprovação da atualização da Política de Sucessão de Administradores do Sicoob; e **8.** Aprovação da atualização da Política Institucional de Governança Corporativa. **Nota 1.** Nos termos do Regulamento Eleitoral e conforme Comunicado divulgado em 19/01/2023, a inscrição da chapa para eleição dos membros do Conselho de Administração deverá ser realizada até as 17:00 horas do dia 13/03/2023 na Sede do Sicoob Nosso, localizada na Al. Dr. Armando Salles de Oliveira, 446, Centro, Adamantina/SP. **Nota 2.** Os interessados deverão inscrever chapa completa pelo requerimento de registro de chapa conforme modelo do Regulamento Eleitoral disponível no site do Sicoob Nosso - www.sicoobnosso.coop.br -> O Sicoob -> Publicações -> Assembleia 2023. **Nota 3.** Somente podem se candidatar aos cargos eletivos os associados Pessoas Físicas, registrados em matrícula individual que atendam as demais condições previstas no Art. 36 do Estatuto Social vigente e do Regulamento Eleitoral. **Nota 4.** Deverão ser anexados ao requerimento de registro de chapa a documentação prevista no Art. 11 do Regulamento Eleitoral. **Nota 5.** No caso de empate entre as chapas concorrentes, haverá nova Assembleia Geral, que realizar-se-á em 24/04/2023. **Nota 6.** Para participação na votação dos assuntos da ordem do dia, os associados deverão realizar o download do aplicativo SICOOB MOOB, em seu celular (smartphone) ou tablet, disponível gratuitamente nas lojas Apple Store e Google Play, através do QR CODE ao lado. Após o download, deverá ser inserido o número da conta corrente e senha utilizada para acesso ao Sicoobnet (internet banking). **Nota 7.** O aplicativo SICOOB MOOB, que será utilizado para as votações, atende aos requisitos de participação a distância por meio eletrônico, garantindo segurança, confiabilidade, transparência dos assuntos a serem tratados e o registro de presença dos associados. **Nota 8.** Os associados poderão esclarecer suas dúvidas de instalação do aplicativo e acesso ao APP SICOOB MOOB diretamente nos Postos de Atendimento - PA's. Recomenda-se efetuarem o download de aplicativo previamente, evitando assim o acúmulo de dúvidas sobre o acesso, no momento da Assembleia. **Nota 9.** As demonstrações financeiras de encerramento do exercício de 2022, devidamente acompanhadas do respectivo relatório de auditoria, estarão à disposição dos associados na Sede ou sítio eletrônico da Cooperativa. Essas e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio www.sicoobnosso.coop.br a partir de 06/04/2023. **Nota 10.** Dúvidas relacionadas à ordem do dia poderão ser esclarecidas antes da Assembleia por meio de chat via WhatsApp no número 0800 003 55 45. Dúvidas relacionadas a assuntos diversos deverão ser direcionadas aos demais canais de atendimento da cooperativa.

Adamantina/SP, 03 de março de 2023

Osvaldo Kunio Matsuda - Presidente do Conselho de Administração

Adriana Fernandes adriana.fernandes@estadao.com

Voto de confiança do presidente do BC

Alvo da artilharia pesada de integrantes do PT, Roberto Campos Neto disparou um voto de confiança no arcabouço fiscal anunciado pelo ministro Fernando Haddad.

Uma semana após o anúncio das linhas gerais do projeto da nova regra fiscal, o presidente do Banco Central afirmou em evento do Bradesco que "a nossa avaliação é superpositiva" sobre o arcabouço.

Não deixa de ser uma posição pragmática da realidade política e econômica quando ele diz que o anúncio afastou o risco para aqueles que achavam que a dívida pública teria uma trajetória explosiva.

Boa parte dos integrantes do PT não queria um novo teto de gastos, mas, sim, voltar ao modelo dos tempos dos governos anteriores de Lula e Dilma, em que a regra fiscal principal era o cumprimento de metas fiscais de resultados primários das contas públicas, com desconto dos investimentos prioritários do PAC. O próprio presidente Lula também tinha verbalizado que preferia esse caminho na campanha eleitoral.

A posição do presidente do BC – chamado de "aquele cidadão" por Lula – foi importante para sinalizar ao mercado financeiro que, para a autoridade monetária, o mais relevante é que a regra traz um rumo, mesmo que o modelo não seja o ideal na avaliação dos economistas fiscalistas.

> *O BC sinalizou ao mercado que o mais relevante é que a nova âncora fiscal definiu um rumo*

Para descontentamento de muitos petistas, o arcabouço de Haddad não só saiu com um novo teto de gastos, como também com apenas duas exceções (gastos do fundo da educação, o Fundeb, e para o financiamento do piso de enfermagem). Ficarão dentro do limite de despesas os gastos com capitalização de estatais. Se for aprovada, a mudança evita o que aconteceu no início do governo Bolsonaro, quando R$ 10 bilhões foram injetados de uma só vez em poucas estatais – a maior parte do dinheiro na Engeprom, empresa militar que fabrica navios para a Marinha.

Após o anúncio, o segundo tempo do jogo começa no Congresso. O retrato desta quarta-feira diz muito sobre o embate que está por vir. De um lado, o líder da oposição, senador Rogério Marinho, disse ao **Estadão** que a regra é frouxa e que vai trabalhar para apertá-la. Do lado oposto, o deputado petista Lindbergh Farias, em entrevista à *Folha*, comparou a regra do colega de partido à tentativa de pacto demoníaco descrita na obra-prima de Guimarães Rosa *Grande Sertão: Veredas*.

Como disse o presidente do BC, é preciso, agora, observar como o projeto da nova âncora fiscal será aprovado no Congresso. Haddad terá de usar muito o gogó para defender o seu arcabouço. ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Privatização **'Joia da coroa'**

Bird vai estruturar venda da Sabesp, diz Tarcísio

O governador Tarcísio de Freitas afirmou ontem que vai assinar na próxima semana contrato com a IFC, agência do Banco Mundial (Bird), para a realização de estudos sobre uma possível privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Tarcísio voltou a dizer que a venda da empresa deve ficar para 2024. "Ideia é estruturar e ter condições de fazer (*a privatização da estatal*) no ano que vem", afirmou ele, durante participação no Brazil Investment Forum, organizado pelo Bradesco BBI.

A Sabesp é vista no mercado como a "joia da coroa" de um plano de 15 concessões em estudo pelo governo de Tarcísio de Freitas. Além da companhia, o projeto prevê a privatização da Emae e a concessão do Trem Intercidades São Paulo-Campinas. O governador citou também que o Estado deve fazer concessão de 1,8 mil km de rodovias estaduais, a exemplo da ligação Mogi-Bertioga. ● **BRUNO LUIZ**

Estatal Alteração em estudo

Ministro planeja mudança na política de preços da Petrobras

Silveira diz que diesel pode ficar até R$ 0,25 mais barato por litro e que o objetivo é manter 'preço de competitividade interna'

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou ontem que o governo deve atuar para mudar a política de preços da Petrobras, conhecida como preço de paridade de importação (PPI), por estar atrelada ao mercado internacional, e avançar na construção de um "preço de competitividade interna". "O tal PPI é um verdadeiro absurdo", disse ele, em entrevista à GloboNews. Ele citou que cálculos do Ministério de Minas e Energia consideram que, se fossem aplicados os preços de custos, no que a Petrobras é autossuficiente, mais a rentabilidade, seria possível reduzir o preço do óleo diesel em torno de R$ 0,22 a R$ 0,25 por litro.

Mais tarde, o ministro negou que uma mudança na política de preços da empresa afetaria a rentabilidade da estatal. Silveira reafirmou que a linha do governo Lula é clara e que a União, acionista majoritária da empresa, irá discutir a mudança na formação dos custos dos combustíveis. Segundo ele, o tema será tratado com a diretoria e o conselho de administração da empresa.

> **Gás de cozinha**
>
> **27%** **foi o sobrepreço cobrado no GLP nos últimos quatro anos, em média, segundo o ministro, o que teria gerado perdas de mais de R$ 7 bi à população**

"Não necessariamente (*vai ter queda de rentabilidade*)", disse ao ser questionado. "O que significava queda de rentabilidade na economia era a política comandada pelo ministro Paulo Guedes, que confundia lucro operacional e distribuição de dividendos com um completo desmonte da companhia. Investidores de médio e longo prazos querem que o controlador faça essa empresa cada vez mais forte."

Silveira afirmou que espera que a nova diretoria da empresa já comece os estudos para ver como pode contribuir nas futuras discussões sobre a política de preço. O ministro defende que os preços não sejam mais atrelados ao mercado internacional, e sim que haja um preço "interno".

A Petrobras informou, por nota, que não recebeu nenhuma proposta do Ministério de Minas e Energia (MME) a respeito da alteração da política de preços. Na Bolsa, depois das declarações do ministro de que a rentabilidade da empresa não seria afetada, as ações da Petrobras fecharam em alta de 0,15% (ON) e 0,33% (PN).

ASSEMBLEIA. Silveira citou que os indicados da União para o conselho de administração serão submetidos à assembleia-geral de acionistas do dia 27. "Com o novo conselho definido, o governo federal vai discutir com a Petrobras qual será a melhor política de preços para que a empresa cumpra sua função constitucional", disse, afirmando que é necessário equilíbrio entre desenvolvimento social e econômico.

Segundo ele, o governo respeita a governança da Petrobras e sua natureza jurídica, mas vai exigir que a companhia "respeite o povo brasileiro" e cumpra sua função social. Silveira disse que o objetivo é criar um "colchão" de amortecimento de crises internacionais que afetam o preço dos combustíveis. Ele afirmou que a Petrobras atuará para dar lucro, mas também para "melhorar a vida de dona Maria e seu João".

> **'Dona Maria e seu João'**
> **O ministro diz que a empresa deve dar lucro e também melhorar a vida de 'dona Maria e seu João'**

O ministro defendeu a modernização do parque de refino, para que o País possa ser autossuficiente na gasolina e no diesel. "Queremos fortalecer a empresa, valorizar o conteúdo local, melhorar e modernizar nosso parque de refino, para que o Brasil possa ter um preço interno dos combustíveis."

Na visão do ministro, com autossuficiência, a Petrobras poderia "atender o povo brasileiro numa questão fundamental que é conter a inflação". "E vamos conter isso, com responsabilidade da política de preços."

O ministro também citou a recente decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), de cortar a produção de petróleo nos próximos meses. Ele afirmou que o Brasil não pode ficar suscetível ao "cartel" da Opep. "Essa intervenção da Opep vem demonstrar, mais uma vez, que precisamos ser autossuficientes na produção de petróleo", disse. ● **MARLLA SABINO, SOFIA AGUIAR, ANTONIO TEMÓTEO e LUCIANA COLLET/BRASÍLIA**

ORIGINAL HOLDING S.A.

CNPJ/ME 43.513.237/0001-89 - NIRE 35.300.576.900

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 16 de março de 2023, às 10 horas, na sede social da Original Holding S.A. ("Emissora"), localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, n° 400, sala 13, Vila Cintra, CEP 08745-900. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da acionista detentora da totalidade do capital social da Emissora, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas, nos termos do art. 124, §4, da Lei nº 6.04/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. MESA**: **Denys Marc Ferrez** – Presidente; Maria Lúcia de Araújo - Secretária. **4. ORDEM DO DIA**: Examinar e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** nos termos do artigo 10 , inciso (ix) do estatuto social da Emissora, a emissão, formalização e operacionalização da 2º (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em forma de fiança, a ser prestada pela Simpar S.A. (respectivamente, "Fiadora" e "Fiança"), em até 3 (três) séries, para colocação privada, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), por meio da celebração do *"Instrumento Particular de Emissão da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Até 3 (Três) Séries, para Colocação Privada, da Original Holding S.A."* ("Escritura de Emissão") sendo que as Debêntures serão subscritas exclusivamente pela Opea Securitizadora S.A. ("Securitizadora" ou "Debenturista") para compor o lastro dos certificados de recebíveis imobiliários da 126ª (centésima vigésima sexta) emissão, em até 3 (três) séries, da Securitizadora ("CRI"), de acordo com o *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 126ª Emissão, em até 3 (três) Séries, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela Original Holding S.A.*", a ser celebrado entre a Securitizadora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira, com filial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme em vigor ("Lei 9.514"), da Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme em vigor ("Lei **nº** 14.430"), e da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), os quais serão objeto de oferta pública de distribuição nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), da Resolução CVM 60 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("CRI", "Oferta" e "Operação de Securitização", respectivamente), em regime de garantia firme de colocação para o valor total de emissão dos CRI e melhores esforços para lote adicional com intermediação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de valores mobiliários ("Coordenadores"); **(ii)** a autorização e delegação de poderes à Diretoria para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar as providências e praticar todo e qualquer ato necessário e/ou conveniente à implementação e à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a **(a)** celebração da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos; **(b)** celebração do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários, Sob o Regime de Garantia Firma de Colocação, da 126ª Emissão, em até 3 (três) Séries, da Opea Securitizadora S.A.*", a ser celebrado por e entre a Emissora, a Fiadora, a Securitizadora e os Coordenadores para regular a coordenação, colocação e distribuição pública dos CRI ("Contrato de Distribuição") e eventuais aditamentos; **(c)** a contratação dos prestadores de serviços da Oferta (incluindo, mas não se limitando, os Coordenadores, o custodiante, o agente de liquidação, a agência de classificação de risco, o agente fiduciário e os assessores legais); **(d)** a negociação de todos os termos e condições da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, bem como seus eventuais aditamentos, e demais documentos da Emissão e/ou da Oferta; e **(e)** a celebração de quaisquer outros instrumentos, contratos e documentos relacionados à Emissão e/ou à Oferta; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Emissora direta ou indiretamente por meio de procuradores, no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, àqueles em consonância com as deliberações constantes nos itens (i) e (ii) acima. **5. DELIBERAÇÕES**: Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, aprovaram: **I.** Aprovar a realização da Emissão, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas pela Escritura de Emissão: **(i) Número da Emissão**: a Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Emissora. **(ii) Número de Séries**: a Emissão será realizada em até 3 (três) séries, sendo que a quantidade de debêntures a serem alocadas como debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e/ou como debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série") e/ou como debêntures da terceira série ("Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, "Debêntures") será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), observado que a alocação das Debêntures entre estas determinadas séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes, isto é, a quantidade das Debêntures da Primeira Série deverá ser diminuída da quantidade total de Debêntures da Segunda Série e/ou da quantidade total de Debêntures da Terceira Série, ou vice-versa, delimitando, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma destas determinadas séries, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding* ("Sistema de Vasos Comunicantes"), sendo que a emissão de Debêntures da Primeira Série está limitada ao máximo de 187.500 (cento e oitenta e sete mil e quinhentas) Debêntures da Primeira Série. A quantidade de Debêntures a ser alocada como Debêntures da Primeira Série, como Debêntures da Segunda Série e como Debêntures da Terceira Série será objeto do Aditamento do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo). **(iii) Valor Total da Emissão**: o valor total da emissão será de até R$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), observado que o Valor Total da Emissão poderá ser diminuído, observado o Montante Mínimo (conforme definido abaixo). **(iv) Quantidades de Debêntures Emitidas**: serão emitidas 410.000 (quatrocentas e dez mil) Debêntures ("Quantidade de Debêntures") na Data de Emissão observado que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série ("Série") será definida conforme demanda pelos CRI apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), sendo que: **(a)** a emissão de Debêntures da Primeira Série está limitada ao máximo de 187.500 (cento e oitenta e sete mil e quinhentas) Debêntures da Primeira Série; e **(b)** na hipótese de, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* dos CRI, a demanda apurada junto aos investidores para subscrição e integralização dos CRI for inferior a 410.000 (quatrocentos e dez mil) CRI, o Valor Total da Emissão e a quantidade total de Debêntures, serão diminuídas proporcionalmente ao valor final da emissão dos CRI e à quantidade final dos CRI, a ser formalizado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem a necessidade de aprovação da Securitizadora, da Emissora, da Fiadora ou aprovação por assembleia especial de titulares de CRI, desde que observado o montante mínimo correspondente a 375.000 (trezentas e setenta e cinco mil) Debêntures, no valor de R$ 375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de reais) ("Montante Mínimo"). **(v) Valor Nominal Unitário**: o valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). **(vi) Data de Emissão**: para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia **15** de **abril** de 2023 ("Data de Emissão"). **(vii) Data de Início da Rentabilidade**: para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade de cada série das Debêntures será a primeira data de integralização de cada Série correspondente de CRI ("Data de Início da Rentabilidade"). **(viii) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade**: as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro no Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Emissora. **(ix) Conversibilidade**: as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. **(x) Espécie**: as Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações a ser prestada na forma de Fiança, conforme descrito no item (xi) abaixo. **(xi) Garantia**: em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, incluindo a Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), a Fiadora, de forma irrevogável e irretratável, prestará fiança em favor da Debenturista, e, consequentemente, dos titulares de CRI e do Patrimônio Separado dos CRI (conforme descrito na Escritura de Emissão), obrigando-se como Fiadora e principal pagadora, coobrigada e solidariamente responsável com a Emissora, pelo pagamento de quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão ("Fiança"). **(xii) Vinculação à Operação de Securitização**: Debêntures serão subscritas exclusivamente pela Securitizadora no âmbito da securitização dos créditos imobiliários oriundos das Debêntures ("Créditos Imobiliários"), para compor o lastro dos CRI, no âmbito da Operação de Securitização. Após a subscrição das Debêntures pela Securitizadora, as Debêntures serão vinculadas aos CRI, nos termos da Lei 14.430, da Resolução CVM 60 e do Termo de Securitização, sendo certo que os CRI serão objeto de emissão e oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM 160 e da Resolução CVM 60. **(xiii) Preço de Subscrição e Forma de Integralização**: as Debêntures serão subscritas mediante assinatura de boletim de subscrição pela Securitizadora, sendo certo que tal assinatura ocorrerá anteriormente à efetiva emissão dos CRI, momento no qual as Debêntures passarão a ser consideradas como integrantes do Patrimônio Separado dos CRI, ainda que não tenha havido a integralização das Debêntures. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário. Em caso de integralização em mais de uma data, as Debêntures que venham ser integralizadas em data diversa e posterior à primeira Data de Integralização das Debêntures (conforme abaixo definido) deverá ser integralizada: (i) em relação às Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, considerando o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva Série (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive); e (ii) em relação às Debêntures da Terceira Série, considerando o seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures da Terceira Série, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive). **(xiv) Prazo e Data de Vencimento**: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, **(i)** as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 15 de abril de 2028 ("Data de Vencimento Primeira Série"); **(ii)** as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 15 de abril de 2030 ("Data de Vencimento Segunda Série"); e **(iii)** as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 15 de abril de 2030 ("Data de Vencimento Terceira Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento Primeira Série e a Data de Vencimento Segunda Série, "Datas de Vencimento". **(xv) Atualização Monetária das Debêntures**: o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não serão objeto de atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Terceira Série será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Terceira Série, até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Terceira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado" e "Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado", respectivamente). A Atualização Monetária será calculada conforme a Escritura de Emissão. **(xvi) Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de *Bookbuilding*)**: os Coordenadores, organizarão procedimento de coleta de intenções de investimento nos CRI, nos termos do artigo 61, parágrafo segundo e terceiro da Resolução CVM 160 ("Procedimento de *Bookbuilding*"), para verificação da existência de demanda, bem como definição **(a)** da taxa da remuneração dos CRI da Terceira Série (conforme definidos no Termo de Securitização) e, consequentemente, das Debêntures da Terceira Série; e **(b)** da quantidade e volumes finais de CRI da Primeira Série, CRI da Segunda Série e CRI da Terceira Série (conforme definidos no Termo de Securitização), e, consequente e respectivamente, da quantidade de Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Terceira Série, em sistema de vasos comunicantes, observado o previsto no item (iv) acima. **(xvii) Remuneração das Debêntures**: **(i)** sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, *over extra-grupo*, expressas na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescido exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 2,05% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; **(ii)** sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e **(iii)** sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado (ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso) das Debêntures da Terceira Série incidirão juros remuneratórios equivalentes a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente ao maior valor entre **(a)** a taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, das Notas do Tesouro Nacional – Série B, com vencimento em 2030 ("NTN-B 30"), utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (https://www.anbima.com.br), no fechamento do Dia Útil da data da realização do Procedimento de *Bookbuilding* acrescida exponencialmente de sobretaxa *(spread)* de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou **(b)** 8,15% (oito inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes deste a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Terceira Série ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. **(xviii) Pagamento da Remuneração**: **(i)** Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, sem carência, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2023 e o último, na Data de Vencimento Primeira Série; **(ii)** Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, sem carência, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2023 e, o último, na Data de Vencimento Segunda Série; **(iii)** Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures da Terceira Série ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Terceira Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, sem carência, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2023 e, o último, na Data de Vencimento Terceira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). **(xix) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado**: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das obrigações das Debêntures **(i)** o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série será amortizado em uma única parcela, a ser paga na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ou na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série; e **(ii)** o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série será amortizado em uma única parcela, a ser paga na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série. **(xx) Repactuação Programada**: não haverá repactuação programada das Debêntures. **(xxi) Resgate Antecipado Facultativo Total***:* a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após **(i)** em relação às Debêntures da Primeira Série, 2 (dois) anos (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir do dia 15 de abril de 2025 (inclusive); e **(ii)** em relação às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, 3 (três) anos (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir do dia 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série (sendo autorizado o resgate de qualquer uma das séries ou de todas as séries, conforme o caso, e vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Séries), com o seu consequente cancelamento, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo Total será aquele descrito na Escritura de Emissão. **(xxii) Amortização Extraordinária Facultativa**: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após **(i)** em relação às Debêntures da Primeira Série, 2 (dois) anos (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir do dia 15 de abril de 2025 (inclusive); e **(ii)** em relação às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, 3 (três) anos (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir do dia 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Amortização Extraordinária Facultativa será aquele descrito na Escritura de Emissão. **(xxiii) Amortização Extraordinária Obrigatória**: a qualquer tempo, caso algum dos Contratos de Locação referente aos Contratos de Locação de Destinação Futura, conforme descrito na Escritura de Emissão, seja rescindido, sem a inserção de novos imóveis ou Contratos de Locação, de modo que torne insuficiente os Créditos Imobiliários, a Emissora estará obrigada a efetuar a amortização antecipada das Debêntures no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data na qual o referido Contrato de Locação deixou de vigorar, em valor equivalente ao montante do Contrato de Locação objeto do término ("Amortização Extraordinária Obrigatória" e, em conjunto com a Amortização Extraordinária Facultativa, as "Amortizações Extraordinárias"), de acordo com os procedimentos previstos na Escritura de Emissão. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Amortização Extraordinária Obrigatória será aquele descrito na Escritura de Emissão. **(xxiv) Oferta de Resgate para Liberação da Fiança**: exclusivamente na hipótese da Emissora realizar uma oferta pública inicial de ações, no Brasil ou no exterior, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, exonerar a Fiadora da Fiança prestado nos termos da Escritura de Emissão, caso em que, como condição para tal exoneração, a Emissora deverá, obrigatoriamente, realizar a oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada oferta obrigatória de resgate antecipado parcial das Debêntures), endereçada à Securitizadora, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate para Liberação da Fiança"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate para Liberação da Fiança será aquele descrito na Escritura de Emissão. **(xxv) Oferta de Resgate Antecipado Facultativo**: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade de uma ou mais séries das Debêntures (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial das Debêntures de uma mesma série), e, consequentemente dos CRI, endereçada à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário, sem distinção, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo" ou "Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será aquele descrito na Escritura de Emissão. **(xxvi) Aquisição Facultativa**: não haverá aquisição facultativa das Debêntures pela Emissora. **(xxvii) Resgate Antecipado Obrigatório por Indisponibilidade da Taxa DI**: a Emissora deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, com o consequente resgate antecipado dos CRI Primeira Série e dos CRI Segunda Série, caso haja indisponibilidade da Taxa DI, nos termos previstos na Escritura de Emissão, sem que haja acordo sobre o novo índice na assembleia especial de titulares dos CRI, a ser realizada nos termos descritos no Termo de Securitização, ou em caso de ausência de quórum de instalação e/ou deliberação na respectiva assembleia geral de titulares dos CRI. A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da realização da assembleia especial de titulares de CRI ou da data em que referida assembleia deveria ter ocorrido, ou na Data de Vencimento da respectiva série, o que ocorrer primeiro, pelo valor descrito na Escritura de Emissão. **(xxviii) Resgate Antecipado Obrigatório por Indisponibilidade da Taxa IPCA**: a Emissora deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Terceira Série, com o consequente resgate antecipado dos CRI Terceira Série, caso haja indisponibilidade da Taxa IPCA, nos termos previstos na Escritura de Emissão, sem que haja acordo sobre o novo índice na assembleia especial de titulares dos CRI, a ser realizada nos termos descritos no Termo de Securitização, ou em caso de ausência de quórum de instalação e/ou deliberação na respectiva assembleia geral de titulares dos CRI. A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Terceira no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da realização da assembleia especial de titulares de CRI ou da data em que referida assembleia deveria ter ocorrido, ou na Data de Vencimento da respectiva série, o que ocorrer primeiro, pelo valor descrito na Escritura de Emissão. **(xxix) Destinação dos recursos**: os recursos captados pela Emissora serão destinados para: **(a)** até a Data de Vencimento, pagamento de alugueis devidos e ainda não incorridos pela Emissora e/ou suas controladas, assim definidas na Lei das Sociedades por Ações ("Controladas") em razão dos Contratos de Locação, conforme descritos e listados na Escritura de Emissão, bem como de gastos, custos e despesas, de natureza imobiliária e predeterminadas, ainda não incorridos pela Emissora e/ou pelas suas Controladas, diretamente atinentes à aquisição e/ou construção e/ou reforma de unidades de negócios, inclusive relacionados a custos incorridos com benfeitorias, localizadas nos imóveis descritos na Escritura de Emissão ("Contratos de Locação de Destinação Futura" e "Destinação Futura", respectivamente); e **(b)** reembolso dos gastos já incorridos pela Emissora e/ou suas Controladas referente ao pagamento de aluguéis, custos e despesas, de natureza imobiliária e predeterminadas, diretamente atinentes à aquisição e/ou construção e/ou expansão e/ou desenvolvimento e/ou reforma de unidades de negócios localizadas nos imóveis descritos na Escritura de Emissão ("Contratos de Locação de Destinação de Reembolso" e, em conjunto com os Contratos de Locação de Destinação Futura, "Contratos de Locação"), conforme gastos listados na Escritura de Emissão realizados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses contados da data de encerramento da Oferta ("Destinação Reembolso") e, em conjunto com a Destinação Futura, "Destinação de Recursos"). **(xxx) Encargos Moratórios**: sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida à Debenturista, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento pecuniário até a data do efetivo pagamento, à 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"). **(xxxi) Vencimento Antecipado***:* a Securitizadora deverá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Atualização Monetária, quando houver, da Remuneração da respectiva série devida, calculados *pro rata temporis*, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidente até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer das situações previstas abaixo, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um "Evento de Vencimento Antecipado"). Os Eventos de Vencimento Antecipado serão assim divididos entre: **(a)** Vencimento Antecipado Automático: observados os eventuais prazos de cura aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados abaixo acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta à Debenturista ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático): **(i)** descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Emissão e à Escritura de Emissão, e não sanada no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo vencimento; **(ii)** caso ocorra **(ii.a)** a dissolução, a liquidação ou a extinção da Emissora ou da Fiadora, exceto se em decorrência de uma Reorganização Societária Autorizada (conforme definido abaixo); **(ii.b)** a decretação de falência da Emissora ou da Fiadora; **(ii.c)** o pedido de autofalência, por parte da Emissora ou da Fiadora; **(ii.d)** o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora ou da Fiadora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar do recebimento da citação; **(ii.e)** a apresentação de pedido e/ou de plano de recuperação extrajudicial a seus credores (independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano), por parte da Emissora ou da Fiadora, sem a prévia e expressa autorização da Debenturista em assembleia geral convocada com esse fim; **(ii.f)** o ingresso pela Emissora ou da Fiadora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou **(ii.g)** qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável; **(iii)** a incorporação (incluindo a incorporação de ações), a fusão ou a cisão da Emissora e/ou da Fiadora, exceto se: **(iii.a)** for realizada exclusivamente entre **(1)** a Emissora e a Fiadora; **(2)** a Emissora e suas controladas e/ou controladas da Fiadora; **(3)** Fiadora e suas controladas, sendo certo que, nessa hipótese, caso a Fiadora seja extinta, a sociedade que a suceder deverá assumir as obrigações da Fiadora previstas na Escritura de Emissão**;** ou **(iii.b)** for prévia e expressamente autorizada por titulares de CRI representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação, em assembleia especial de titulares de CRI convocada com esse fim, nos termos previstos no Termo de Securitização; ou **(iii.c)** for assegurado à Debenturista o direito de resgate das Debêntures, por meio do Resgate Antecipado Facultativo Total ou Oferta de Resgate Antecipado, nos termos previstos na Escritura de Emissão. Para fins da Escritura de Emissão, os eventos indicados na alínea (iii.a) a (iii.c) denominam-se, em conjunto, "Reorganização Societária Autorizada"); **(iv)** ocorrência de qualquer alteração do

(Contínua)

ORIGINAL HOLDING S.A. CNPJ/ME 43.513.237/0001-89 - NIRE 35.300.576.900 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2023

controle acionário da Emissora ou da Fiadora, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações ("Controle"), sem a prévia aprovação dos titulares de CRI em sede de assembleia especial de titulares de CRI, representando, no mínimo 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação, nos termos do Termo de Securitização; **(v)** transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações; **(vi)** deliberação tomada em assembleia pelos acionistas da Emissora e/ou da Fiadora, para redução do capital social da Emissora e/ou da Fiadora, nos termos do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia aprovação dos titulares de CRI em sede de Assembleia Especial de Titulares de CRI, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação, nos termos do Termo de Securitização, conforme previsto no parágrafo 3º do referido dispositivo legal, exceto **(vi.a)** em decorrência de uma Reorganização Societária Autorizada, conforme estabelecido acima; ou **(vi.b)** para os fins previstos no artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; **(vii)** declaração, por decisão judicial, de invalidade, nulidade, ineficácia e/ou inexequibilidade da Escritura de Emissão, desde que não revertida no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva decisão judicial; e **(viii)** declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou da Fiadora, decorrente de quaisquer operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do patrimônio líquido consolidado da Fiadora, indicado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas, auditadas e divulgadas da Fiadora ("Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora") disponível quando da ocorrência do evento; e **(b)** Vencimento Antecipado Não Automático**:** observados os eventuais prazos de cura aplicáveis, na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados abaixo deverá ser aplicado o disposto na Cláusula 6.1.4 e seguintes da Escritura de Emissão (cada um desses eventos, um "Evento de Vencimento Antecipado Não Automático"): **(i)** provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, incompletas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora na Escritura de Emissão; **(ii)** caso ocorra **(ii.a)** a dissolução, liquidação ou extinção de qualquer controlada da Emissora ("Sociedades"), exceto se **(1)** em decorrência de uma Reorganização Societária Autorizada; e **(2)** forem incorporadas pela Emissora, pela Fiadora e/ou por quaisquer de suas respectivas controladas, ou, ainda, **(3)** estas sociedades estiverem inativas, sendo para os fins deste inciso, "sociedades inativas" aquela(s) que, de forma agregada ou individual, *não geram receitas em montante superior à 2% (dois por cento) do faturamento da Emissora* até a Data de Vencimento, conforme o caso; **(ii.b)** a decretação de falência de qualquer das Sociedades; **(ii.c)** o pedido de autofalência, por parte de qualquer das Sociedades; **(ii.d)** o pedido de falência formulado por terceiros em face de qualquer das Sociedades e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar do recebimento da citação; **(ii.e)** o ingresso, por qualquer das Sociedades, em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou **(ii.f)** qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência de qualquer das Sociedades, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável; **(iii)** se o objeto social disposto no estatuto social da Emissora e/ou da Fiadora for alterado de modo a excluir ou substancialmente reduzir a principal atividade atualmente praticada e os ramos de negócios atualmente explorados pela Emissora, pela Fiadora e/ou suas controladas, conforme o caso, salvo se **(iii.a)** em decorrência de Reorganização Societária Autorizada, desde que a Emissora e/ou da Fiadora continue a atuar na sua atual linha de negócios; e/ou **(iii.b)** prévia e expressamente aprovado por titulares de CRI em sede de assembleia especial de titulares de CRI, representando, no mínimo 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação, nos termos do Termo de Securitização; **(iv)** descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contado da data do recebimento, **(iv.a)** pela Emissora ou pela Fiadora, conforme o caso, da comunicação do referido descumprimento enviada pela Debenturista e/ou pelo Agente Fiduciário; ou **(iv.b)** pela Debenturista e/ou pelo Agente Fiduciário, da comunicação do referido descumprimento enviada pela Emissora ou pela Fiadora, conforme o caso, o que ocorrer primeiro, sendo certo que *(1)* esse prazo de cura não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo especifico na Escritura de Emissão; e *(2)* caso não seja possível sanar o descumprimento da obrigação não pecuniária em decorrência da existência de prazo legal ou regulamentar especifico necessário para tanto, o prazo previsto neste item para que o descumprimento em questão seja sanado corresponderá ao referido prazo legal ou regulamentar, conforme o caso; **(v)** não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, extinção ou suspensão de demais autorizações, alvarás, concessões, subvenções, ou licenças, inclusive as ambientais, da Emissora e/ou da Fiadora, que possa causar um Efeito Material Adverso (conforme definido na Escritura de Emissão); **(vi)** medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou da Fiadora; **(vii)** distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso, de acordo com o previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sempre que a Emissora e/ou a Fiadora estiverem em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão; **(viii)** inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária, não sanado dentro do respectivo prazo de cura, decorrente de operações de captação de recursos, realizadas no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do patrimônio líquido consolidado da Fiadora, conforme a última Demonstração Financeira Consolidada da Fiadora disponível quando da ocorrência do evento; **(ix)** descumprimento de quaisquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado contra a Emissora e/ou a Fiadora que possa gerar um Efeito Material Adverso (conforme definido na Escritura de Emissão); **(x)** protestos de títulos contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do patrimônio líquido consolidado da Fiadora, indicados nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora disponível quando da ocorrência do evento, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contado da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado à Debenturista e ao Agente Fiduciário pela Fiadora que **(x.a)** o protesto foi cancelado; ou **(x.b)** foram prestadas pela Fiadora garantias em juízo, e aceitas pelo Poder Judiciário; **(xi)** transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, salvo se prévia e expressamente aprovado por titulares de CRI em sede de assembleia especial de titulares de CRI, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação, nos termos do Termo de Securitização, exceto se em decorrência de uma Reorganização Societária Autorizada; e **(xii)** não manutenção, pela Fiadora, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros") por todo o período de vigência da Emissão **(xii.a)** em qualquer trimestre, ou **(xii.b)** por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 3 (três) trimestres não-consecutivos, enquanto não houver emissões da Fiadora vigentes com necessidade de cumprimento do Índice Financeiro em todos os trimestres, a serem apurados (i) pela Fiadora até o 5º (quinto) Dia Útil após as respectivas divulgações, das demonstrações financeiras e das demonstrações contábeis trimestrais da Fiadora; e (ii) trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora, revisadas pelos auditores independentes da Fiadora, e, em qualquer caso, disponibilizadas trimestralmente à Securitizadora (salvo se não estiverem disponíveis no site da Fiadora ou da CVM) juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais Índices Financeiros. A Fiadora deverá notificar a Securitizadora em até 20 (vinte) dias a partir do momento que não existirem mais emissões vigentes que tenham necessidade de cumprimento do Índice Financeiro em todos os trimestres. A primeira apuração será com base nas informações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2023. A Apuração dos Índices Financeiros será realizada pela Fiadora nos termos acima e validada pela Securitizadora. Para fins deste item devem ser consideradas as definições constantes da Escritura de Emissão. **(xxxii) Local de Pagamento**: os pagamentos devidos pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso, em favor da Debenturista em decorrência das Debêntures serão efetuados mediante depósito na conta corrente nº 16120-7, agência nº 0910, do Itaú Unibanco S.A., de titularidade da Debenturista. **(xxxiii) Demais Características**: as demais características e condições da Emissão e das Debêntures serão aquelas a serem especificadas na Escritura de Emissão. **II.** Aprovar a autorização e delegação de poderes à Diretoria da Emissora para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar as providências e praticar, todo e qualquer ato necessário e/ou conveniente à implementação e à realização da Emissão e da Oferta, bem como à formalização das matérias tratadas no item "I" acima, incluindo, mas sem limitação, a **(a)** celebração da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos; **(b)** celebração do Contrato de Distribuição e seus eventuais aditamentos; **(c)** a contratação dos prestadores de serviços da Oferta (incluindo, mas não se limitando, os Coordenadores, o custodiante, o agente de liquidação, a agência de classificação de risco, o agente fiduciário e os assessores legais); **(d)** a negociação de todos os termos e condições da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, bem como seus eventuais aditamentos, e demais documentos da Emissão e/ou da Oferta (tais como procurações, aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados, inclusive para cancelamento de Debêntures que não forem integralizadas na Data de Integralização), podendo, para tanto, assinar os respectivos instrumentos; e **(e)** a celebração da Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, bem como de todos os demais instrumentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, e eventuais aditamentos, além da prática de todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta. **5.2.** A ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Emissora direta ou indiretamente por meio de procuradores, no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, àqueles em consonância com as deliberações constantes nos itens "I" e "II" acima. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Assinaturas: Simpar S.A. (representada pelos seus diretores Denys Marc Ferrez e Samir Moises Gilio Ferreira). Mesa: Presidente – Denys Marc Ferrez – Secretária – Maria Lúcia de Araújo. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* Mogi das Cruzes, 16 de março de 2023. **Maria Lúcia de Araújo -** Secretária da Mesa.

ESPORTE CLUBE PINHEIROS

CNPJ 60.854.205/0001-66

CONSELHO DELIBERATIVO

746ª REUNIÃO ORDINÁRIA

24 DE ABRIL DE 2023

AUDITÓRIO DO CCR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Senhoras e Senhores Conselheiros.

Nos termos da alínea "c", do inciso I, do Art. 39, do Estatuto Social, convoco os Srs. Membros do Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros para a **746ª Reunião Ordinária**, em primeira convocação, às **19:00 horas do dia 24 de abril de 2023, segunda-feira**, no **Auditório do Centro Cultural e Recreativo**, para deliberar sobre:

EXPEDIENTE

Comunicações da Mesa, da Diretoria e dos Conselheiros, bem como propostas de caráter cívico, votos de pesar e de júbilo (Art. 36, §§1º e 4º do Regimento Interno do Conselho Deliberativo).

ORDEM DO DIA

Item 1 - Apreciação da Ata da 745ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de abril de 2023 (que será disponibilizada antes da Reunião).

Item 2 - Eleições do Presidente e do Vice-Presidente da Diretoria e dos Membros do Conselho Fiscal, para o biênio 2023/2025.

Item 3 - "A Voz do Conselheiro".

Item 4 - Várias.

Na hipótese de não estarem presentes pelo menos cinquenta (50) Conselheiros, o Conselho Deliberativo reunir-se-á, em segunda convocação, **às 20:00 horas**, no mesmo dia e local, com a participação mínima de trinta (30) membros, sendo que a lista de presença poderá ser assinada **até as 20:30 horas**.

São Paulo, 04 de abril de 2023

Guilherme Domingues de Castro Reis
Presidente do Conselho Deliberativo

Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Diretor Presidente da CAEFE - Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear, Sr. Ricardo Rocha de Castro, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na forma do artigo 25 do Estatuto Social vigente, convoca todos os Associados da CAEFE para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 18 de abril de 2023, às 13:30h (treze horas e trinta minutos), em primeira convocação, todos os associados da CAEFE, e as 14:00h (quatorze horas), em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes. A presente Assembleia será realizada virtualmente através da plataforma 'Zoom Meetings', com inscrição a ser feita pelo link: https://us06web.zoom.us/meeting/register/tZIlfu-tpzMvHtFIzzd6Tgha3KlJzelgpiKk até às 12h (doze horas) do dia 18 de abril de 2023, para a seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovar Prestação de contas, conforme os termos do Art. 33, inciso I do Estatuto Social em vigor. A ordem do dia e as instruções de inscrição para o ato estão disponíveis no site: www.caefe.com.br/noticias.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2023
Ricardo Rocha de Castro
Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.252/2012, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União – Edição nº 144 de 26/07/2012, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2023012000101 – Serviços de manutenção, englobando pintura de piso, equipamentos e a recuperação do sistema de escoamento de água pluvial no entorno das quadras na Unidade Bauru. Abertura: 24/04/2023 às 10h30.

PE 2023012000114 – Serviços especializados de manejo integrado de vetores e pragas urbanas para Diversas Unidades. Abertura: 25/04/2023 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICADO: Convocação para Seleção de Fornecedores

A Fundação Butantan comunica sobre a seleção de fornecedores em razão da contratação de empresa especializada em serviço de elaboração de plano de monitoramento de fumaça preta e medições das fontes de emissões atmosféricas fixas e móveis. Para maiores informações e recebimento do Memorial Descritivo, os interessados deverão entrar em contato através do endereço de e-mail "editais@butantan.gov.br" **até o dia 13/04/2023, quinta-feira.**

CLUBE DE XADREZ SÃO PAULO - CNPJ 62.107.388/0001-81 - Convoco os sócios do Clube de Xadrez São Paulo que estejam em situação regular perante os Estatutos Sociais para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária na sede social, à rua Araújo, 154 - 3º andar - São Paulo, no dia 29 de abril de 2023, às 13h30 em primeira convocação com a presença da maioria dos associados ou às 14h30 com qualquer número de sócios presentes, para tratar de: 1- Renovação de um terço e eleição dos demais membros do Conselho Deliberativo; 2- Aprovar as contas do exercício de 2022; 3- Outros assuntos. São Paulo, 31 de março de 2023. Celso Villares de Freitas - Presidente

AVISO DE CHAMAMENTO nº 005/2022
REPUBLICAÇÃO
PROCESSO SEI Nº PAD Nº 14520.000039/2021-03

O **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA TERCEIRA REGIÃO - CREFITO-3**, com sede situada na Rua Cincinato Braga, nº 267/277 - Bairro Bela Vista - São Paulo - SP - CEP.: 01333-011, torna público o presente chamamento, para a prospecção do mercado imobiliário com a intenção de aquisição de imóvel no Município de **SÃO PAULO - SP - ZONA OESTE**. O imóvel deverá atender às especificações constantes no edital de chamamento público e seus anexos, disponível no sítio eletrônico: www.crefito3.org.br. As propostas, com a documentação exigida, serão recebidas, nos termos do edital, de **06/04/2023 a 25/04/2023**. O edital encontra-se integralmente disponível no sítio informado, bem como no link: http://www.crefito3.org.br/dsn/licitacoes/detalhes.asp?cl=266, podendo, alternativamente, ser fornecida cópia eletrônica. Solicitações de esclarecimento poderão ser enviadas por e-mail, para o endereço cpl@crefito3.org.br, preferencialmente até o 3º dia útil que anteceder a data fixada para entrega das PROPOSTAS. São Paulo, 05 de abril de 2023.
Rubens Fernando Mafra - CPL - CREFITO-3

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ/ME nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 27 de Abril de 2023

Convocamos os senhores acionistas da **Cruzeiro do Sul Educacional S.A.,** sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galeno, nº 432 a 448, 7º andar, bairro Tatuapé, CEP 03071-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.418.000 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 62.984.091/0001-02, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2552-6 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 5º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem **de modo exclusivamente digital,** em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 14 horas ("**AGE**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, na forma da Proposta da Administração divulgada pela Companhia em 05 de abril de 2023; (ii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2023; (iii) aprovar o cancelamento de ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, na forma da Proposta da Administração divulgada pela Companhia em 05 de abril de 2023; e (iv) alterar e consolidar o estatuto social da Companhia, na forma da Proposta da Administração divulgada pela Companhia em 05 de abril de 2023. **Informações Gerais:** A participação dos acionistas na AGE será de forma digital, por meio de plataforma digital. A Companhia adotará o sistema de participação digital, permitindo que seus acionistas participem da AGE ao acessarem a plataforma digital Ten Meetings ("**Plataforma Digital**"), desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação na AGE por meio da plataforma digital estão disponíveis no Manual da Administração que poderá ser acessado por meio da página eletrônica da Companhia** (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br). Para participarem, os acionistas deverão realizar o pré-cadastro na Plataforma Digital (via link https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=643AC2666E0C), até as 14 horas do dia 25 de abril de 2023, acompanhada de toda a documentação necessária para permitir a participação do acionista na AGE, conforme detalhado no Manual da Administração da Companhia divulgado em 05 de abril de 2023. Os acionistas que não realizarem o pré-cadastro na Plataforma Digital no prazo acima referido não poderão participar da AGE, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. **Dos Documentos Referentes à AGE:** Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e a cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGE. São Paulo, 05 de abril de 2023.

Wolfgang Stephan Schwerdtle - Presidente do Conselho de Administração

SIMPAR S.A.

CNPJ/ME nº 07.415.333/0001-20 - NIRE 35.300.323.416
Companhia Aberta de Capital Autorizado

SIMH
B3 LISTED NM

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 16 de março de 2023, às 9 horas, na sede social da Simpar S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n° 1.017, 10º andar, conjunto 101, Itaim Bibi, CEP 04.530-001. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, que participaram por videoconferência, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia. **3. MESA**: Adalberto Calil – Presidente; Maria Lúcia de Araújo - Secretária. **4. ORDEM DO DIA**: Examinar e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** nos termos do artigo 20 do estatuto social da Companhia, a prestação e constituição, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança ("Fiança"), em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Original Holding S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 43.513.237/0001-89 ("Emissora"), no âmbito da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória, em até 3 (três) séries, para colocação privada da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Emissão da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Até 3 (Três) Séries, para Colocação Privada, da Original Holding S.A.*" ("Escritura de Emissão"), sendo que as Debêntures serão subscritas exclusivamente pela Opea Securitizadora S.A. ("Securitizadora" ou "Debenturista") para compor o lastro dos certificados de recebíveis imobiliários, da 126ª emissão, em até 3 (três) séries, da Securitizadora ("CRI"), de acordo com o "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 126ª Emissão, em até 3 (três) Séries, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A., lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Original Holding S.A.*" a ser celebrado entre a Securitizadora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira, com filial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário dos CRI", respectivamente), nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme em vigor ("Lei 9.514"), da Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme em vigor ("Lei nº 14.430"), e da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), os quais serão objeto de oferta pública de distribuição nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), da Resolução CVM 60 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("CRI", "Oferta" e "Operação de Securitização", respectivamente), em regime de garantia firme de colocação para o valor total de emissão dos CRI e melhores esforços para lote adicional com intermediação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de valores mobiliários ("Coordenadores"); **(ii)** a autorização e delegação de poderes à Diretoria para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar as providências e praticar, todo e qualquer ato necessário e/ou conveniente à implementação e à realização da Emissão e da Oferta, bem como a prestação da Fiança, incluindo, mas não se limitando a celebração **(a)** da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, **(b)** do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários, Sob o Regime de Garantia Firma de Colocação, da 126ª Emissão, em até 3 (três) Séries, da Opea Securitizadora S.A.*", a ser celebrado por e entre a Emissora, a Companhia, a Securitizadora e os Coordenadores para regular a coordenação, colocação e distribuição pública dos CRI ("Contrato de Distribuição") e eventuais aditamentos e/ou **(c)** de quaisquer outros instrumentos, contratos e documentos relacionados à Emissão, à Oferta e/ou à Fiança; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, no âmbito da Emissão e da Oferta, bem como para a prestação e constituição da Fiança. **5. DELIBERAÇÕES**: Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, aprovaram: **I.** Aprovar a prestação, pela Companhia, da Fiança, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão, e decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, o qual inclui **(i)** o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, acrescido da respectiva Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados nos termos desta Escritura de Emissão; **(ii)** bem como todos os acessórios ao principal, indenizações, custos e/ou despesas, que compreendem as despesas do Fundo de Despesas do Patrimônio Separado dos CRI que sejam de responsabilidade da Emissora, conforme previsto na Escritura de Emissão e as demais despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário dos CRI e/ou pela Debenturista, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, nos termos do artigo 822 do Código Civil, nas datas previstas na Escritura de Emissão, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, nos termos desta Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas"). A Companhia prestará a Fiança de forma irrevogável e irretratável, em favor da Securitizadora, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, em caráter solidário com a Emissora, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, conforme aplicável, do Código Civil e artigos 130 e 794 e parágrafos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Em face da aprovação ora deliberada, fica consignado, para fins de clareza, que a Emissão e as Debêntures terão as seguintes principais características: **(i) Número da Emissão**: a Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Emissora. **(ii) Número de Séries**: a Emissão será realizada em até 3 (três) séries, sendo que a quantidade de debêntures a serem alocadas como debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e/ou como debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série") e/ou como debêntures da terceira série ("Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, "Debêntures") será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), observado que a alocação das Debêntures entre estas determinadas séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes, isto é, a quantidade das Debêntures da Primeira Série deverá ser diminuída da quantidade total de Debêntures da Segunda Série e/ou da quantidade total de Debêntures da Terceira Série, ou vice-versa, delimitando, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma destas determinadas séries, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding* ("Sistema de Vasos Comunicantes"), sendo que a emissão de Debêntures da Primeira Série está limitada ao máximo de 187.500 (cento e oitenta e sete mil e quinhentas) Debêntures da Primeira Série. A quantidade de Debêntures a ser alocada como Debêntures da Primeira Série, como Debêntures da Segunda Série e como Debêntures da Terceira Série será objeto do Aditamento do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo). **(iii) Valor Total da Emissão**: o valor total da emissão será de até R$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), observado que o Valor Total da Emissão poderá ser diminuído, observado o Montante Mínimo (conforme definido abaixo). **(iv) Quantidades de Debêntures Emitidas**: serão emitidas 410.000 (quatrocentas e dez mil) Debêntures ("Quantidade de Debêntures") na Data de Emissão observado que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série ("Série") será definida conforme demanda pelos CRI apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), sendo que: **(a)** a emissão de Debêntures da Primeira Série está limitada ao máximo de 187.500 (cento e oitenta e sete mil e quinhentas) Debêntures da Primeira Série; e **(b)** na hipótese de, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* dos CRI, a demanda apurada junto aos investidores para subscrição e integralização dos CRI for inferior a 410.000 (quatrocentos e dez mil) CRI, o Valor Total da Emissão e a quantidade total de Debêntures, serão diminuídas proporcionalmente ao valor final da emissão dos CRI e à quantidade final dos CRI, a ser formalizado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem a necessidade de aprovação da Securitizadora, da Emissora, da Companhia ou aprovação por assembleia especial de titulares de CRI, desde que observado o montante mínimo correspondente a 375.000 (trezentas e setenta e cinco mil) Debêntures, no valor de R$ 375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de reais) ("Montante Mínimo"). **(v) Valor Nominal Unitário**: o valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). **(vi) Data de Emissão**: para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de abril de 2023 ("Data de Emissão"). **(vii) Data de Início da Rentabilidade**: para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade de cada série das Debêntures será a primeira data de integralização de cada Série correspondente de CRI ("Data de Início da Rentabilidade"). **(viii) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade**: as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro no Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Emissora. **(ix) Conversibilidade**: as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. **(x) Espécie**: as Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações a ser prestada na forma de Fiança, conforme descrito no item (xi) abaixo. **(xi) Garantia**: em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, incluindo a Obrigações Garantidas, a Companhia, de forma irrevogável e irretratável, prestará fiança em favor da Debenturista, e, consequentemente, dos titulares de CRI e do Patrimônio Separado dos CRI (conforme descrito na Escritura de Emissão), obrigando-se como Companhia e principal pagadora, coobrigada e solidariamente responsável com a Emissora, pelo pagamento de quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão ("Fiança"). **(xii) Vinculação à Operação de Securitização**: Debêntures serão subscritas exclusivamente pela Securitizadora no âmbito da securitização dos créditos imobiliários oriundos das Debêntures ("Créditos Imobiliários"), para compor o lastro dos CRI, no âmbito da Operação de Securitização. Após a subscrição das Debêntures pela Securitizadora, as Debêntures serão vinculadas aos CRI, nos termos da Lei 14.430, da Resolução CVM 60 e do Termo de Securitização, sendo certo que os CRI serão objeto de emissão e oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM 160 e da Resolução CVM 60. **(xiii) Preço de Subscrição e Forma de Integralização**: as Debêntures serão subscritas mediante assinatura de boletim de subscrição pela Securitizadora, sendo certo que tal assinatura ocorrerá anteriormente à efetiva emissão dos CRI, momento no qual as Debêntures passarão a ser consideradas como integrantes do Patrimônio Separado dos CRI, ainda que não tenha havido a integralização das Debêntures. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário. Em caso de integralização em mais de uma data, as Debêntures que venham ser integralizadas em data diversa e posterior à primeira Data de Integralização das Debêntures (conforme abaixo definido) deverá ser integralizada: (i) em relação às Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, considerando o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva Série (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive); e (ii) em relação às Debêntures da Terceira Série, considerando o seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures da Terceira Série, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive). **(xiv) Prazo e Data de Vencimento**: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, **(i)** as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 15 de abril de 2028 ("Data de Vencimento Primeira Série"); **(ii)** as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 15 de abril de 2030 ("Data de Vencimento Segunda Série"); e **(iii)** as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 15 de abril de 2030 ("Data de Vencimento Terceira Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento Primeira Série e a Data de Vencimento Segunda Série, "Datas de Vencimento". **(xv) Atualização Monetária das Debêntures**: o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não serão objeto de atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Terceira Série será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Terceira Série, até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Terceira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado" e "Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado", respectivamente). A Atualização Monetária será calculada conforme a Escritura de Emissão. **(xvi) Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de *Bookbuilding*)**: os Coordenadores, organizarão procedimento de coleta de intenções de investimento nos CRI, nos termos do artigo 61, parágrafo segundo e terceiro da Resolução CVM 160 ("Procedimento de *Bookbuilding*"), para verificação da existência de demanda, bem como definição **(a)** da taxa da remuneração dos CRI da Terceira Série (conforme definidos no Termo de Securitização) e, consequentemente, das Debêntures da Terceira Série; e **(b)** da quantidade e volumes finais de CRI da Primeira Série, CRI da Segunda Série e CRI da Terceira Série (conforme definidos no Termo de Securitização), e, consequente e respectivamente, da quantidade de Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Terceira Série, em sistema de vasos comunicantes, observado o previsto no item (iv) acima. **(xvii) Remuneração das Debêntures**: **(i)** sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, *over extra-grupo*, expressas na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescido exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 2,05% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; **(ii)** sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescido exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) equivalente a 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e **(iii)** sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado (ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso) das Debêntures da Terceira Série incidirão juros remuneratórios equivalentes a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente ao maior valor entre **(a)** a taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, das Notas do Tesouro Nacional – Série B, com vencimento em 2030 ("NTN-B 30"), utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (https://www.anbima.com.br), no fechamento do Dia Útil da data da realização do Procedimento de *Bookbuilding* acrescida exponencialmente de sobretaxa *(spread)* de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou **(b)** 8,15% (oito inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes deste a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Terceira Série ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. **(xviii) Pagamento da Remuneração**: **(i)** Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, sem carência, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2023 e, o último, na Data de Vencimento Primeira Série; **(ii)** Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, sem carência, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2023 e, o último, na Data de Vencimento Segunda Série; **(iii)** Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures da Terceira Série ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Terceira Série, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, sem carência, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2023 e, o último, na Data de Vencimento Terceira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). **(xix) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado**: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das obrigações das Debêntures **(i)** o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série será amortizado em uma única parcela, a ser paga na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ou na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série; e **(ii)** o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série será amortizado em uma única parcela, a ser paga na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série. **(xx) Repactuação Programada**: não haverá repactuação programada das Debêntures. **(xxi) Resgate Antecipado Facultativo Total***:* a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após **(i)** em relação às Debêntures da Primeira Série, 2 (dois) anos (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir do dia 15 de abril de 2025 (inclusive); e **(ii)** em relação às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, 3 (três) anos (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir do dia 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série (sendo autorizado o resgate de qualquer uma das séries ou de todas as séries, conforme o caso, e vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Séries), com o seu consequente cancelamento, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo Total será aquele descrito na Escritura de Emissão. **(xxii) Amortização Extraordinária Facultativa**: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após **(i)** em relação às Debêntures da Primeira Série, 2 (dois) anos (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir do dia 15 de abril de 2025 (inclusive); e **(ii)** em relação às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, 3 (três) anos (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir do dia 15 de abril de 2026 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Amortização Extraordinária Facultativa será aquele descrito na Escritura de Emissão. **(xxiii) Amortização Extraordinária Obrigatória**: a qualquer tempo, caso algum dos Contratos de Locação referente aos Contratos de Locação de Destinação Futura, conforme descrito na Escritura de Emissão, seja rescindido, sem a inserção de novos imóveis ou Contratos de Locação, de modo que torne insuficiente os Créditos Imobiliários, a Emissora estará obrigada a efetuar a amortização antecipada das Debêntures no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data na qual o referido Contrato de Locação deixou de vigorar, em valor equivalente ao montante do Contrato de Locação objeto do término ("Amortização Extraordinária Obrigatória" e, em conjunto com a Amortização Extraordinária Facultativa, as "Amortizações Extraordinárias"), de acordo com os procedimentos previstos na Escritura de Emissão. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Amortização Extraordinária Obrigatória será aquele descrito na Escritura de Emissão. **(xxiv) Oferta de Resgate para Liberação da Fiança**: exclusivamente na hipótese da Emissora realizar uma oferta pública inicial de ações, no Brasil ou no exterior, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, exonerar a Companhia da Fiança prestado nos termos da Escritura de Emissão, caso em que, como condição para tal exoneração, a Emissora deverá, obrigatoriamente, realizar a oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada oferta obrigatória de resgate antecipado parcial das Debêntures), endereçada à Securitizadora, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate para Liberação da Fiança"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate para Liberação da Fiança será aquele descrito na Escritura de Emissão. **(xxv) Oferta de Resgate Antecipado Facultativo**: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade de uma ou mais séries das Debêntures (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial das Debêntures de uma mesma série), e, consequentemente dos CRI, endereçada à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário, sem distinção, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo" ou "Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será aquele descrito na Escritura de Emissão. **(xxvi) Aquisição Facultativa**: não haverá aquisição facultativa das Debêntures pela Emissora. **(xxvii) Resgate Antecipado Obrigatório por Indisponibilidade da Taxa DI**: a Emissora deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, com o consequente resgate antecipado dos CRI Primeira Série e dos CRI Segunda Série, caso haja indisponibilidade da Taxa DI, nos termos previstos na Escritura de Emissão, sem que haja acordo sobre o novo índice na assembleia especial de titulares dos CRI, a ser realizada nos termos descritos no Termo de Securitização, ou em caso de ausência de quórum de instalação e/ou deliberação na respectiva assembleia geral de titulares dos CRI. A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da realização da assembleia especial de titulares de CRI ou da data em que referida assembleia deveria ter ocorrido, ou na Data de Vencimento da respectiva série, o que ocorrer primeiro, pelo valor descrito na Escritura de Emissão. **(xxviii) Resgate Antecipado Obrigatório por Indisponibilidade da Taxa IPCA**: a Emissora deverá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Terceira Série, com o consequente resgate antecipado dos CRI Terceira Série, caso haja indisponibilidade da Taxa IPCA, nos termos previstos na Escritura de Emissão, sem que haja acordo sobre o novo índice na assembleia especial de titulares dos CRI, a ser realizada nos termos descritos no Termo de Securitização, ou em caso de ausência de quórum de instalação e/ou deliberação na respectiva assembleia geral de titulares dos CRI. A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Terceira no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da realização da assembleia especial de titulares de CRI ou da data em que referida assembleia deveria ter ocorrido, ou na Data de Vencimento da respectiva série, o que ocorrer primeiro, pelo valor descrito na Escritura de Emissão. **(xxix) Destinação dos recursos**: os recursos captados pela Emissora serão destinados para: **(a)** até a Data de Vencimento, pagamento de alugueis devidos e ainda não incorridos pela Emissora e/ou suas controladas, assim definidas na Lei das Sociedades por Ações ("Controladas") em razão dos Contratos de Locação, conforme descritos e listados na Escritura de Emissão, bem como de gastos, custos e despesas, de natureza imobiliária e predeterminadas, ainda não incorridos pela Emissora e/ou pelas suas Controladas, diretamente atinentes à aquisição e/ou construção e/ou reforma de unidades de negócios, inclusive relacionados a custos incorridos com benfeitorias, localizadas nos imóveis descritos na Escritura de Emissão ("Contratos de Locação de Destinação Futura" e "Destinação Futura", respectivamente); e **(b)** reembolso dos gastos já incorridos pela Emissora e/ou suas Controladas referente ao pagamento de aluguéis, custos e despesas, de natureza imobiliária e predeterminadas, diretamente atinentes à aquisição e/ou construção e/ou expansão e/ou desenvolvimento e/ou reforma de unidades de negócios localizadas nos imóveis descritos na Escritura de Emissão ("Contratos de Locação de Destinação de Reembolso" e, em conjunto com os Contratos de Locação de Destinação Futura, "Contratos de Locação"), conforme gastos listados na Escritura de Emissão realizados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses contados da data de encerramento da Oferta ("Destinação Reembolso") e, em conjunto com a Destinação Futura, "Destinação de Recursos"). **(xxx) Encargos Moratórios**: sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida à Debenturista, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento pecuniário até a data do efetivo pagamento, à 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"). **(xxxi) Vencimento Antecipado***:* observados os termos da Escritura de Emissão, as Debêntures e todas as obrigações constantes na Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, na ocorrência dos eventos de vencimento antecipado previstos na Escritura de Emissão. **(xxxii) Local de Pagamento**: os pagamentos devidos pela Emissora e/ou pela Companhia, conforme o caso, em favor da Debenturista em decorrência das Debêntures serão efetuados mediante depósito na conta corrente nº 16120-7, agência nº 0910, do Itaú Unibanco S.A., de titularidade da Debenturista. **(xxxiii) Demais Características**: as demais características e condições da Emissão e das Debêntures serão aquelas a serem especificadas na Escritura de Emissão. **(xxxiv) Local de Pagamento**: os pagamentos devidos pela Emissora e/ou pela Companhia, conforme o caso, em favor da Debenturista em decorrência das Debêntures serão efetuados mediante depósito na conta corrente nº 16120-7, agência nº 0910, do Itaú Unibanco S.A., de titularidade da Debenturista ("Conta Centralizadora"). **(xxxv) Repactuação Programada**: as Debêntures não serão objeto de repactuação programada. **(xxxvi) Publicidade**: todos os atos, anúncios, avisos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses da Securitizadora, deverão ser obrigatoriamente comunicados à Securitizadora, obedecidos os prazos legais e/ou regulamentares. **(xxxvii) Classificação de Risco**: não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir rating às Debêntures. **(xxxviii) Demais Características**: as demais características e condições da Emissão e das Debêntures serão aquelas a serem especificadas na Escritura de Emissão. **II.** Aprovar a autorização e delegação de poderes à Diretoria para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar as providências e praticar, todo e qualquer ato necessário e/ou conveniente à implementação e à realização da Emissão e da Oferta, bem como a prestação da Fiança, incluindo, mas não se limitando a celebração **(a)** da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, **(b)** do Contrato de Distribuição e eventuais aditamentos e/ou **(c)** de quaisquer outros instrumentos, contratos e documentos relacionados à Emissão, à Oferta e/ou à Fiança; **III.** Aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo aqueles praticados para implementação dos itens 5.1 e 5.2 acima mencionados. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. **Mesa:** Sr. Adalberto Calil – Presidente; Maria Lúcia de Araújo - Secretária. **Conselheiros Presentes:** Adalberto Calil, Fernando Antonio Simões, Fernando Antonio Simões Filho e Alvaro Pereira Novis e Augusto Marques da Cruz Filho. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 16 de março de 2023. **Maria Lúcia de Araújo -** Secretária da Mesa.

SINIOP – SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA DE ÓPTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Paulista, 1313 – 7º andar – c/ 707 – 01311-923 – São Paulo – SP
ELEIÇÃO SINDICAL – EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Será realizada eleição no dia 09 de maio de 2023, na sede desta Entidade para composição da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados-Representantes e respectivos suplentes, devendo o registro de chapas ser apresentado à Secretaria, no horário de 8:30 às 17:30, no período de 20 (vinte) dias a contar da publicação deste Aviso. Edital de convocação da eleição encontra-se afixado na sede desta Entidade.
São Paulo, 6 de abril de 2023. Rinaldo Dini – Conselho Administrativo

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

Aviso de Licitação

PE RP 125/2022; PA 14273/2022; Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios destinados ao atendimento de crianças expostas ao HIV, de acordo com determinação do Ministério da Saúde e Departamento Estadual de IST/AIDS. Abertura: 19/04/2023 as 09:00hs. O edital encontra-se no site www.maua.sp.gov.br e www.comprasbr.com.br. Inf: (11)4512-7824. Vanessa Lima dos Passos Mattiello – Diretora de Licitações – Secretaria de Governo.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura dos processos de **COMPRA PRIVADA,** tipo **MENOR PREÇO,** cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br), e que serão regidos pelo seu **Regulamento de Compras:**

CONCORRÊNCIA:

FFM 0293-2023-00 – “SUPORTE ESPECIALIZADO DE TI PARA O CENTRO DE TREINAMENTO DO INSTITUTO DE RADIOLOGIA”
FFM 0298-2023-00 – “SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA PARA O INSTITUTO PERDIZES DO HCFMUSP”

Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes no Estado de São Paulo

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente edital ficam convocadas, nos termos do Artigo 17º, parágrafo VI, do Estatuto Social, as empresas associadas deste Sindicato, para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará **presencialmente** na sua sede social, sita à Av. Paulista, nº 1313, 9º andar, conj. 903, e também virtualmente, **no dia 12 de Abril de 2023, às 08h30, em primeira convocação,** com quórum de maioria absoluta dos associados com direito a voto, **ou às 09h00 em segunda convocação,** com maioria de votos dos associados presentes e de modo virtual, para apreciar e deliberar sobre a seguinte: Ordem do Dia: 1 – Aprovação das contas do exercício do ano de 2022. Os associados do Sitivesp, receberão previamente o link para acesso ao ambiente da assembleia.

São Paulo, 06 de abril de 2023
Douver Gomes Martinho - Presidente

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura dos processos de **COMPRA PRIVADA,** tipo **MENOR PREÇO,** cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br), e que serão regidos pelo seu **Regulamento de Compras:**

CONCORRÊNCIA:

FFM 0271-2023-00 – “ADAPTAÇÃO DO ESPACE 661 (BLUEBOX) – FASE LÍQUIDA PARA FASE GÁS”
FFM 0371-2023-00 – “FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE 2 CHILLERS DO INRAD”
FFM 0322-2023-00 – “FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FOLHAS DE PORTAS REVESTIDAS EM LAMINADO”
FFM 0380-2023-00 – “REAGENTE POLICLONAL DE COELHO PARA PROJETO DE PESQUISA”

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS PRIVADAS

FFM 1635-2022-00 (RC 37.142) WORLD COURIER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA, 44.064.665/0001-34
FFM 0102-2023-00 (RC 37.420) 1A AÇÃO AMBIENTAL LTDA, 26.191.125/0001-30
FFM 0238-2023-00 (RC 86) SOMPO SEGUROS S.A, 61.383.493/0001-80
FFM 0321-2023-00 (RC 37.734) INTELECTOOLS BUSINESS INTELLIGENCE – INFORMÁTICA LTDA, 05.827.668/0001-20
FFM 0607-2022-00 (RC 35.715) R MATIELLO ARQUITETURA LTDA, 29.481.813/0001-22

REVOGAÇÃO

A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, comunica a **REVOGAÇÃO** do PROCESSO DE COMPRA: **FFM 1583/2022-00** – “TRANSMISÃO PARA LIVES PELO STREMYARD, TRANSMISSÃO AO VIVO COM EQUIPAMENTO”, conforme item 10.3 do edital.

PETROBRAS

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
CNPJ: 33.000.167/0001-01

AVISO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS torna público que recebeu do IBAMA, a Licença de Operação (LO) nº 1665/2023, com validade de 8 anos, para o FPSO Anna Nery no Projeto de Revitalização dos Campos de Marlim e Voador, na Bacia de Campos.

PROCESSO IBAMA nº 02001.000592/2017-31

WLLISSES MENEZES AFONSO
Gerente Geral da Unidade de Negócio da Bacia de Campos

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 49/2023. Objeto: Aquisição de MÁQUINAS PARA A FABRICAÇÃO DE FRALDAS E ABSORVENTES, sob a forma de entrega integral, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência. Abertura dia 20 de abril de 2023, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 04 de abril de 2023. Tiago Maduro de Azevedo – Superintendente de Infraestrutura e Logística.

CERIPA - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE ITAÍ-PARANAPANEMA-AVARÉ LTDA, inscrita no CNPJ nº. 49.606.312/0001-32 e CERNHE - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE, inscrita no CNPJ no. 53.176.038/0001-86, promoverão em conjunto, leilão eletrônico em 11/05/2023 para aquisição de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL.
O Leilão será realizado de forma a assegurar publicidade, transparência e igualdade de oportunidades aos interessados em ofertar energia elétrica conforme a legislação aplicável no Decreto 5163 de 30/07/2004, e normativos regulatórios do setor elétrico brasileiro aprovados pela ANEEL.
Aos interessados em participar do leilão, poderão acessar o Edital do Leilão Conjunto de Compra de Energia Elétrica 2023 da CERIPA e CERNHE através da plataforma http://leilao.paradigmabs.com.br/leilao-cernhe-ceripa, e também nos sítios
eletrônicos www.cernhe.com.br e www.ceripa.com.br, e enviar até as 17h de 05/05/2023, através do e-mail leilão_permissionarias@agoraenergia.com.br, os documentos para habilitação com o Assunto: ‘Leilão Conjunto CERNHE e CERIPA’.
Outras datas relevantes do Leilão:
Envio de dúvidas e esclarecimentos até 17h de 02/05/2023
Divulgação dos proponentes habilitados até 17h de 08/05/2023
Realização do leilão a partir das 10:00h de 11/05/2023

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura dos processos de **COMPRA PRIVADA,** tipo **MENOR PREÇO,** cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br), e que serão regidos pelo seu **Regulamento de Compras:**

CONCORRÊNCIA:

FFM 0259-2023-00 – “ASSISTÊNCIA MÉDICA” **FFM 0341-2023-00 –** “AUDITORIA MÉDICA - SUS”

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS

AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023

Torna-se público que, concluída a fase de habilitação, e a abertura da proposta, sendo a empresa vencedora NOROMIX CONCRETO S.A., CNPJ nº 10.558.895/0001-38, no valor de R$ 239.277,85 (Duzentos e Trinta e Nove Mil e Duzentos e Setenta e Sete Reais e Oitenta e Cinco Centavos), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para recapeamento de vias publicas no município de Martinópolis-SP (Ruas Vereador Joaquim Honório/ Rua Maria Natalicia Barleta/ Rua Jurandyr Itomonio Leocádio), com o fornecimento de mão de obra e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos no Projeto Executivo, de acordo com o Termo de Convênio Demanda - 047101 (SH-PRC-2022-00050-DM) – Secretaria de Desenvolvimento Regional, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária. Fica aberto o prazo para recurso. Prefeitura Municipal de Martinópolis, 05/04/2023, Comissão de Licitação. Prefeito.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Membros do Ministério Público de São Paulo - PROMOCRED

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

O Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Membros do Ministério Público de São Paulo - **PROMOCRED,** inscrita sob o CNPJ nº 04.478.231/0001-66 e NIRE nº 35400067683, no uso de suas atribuições que lhe confere o estatuto social, convoca seus Associados, que nesta data são em número de 349 (trezentos e quarenta e nove), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 20/04/2023, na modalidade virtual, adotando-se a plataforma Microsoft Teams como meio de participação e de deliberação, conforme previsto no artigo 5º da Lei 14.010/2020 publicada em 10 de Junho de 2020, obedecendo aos seguintes horários e “quórum” para sua instalação, cumprindo o que determina o estatuto social. **Assembleia Geral Ordinária:** 01) em primeira convocação, às 09:30 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos Associados, 02) em segunda convocação, às 10:00 horas, com a presença de metade mais um dos Associados, 03) em terceira convocação, às 10:30 horas com a presença de no mínimo 10 (dez) Associados para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: Ordinária: 1.** Prestação de contas do exercício de 2022, compreendendo o Relatório da Gestão, Demonstrativo de Sobras ou Perdas e Parecer do Conselho Fiscal; **2.** Destinação das sobras apuradas e sua fórmula de cálculo; **3.** Retorno da reserva de contingência para a conta de Reserva Legal; **4.** Assuntos de interesse geral (sem deliberação).

São Paulo, 30 de março de 2023
José Carlos Cosenzo - Diretor Presidente

Nota: a) Conforme determina a Resolução do CMN 4.434/15, em seu artigo 46, as demonstrações contábeis do exercício de 2022 acompanhadas do respectivo parecer dos Conselheiros Fiscais estarão à disposição dos associados com no mínimo de dez dias da data da assembleia, no site da Promocred; **b)** A reunião virtual será realizada através da plataforma Microsoft Teams e os links para ingresso serão enviados através do e-mail cadastrado que o associado possui na Promocred dentro de prazo apropriado; **c)** Recomenda-se que o acesso seja realizado antes do horário estipulado para abertura dos trabalhos, evitando assim o acúmulo de dúvidas sobre o acesso, no momento da assembleia.

ECO Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Cancelamento da 1ª (Primeira) Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 156ª Emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

A Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“Emissora”) vem informar o cancelamento da convocação da Assembleia Geral dos Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª séries da 156ª emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., que seria realizada no dia 11 de abril de 2023, às 11:00 horas (“Assembleia”), exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma eletrônica *Zoom*, administrada pela Emissora, cujo Edital de Convocação foi publicado nos dias 22, 23 e 24 de março no jornal “O Estado de São Paulo”, na CVM e no site da Emissora (“Edital de Convocação”), com a seguinte Ordem do Dia: **(i)** autorização para que a periodicidade das Cessões Adicionais seja estendida, com alteração da Cláusula 2.1, “(ii)”, do Instrumento Particular de Cessão e Endosso, Promessa de Cessão e Endosso de Direitos Creditórios do Agronegócio e Outras Avenças, celebrado em 04 de agosto de 2022, conforme aditado de tempos em tempos (“**Contrato de Cessão**”), a fim de prever que os aditamentos ao Contrato de Cessão passem a ser realizados a cada 30 (trinta) dias, a partir da eventual aprovação em Assembleia; e **(ii)** autorização para a Emissora e o Agente Fiduciário praticarem todos e quaisquer atos para efetivação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a eventual alteração dos documentos da oferta. Por fim, a Emissora informa que a Assembleia foi convocada por solicitação da Ectare Pay Serviços de Gestão de Pagamentos S.A. (“Cedente”), e que a convocação está sendo cancelada em razão de manifestação de desinteresse da Cedente em seguir com a realização da Assembleia. São Paulo, 31 de março de 2023. **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. - Cristian de Almeida Fumagalli -** Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Distribuição e Diretor de Securitização.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE nº 35300367308

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 01 de Dezembro de 2022

Data, Horário e Local: No dia 01 de dezembro de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“**Companhia**”), localizada na Avenida Pedroso de Morais, nº 1.553, 3º andar, conjunto 32, CEP: 05419-001, na Cidade e Estado de São Paulo. **Convocação:** Convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, conforme o Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia. Compareceram a totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme assinaturas constantes nesta ata. **Composição da Mesa:** Sr. Milton Scatolini Menten - Presidente; e Sra. João Carlos Silva de Ledo Filho - Secretário. **Ordem do Dia:** Constava a seguinte matéria na pauta de ordem do dia da Reunião: **(i)** nos termos do inciso “l”, do art. 15 do Estatuto Social da Companhia delegar à Diretoria a competência para a fixação dos termos e condições de cada emissão de debêntures, Certificados de Recebíveis de Agronegócio (“CRA”), Certificados de Recebíveis Imobiliário (“CRI”), Certificados de Recebíveis (“CR”) e quaisquer outros títulos de créditos ou valores mobiliários, independentemente do valor, fixando o valor total de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão; **(ii)** autorização para que os conselheiros da Companhia promovam todos os atos necessários à implementação das deliberações da presente Ata, inclusive os registros e publicações necessários à perfeita formalização dos atos praticados. **Deliberações:** Por unanimidade, observadas as restrições legais ao exercício do direito de voto, sem qualquer oposição, ressalva, restrição ou protesto dos presentes, foram tomadas as seguintes deliberações: **(i)** Os Conselheiros, neste ato, delegam à Diretoria a competência para a fixação dos termos e condições de cada emissão de debêntures, Certificados de Recebíveis de Agronegócio (“CRA”), Certificados de Recebíveis Imobiliário (“CRI”), Certificados de Recebíveis (“CR”) e quaisquer outros títulos de créditos ou valores mobiliários, independentemente do valor, fixando o valor total de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão; **(ii)** Por fim, foi autorizado e determinado que os conselheiros da Companhia promovam todos os atos necessários à implementação das deliberações da presente Ata, inclusive os registros e publicações necessários à perfeita formalização dos atos praticados. **Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a deliberar, o Sr. Presidente deu por encerrados e conclusos os trabalhos. Em seguida, suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, aprovada e devidamente assinada digitalmente. São Paulo, 01 de dezembro de 2022. **Milton Scatolini Menten -** Presidente da Mesa; **João Carlos Silva de Ledo Filho:** Secretário da Mesa. **Conselheiros Presentes: Roberta Lacerda Crespilho; Joaquim Douglas de Albuquerque; Milton Scatolini Menten. JUCESP** nº 132.693/23-9 em 04/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Pneumáticos e Látex dos Estados da BA, MG, RJ, RS, SC e SP - Cód. Sindical nº 004.131.00000-7 – **CNPJ nº** 62.657.986/0001-24 - Rua Professor Sud Menucci, 63/69 – Vila Mariana – São Paulo/SP - CEP 04017-080 – Tel (11) 4563-8337 - **www.fenabor.org.br - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 001/2023 -** Categoria: trabalhadores nas indústrias de artefatos de borracha, acabamentos, recauchutadoras, pneumáticos, látex, beneficiamento de borracha natural e látex, embalagem de peças de borracha, adesivação de borracha e revestimento de borracha e látex. Base territorial: **Estado de São Paulo.** Ficam convocados todos os sindicatos filiados à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Pneumáticos e Látex do Estado da Bahia/BA, Minas Gerais/MG, Rio de Janeiro/RJ, Rio Grande do Sul/RS, Santa Catarina/SC e São Paulo/SP, em especial os que estão situados na base territorial do Estado de São Paulo, para participarem da assembleia extraordinária no dia 12 de Abril de 2023, às 09:30h em primeira convocação e às 10:00h em segunda convocação na sede da entidade à Rua Sud Menucci, 63 – Vila Mariana, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre os seguintes temas: **a**) concessão ou não de poderes para a Federação negociar a renovação dos instrumentos normativos da categoria com o sindicato patronal e empresas do setor, referendando-se, quando for o caso, em assembleias locais, a eventual concessão desse poder, **b**) elaboração e aprovação da pauta de reivindicações dos Acordos/Convenções Coletivas com data base em 1º de junho, **c**) determinação do alcance da representação nas negociações coletivas e abrangência ampla do instrumento normativo que delas resultar de modo a beneficiar todos, **d**) determinação da forma de defesa das reivindicações através da mediação, arbitragem, dissídio coletivo ou até mesmo a negociação coletiva empresa por empresa, **e**) decretação do estado de greve para defesa das reivindicações aprovados, **f**) continuação da assembleia que se manterá permanente até final da Campanha Salarial 2023, ficando autorizado o presidente da federação a convocar através de boletins as assembleias, inclusive nas sedes dos sindicatos filiados, locais de trabalho, em suas imediações e em locais de concentração de trabalhadores, **g**) referendo das decisões da assembleia dos filiados em cada entidade sindical por meio da realização de assembleias nas sedes e subsedes de cada entidade, bem como em locais de trabalho, em suas imediações e em locais de concentração de trabalhadores, e em especial nas portas de fábricas, **h**) autorização para, se for o caso de cada entidade, utilização de votação por sistema eletrônico, bem como produção de boletins e jornais também por meio eletrônico para comunicação e convocações dos eventos da campanha salarial, **i**) fixação da taxa negocial/assistencial a ser descontada de todos os trabalhadores em folha de salários e/ou pagamentos e revertido às entidades sindicais do grupo pela representação nas negociações coletivas e abrangência do instrumento normativo que delas resultar, bem como direito de oposição quanto à cobrança da mesma e j**)** concessão de poderes a federação para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivos de trabalho e ainda, requerer a instauração de Dissídio Coletivo de Trabalho. São Paulo, 05 de Abril de 2023. Márcio Ferreira - Presidente.

Desinformações tributárias

ARTIGO

Everardo Maciel
Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002)

É indiscutível que o sistema tributário brasileiro tem muitos problemas, agravados, aliás, por incompreensíveis decisões judiciais e pela mora legislativa em relação a leis complementares, previstas na Constituição de 1988 e jamais editadas. Esse quadro propicia a construção de falácias, saltos lógicos e desinformações de todos os gêneros.

Aponta-se, como evidência da complexidade do sistema tributário, a existência de alíquotas distintas de IPI para produtos de perfumaria. Se isso fosse um problema era algo que seria resolvido com um modesto decreto.

Outra evidência, inclusive utilizada em peça veiculada na internet, é o caso dos sapatos Crocs. Afirma-se que mudanças na classificação desses sapatos resultou em autuações fiscais. Erro palmar. A questão não era tributária. Tratava-se da aplicação pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) de direitos antidumping em importações de calçado da China. Além disso, a classificação já tinha gerado controvérsias no âmbito internacional, tendo demandado deliberação específica na Organização Mundial de Aduanas, em Bruxelas.

> ***Fala-se em aumentar a arrecadação com a revogação de benefícios fiscais, mas pretensão encerra armadilhas***

A pesquisa *Doing Business*, do Banco Mundial, é recorrentemente citada para justificar projetos de reforma tributária, sob a inverossímil alegação de que o pagamento de impostos no Brasil exigia mais de 2 mil horas anuais. Afora ser matéria relacionada com o burocratismo e não com a natureza dos tributos, cerca de 97% dos contribuintes são optantes do Simples e do lucro presumido que cumprem suas obrigações com muita facilidade, graças à simplicidade dos regimes e aos eficientes aplicativos disponíveis. De resto, a pesquisa foi "descontinuada" pelo banco, em 2021, em virtude de fraudes e inconsistências detectadas por auditoria independente.

Fala-se, também, em aumentar a arrecadação mediante a revogação de benefícios fiscais. Essa pretensão, contudo, encerra várias armadilhas: não é claro o conceito de renúncia fiscal, que muitas vezes inclui situações que decorrem de preceito constitucional de observância obrigatória, como a tributação das micro e pequenas empresas; a extinção de um benefício fiscal pode implicar o encerramento do negócio beneficiado, sem proveito para a arrecadação; o Código Tributário Nacional veda o cancelamento de benefício dado por prazo certo e sob condições.

Vence esse torneio de desinformações o anúncio de que uma reforma tributária, cujo escopo a rigor se desconhece, promoverá um crescimento de 10% no PIB brasileiro, em 15 anos. Há, também, quem acredite em duendes. ●

IED **Cenário de crise**

Queda de investimentos ameaça emergentes, diz FMI

A realocação de investimentos estrangeiros diretos (IED) como reflexo do aumento de tensões geopolíticas, com os países priorizando negócios dentro de casa ou com nações amigas, pode causar grande impacto a países emergentes e aqueles em desenvolvimento, em um cenário já desafiador com juros elevados no mundo e dólar forte.

Estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) alerta para o impacto para a economia global, estimado em cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial no longo prazo, considerando uma redução de 50% nos fluxos de investimento. Entre os países mais afetados, o organismo cita economias como Brasil, China e Índia. Os emergentes e economias em desenvolvimento tendem a sentir mais os efeitos de uma realocação de IED uma vez que os investimentos estrangeiros diretos vêm de nações desenvolvidas e que estão mais próximas umas das outras, explica o FMI em relatório publicado ontem. ● ALINE BRONZATI/CORRESPONDENTE NOVA YORK

Serviços Bicicletas compartilhadas

Tembici e Uber se aliam para levar ‘laranjinhas’ para a América Latina

Parceria terá início neste mês, no Recife, e objetivo é ampliar serviço para outras praças até fim do ano; aluguel poderá ser feito pelo próprio app da Uber

ALINE BRONZATI
CORRESPONDENTE
NOVA YORK

A Tembici, dona das bicicletas “laranjinhas”, e a Uber anunciaram ontem uma parceria para oferecer as bikes comuns e elétricas da marca aos usuários do aplicativo de transporte. O projeto terá início no Recife (PE) neste mês, e o objetivo é estendê-lo às demais praças de atuação da startup – e que incluem Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e também na América Latina até o fim deste ano. Os termos financeiros do acordo não foram divulgados.

“Essa parceria é um ganha-ganha. A Tembici ganha podendo distribuir o serviço de bicicletas para milhões de usuários da Uber, que ganha disponibilizando um novo modal aos seus clientes, sustentável, mais ágil e que descarboniza as cidades”, disse o presidente e cofundador da Tembici, Tomás Martins, ao *Estadão/Broadcast*.

O executivo não revela as expectativas em torno da nova parceria, mas diz que a empresa está se preparando “bastante” devido ao potencial de alcance da Uber. Números de trajetos atuais nas cidades servem de termômetro: 60% dos deslocamentos vão até cinco quilômetros. O acesso às bicicletas será feito no próprio aplicativo da Uber e estará disponível ao lado das opções de carros como Uberx e UberGreen, assim como o seu pagamento.

Com uma frota de 22 mil “laranjinhas”, a meta é encerrar 2023 com 30 mil bicicletas, sendo dez mil no modelo elétrico, em um esforço para suprir a demanda adicional que virá da parceria com a Uber. No ano passado, a Tembici renovou o seu principal contrato, com o Itaú Unibanco, por mais uma década. Além disso, tem parceria com a operadora Claro, em Brasília, e o iFood no Rio, enquanto em praças da América Latina suas bicicletas também levam a marca da MasterCard.

> ***“Essa parceria é um ganha-ganha para as duas empresas”***
> **Tomás Martins**
> **Presidente e cofundador da Tembici**

NOVA APOSTA. No caso da Uber, a parceria é uma nova ofensiva da companhia no universo da micromobilidade. O aplicativo fez uma primeira aposta no segmento em 2018, quando comprou a startup nova-iorquina Jump. Anos depois, transferiu o negócio para a americana Lime, que, assim como outros nomes do setor, enfrentou cobranças por seu modelo de negócio – que permite aos usuários deixarem as bicicletas em qualquer lugar.

“Essa parceria mostra o papel importante que as opções sem carro desempenham cada vez mais na estratégia da Uber para chegar a emissões zero de carbono, fornecendo aos usuários formas sustentáveis, acessíveis, e convenientes para viajar”, disse a chefe global de micromobilidade da Uber, Annie Duvnjak, ao comentar o acordo com a Tembici.

Com problemas de resultados e restrições regulatórias, o negócio de micromobilidade enfrenta desafios ao redor do mundo. No mais recente revés do setor, a prefeitura de Paris decidiu proibir o uso de patinetes elétricos compartilhados após decisão dos moradores da capital francesa.

Diferentemente de rivais, a Tembici aposta em estações para retirada e entrega da bike, o que a permitiu seguir crescendo de forma mais estável na contramão da concorrência. Do seu lado, a parceria com a Uber é inédita e vem na esteira de sua mais recente captação de recursos no valor de R$ 160 milhões por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sendo R$ 80 milhões vindos do Fundo Clima, instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. ●

REFERENCE VILA FANNY INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO SPE LTDA
CNPJ sob nº 27.548.105/0001-36 - NIRE 35230532348

Ata de Reunião Extraordinária de Sócios aos 07/11/2022 às 09:00 horas, na sede da sociedade localizada em São Paulo/SP, Presença e Convocação: Dispensada pela presença da totalidade dos sócios. Ordem do Dia e Deliberações: Aprovar a redução do capital social em virtude do mesmo ser excessivo em relação ao objeto da sociedade, de acordo com o inciso II do art. 1.082, da Lei 10.406/02, passando de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

SONESP
ASSOCIAÇÃO DOS NEUROCIRURGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO
Avª Brigadeiro Luís Antonio, 278 – 6º andar – sala 01 - CEP: 01318-901
Bela Vista - São Paulo – SP. Tel. / Fax: (11) 5083-6119 / 3101.5328
SITE: http://www.sonesp.com - E-mail: sonesp@sonesp.com.br
Edital de Convocação
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Data: 16 de junho de 2023
Horário: Primeira chamada 18:00h
Segunda chamada 18:30h, com qualquer número de associados presentes.
Local: APM – Associação Paulista de Medicina
Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 278 – Bela Vista – São Paulo
Ficam convocados os associados da SONESP, em condições de votar, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária para deliberarem o seguinte:
01 – O mandato da próxima Diretoria iniciar no primeiro dia fiscal do ano 2024 seguinte ao congresso, para que neste período seja passado tudo a tempo aos próximos diretores.

Atenciosamente,
Dr. Koji Tanaka
Presidente - SONESP

ASSOCIAÇÃO BEVERLY HILLS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

De acordo com o Estatuto Social, convocamos os Proprietários e Moradores, associados da Associação Beverly Hills, a participarem da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na academia da Associação, sito a Estrada Municipal, nº 1190, Sítio das Lagoas, Bairro Votupoca, Jandira/SP, no próximo dia **15 de abril de 2023 - sábado, às 08h30**, em primeira convocação, com a presença mínima de metade mais um dos associados, ou às 9h00, em segunda chamada, com qualquer número de associados presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. **Proposta de aprovação da Prestação de Contas do Exercício do 2022, com apresentação do parecer da auditoria;**
2. **Proposta de Previsão Orçamentária para o exercício de 2023, com definição do valor de rateio mensal, contemplando os seguintes investimentos e respectiva origem de recursos, a saber:**
   - 2.1 **Quadra de Beach Tennis;**
   - 2.2 **Assessoria Esportiva;**
   - 2.3 **Salão de Festas;**
3. **Outros assuntos não deliberativos de interesse da Associação.**

NOTA 1: Somente os proprietários em dia com suas obrigações perante a Associação poderão votar na Assembleia (Estatuto, Artigo 18, Parágrafo Primeiro). Proprietários que possuam acordo de pagamentos de débitos, que estejam em dia com as parcelas, são considerados adimplentes.

NOTA 2: É permitida a representação por procuração, de até 10 mandantes, conforme o previsto no Estatuto, Artigo 18, Parágrafo Terceiro.

Ressaltamos a importância da participação de todos para que tenhamos oportunidade de fazer do nosso Residencial um lugar cada vez melhor.

Jandira, 05 de abril de 2023.
Reinaldo Belizário Junior
Presidente do Conselho Diretor

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

CNPJ Nº 04.676.564/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As Demonstrações Contábeis da IUPAR foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e suas alterações, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A IUPAR apresentou, ao final do exercício de 2022, lucro líquido de R$7.587.687 mil, sendo o lucro líquido por ação de R$7,15, e patrimônio líquido de R$42.799.118 mil.

Os ativos totais atingiram o montante de R$45.206.099 mil e estão compostos, substancialmente, pelo investimento no Itaú Unibanco Holding S.A.

São Paulo, 31 de março de 2023 - A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	146.134	14.569
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a receber	6	1.098.083	650.074
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		36.575	23.860
Total Circulante		**1.280.792**	**688.503**
Não Circulante			
Investimentos	7	43.925.307	40.063.132
Total não Circulante		**43.925.307**	**40.063.132**
TOTAL DO ATIVO		**45.206.099**	**40.751.635**

PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores		55	809
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		5	37
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	10.4.2	1.139.119	586.403
Outros tributos a recolher	8	119.590	9.215
Total Circulante		**1.258.769**	**596.464**
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	1.148.212	1.148.212
Outros tributos diferidos		–.–	3.240
Total não Circulante		**1.148.212**	**1.151.452**
TOTAL DO PASSIVO		**2.406.981**	**1.747.916**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10.1	23.000.000	18.000.000
Reservas de capital	10.2	5.600.622	5.557.211
Reservas de lucros	10.2	17.602.781	17.194.375
Ajustes de avaliação patrimonial	10.3	(3.404.285)	(1.747.867)
Total do Patrimônio Líquido		**42.799.118**	**39.003.719**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**45.206.099**	**40.751.635**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

	Nota	2022	2021
Receitas e despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(3.143)	(3.585)
Resultado de participações societárias	7.1	7.822.182	7.264.619
Outras receitas e despesas		–.–	(2)
Total das receitas e despesas operacionais		**7.819.039**	**7.261.032**
Lucro antes do Resultado financeiro e dos Tributos sobre o lucro		**7.819.039**	**7.261.032**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	11	7.373	1.870
Despesas financeiras	11	(238.720)	(148.082)
Total do Resultado Financeiro		**(231.347)**	**(146.212)**
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		**7.587.692**	**7.114.820**
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(5)	(180)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	–.–	(394)
Total dos Tributos sobre o Lucro		**(5)**	**(574)**
Lucro líquido do exercício		**7.587.687**	**7.114.246**
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)			
Ordinárias	13	7,14878	6,70272
Preferenciais	13	7,14878	6,70272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**7.587.687**	**7.114.246**
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)		
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(1.647.517)	(818.590)
Itens que não serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)		
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(8.901)	11.559
Total de Outros resultados abrangentes	**(1.656.418)**	**(807.031)**
Total do Resultado abrangente	**5.931.269**	**6.307.215**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**16.000.000**	**5.578.503**	**16.317.356**	**(985.674)**	**–.–**	**36.910.185**
Transações com os acionistas						
Capitalização de Reservas	4.000.000	–.–	(4.000.000)	–.–	–.–	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	–.–	–.–	(515.626)	–.–	–.–	(515.626)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas	–.–	2.370	633.724	–.–	–.–	636.094
Cisão	(2.000.000)	(23.662)	(701.521)	44.838	–.–	(2.680.345)
Lucro líquido do exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	7.114.246	7.114.246
Outros resultados abrangentes						
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das controladas em conjunto	–.–	–.–	–.–	(807.031)	–.–	(807.031)
Destinação do lucro						
Reserva legal	–.–	–.–	355.712	–.–	(355.712)	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	(1.653.804)	(1.653.804)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	–.–	–.–	31.789	–.–	(31.789)	–.–
Reservas estatutárias	–.–	–.–	5.072.941	–.–	(5.072.941)	–.–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**18.000.000**	**5.557.211**	**17.194.375**	**(1.747.867)**	**–.–**	**39.003.719**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**18.000.000**	**5.557.211**	**17.194.375**	**(1.747.867)**	**–.–**	**39.003.719**
Transações com os acionistas						
Capitalização de Reservas	5.000.000	–.–	(5.000.000)	–.–	–.–	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	–.–	–.–	(31.789)	–.–	–.–	(31.789)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas	–.–	43.411	228.571	–.–	–.–	271.982
Lucro líquido do exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	7.587.687	7.587.687
Outros resultados abrangentes						
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das controladas em conjunto	–.–	–.–	–.–	(1.656.418)	–.–	(1.656.418)
Destinação do lucro						
Reserva legal	–.–	–.–	379.384	–.–	(379.384)	–.–
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	(2.376.063)	(2.376.063)
Reservas estatutárias	–.–	–.–	4.832.240	–.–	(4.832.240)	–.–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**23.000.000**	**5.600.622**	**17.602.781**	**(3.404.285)**	**–.–**	**42.799.118**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Ajustes para reconciliação do lucro líquido			
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		7.587.692	7.114.820
Resultado de participações societárias		(7.822.182)	(7.264.619)
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)		(1.022)	(342)
		(235.512)	**(150.141)**
Variações nos Ativos e Passivos			
(Aumento) Redução em Tributos a compensar		379.952	253.569
Aumento (Redução) em Tributos a recolher		(245.589)	(241.354)
Aumento (Redução) em Fornecedores		(754)	740
Aumento (Redução) em Outros passivos		(3.240)	(8.657)
		130.369	**4.298**
Caixa proveniente das operações		**(105.143)**	**(145.843)**
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social		(56)	–.–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(105.199)**	**(145.843)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Juros sobre o capital próprio e Dividendos recebidos	6	1.735.973	1.633.705
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		**1.735.973**	**1.633.705**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio e Dividendos pagos	10.4.2	(1.499.209)	(1.473.486)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(1.499.209)**	**(1.473.486)**
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa		**131.565**	**14.376**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14.569	193
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		146.134	14.569
		131.565	**14.376**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setubal - São Paulo - SP.

A IUPAR tem por objeto social exclusivo a titularidade e o exercício do controle acionário da sociedade denominada Itaú Unibanco Holding S.A. ("ITAÚ UNIBANCO HOLDING"), devendo manter, de forma direta e em caráter permanente, a propriedade de ações representativas de, pelo menos, 51% das ações com direito a voto de emissão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. A IUPAR é uma holding cujo controle é compartilhado entre as empresas Itaúsa S.A. e Companhia E. Johnston de Participações (Nota 10.1).

Durante o exercício de 2021, em decorrência de reorganização societária ocorrida no ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a IUPAR deteve participações societárias nas empresas XPART S.A. ("XPART") e XP Inc. ("XP") (Nota 7.1). Em dezembro de 2021, após cisão parcial (Nota 1.1.), a IUPAR voltou a deter em seu Investimento apenas a participação acionária no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da IUPAR em 31 de março de 2023.

1.1. Cisão parcial

Em 8 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da IUPAR aprovou a cisão parcial de seu patrimônio líquido, avaliado a valor contábil, tendo sido as parcelas cindidas incorporadas por seus acionistas.

Os montantes cindidos foram originados da reorganização societária ocorrida no ITAÚ UNIBANCO HOLDING (Nota 7.1) e correspondiam à sua participação societária de 10,58% na XP, deduzido o valor do passivo relativo a tributos diferidos.

A cisão foi realizada com base no Balanço patrimonial de 8 de dezembro de 2021, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO	
Não circulante	
Investimentos	2.761.710
Total	**2.761.710**
TOTAL DO ATIVO	**2.761.710**

PASSIVO	
Não circulante	
Tributos diferidos	81.365
Total	**81.365**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	2.000.000
Reservas de capital	23.662
Reservas de lucros	701.521
Ajustes de avaliação patrimonial.	(44.838)
Total	**2.680.345**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.761.710**

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis da IUPAR foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e suas alterações, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Administração avaliou a capacidade da IUPAR em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela IUPAR na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da IUPAR.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração da IUPAR se utilize de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em períodos subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

Para os exercícios apresentados todas as estimativas e premissas utilizadas representam a melhor estimativa da Administração e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade.

2.5. Consolidação das Demonstrações Contábeis

Conforme disposto no item 4a do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a IUPAR não está apresentando Demonstrações Contábeis consolidadas, uma vez que a mesma satisfaz as condições a seguir:

- a IUPAR é ela própria uma controlada de outras entidades (Itaúsa S.A. e Companhia E. Johnston de Participações), que não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas;
- seus instrumentos patrimoniais não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais);
- a IUPAR não arquivou nem está em processo de arquivamento de suas Demonstrações Contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e
- as controladoras finais disponibilizam ao público suas Demonstrações Contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos do CPC.

2.6. Adoção das normas de contabilidade revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o CPC emitiu revisões às normas já existentes.

Durante o exercício de 2022, não houve a adoção de nenhuma nova norma que impactasse as Demonstrações Contábeis da IUPAR.

2.6.1. Normas e interpretações revisadas e não adotadas pela IUPAR

As revisões às normas abaixo já foram emitidas, contudo, ainda não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2022. A Administração da IUPAR não estima impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2023:

- Alterações à CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (Divulgação de políticas contábeis)
- Alterações à CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- Alterações à CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2024:

- Alterações à CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (Classificação de passivos entre Circulante e Não circulante)

Norma cuja data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo CPC:

- Alterações à CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em conjunto.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

São reconhecidos na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.1. Ativos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:

- **Custo amortizado:** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do resultado.

A IUPAR avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros, reconhecido em contrapartida do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

3.1.2. Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

3.1.3. Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da IUPAR.

A IUPAR classifica as mensurações de valor justo utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A IUPAR entende que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

3.2. Caixa e Equivalentes de caixa

Correspondem a recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e incluem o caixa em espécie, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de resgate igual ou inferior a três meses e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. O caixa em espécie e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado. Já as aplicações financeiras estão reconhecidas pelo montante aplicado acrescidos dos rendimentos auferidos e não apresentam diferença significativa em relação ao seu valor de mercado, correspondendo assim ao seu valor justo.

3.3. Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a IUPAR está exposta ou possui direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida além de possuir a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido.

Está representado pelo investimento em participação acionária no ITAÚ UNIBANCO HOLDING. É reconhecido, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliado subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

A IUPAR não reconhece perdas adicionais em seus Investimentos em montante superior à sua participação acionária, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome das investidas.

3.4. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros - Investimento

Para os ativos de vida útil indefinida a IUPAR realiza a avaliação do valor recuperável no mínimo anualmente ou quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, uma provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

3.5. Imposto de renda e Contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados conforme a legislação tributária vigente pertinente a cada tributo. Sobre o lucro tributável incide as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente de R$240 mil, para o IRPJ e 9% para a CSLL. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

São reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica "Tributos sobre o Lucro", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente.

O IRPJ e a CSLL correntes são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados, podendo estar segregados entre Circulante e Não circulante conforme a expectativa de compensação/liquidação. Com relação ao IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias sobre as bases fiscais dos ativos e passivos, somente na proporção da probabilidade de apuração de lucro tributável futuro e possibilidade de utilização das diferenças temporárias realizadas, e estão apresentados no não circulante pelo seu montante líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

Na determinação dos tributos diferidos, a IUPAR avalia o impacto das incertezas nas posições fiscais tomadas. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e envolvem uma série de julgamentos sobre eventos futuros, tais como projeções econômico-financeiras, cenários macroeconômicos e a legislação fiscal pertinente. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a IUPAR a mudar seu julgamento com relação aos tributos já reconhecidos, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.

3.6. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis para sua emissão.

3.7. Dividendos e Juros sobre o capital próprio - JCP

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios não inferior a 100% do lucro líquido realizado em dinheiro de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são reconhecidos como passivo, líquidos dos pagamentos já realizados, em contrapartida do Patrimônio líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Os dividendos a receber são reconhecidos como ativo nas Demonstrações Contábeis quando da deliberação pelo Conselho de Administração da controlada, em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de JCP. Para fins de atendimento às normas fiscais, são reconhecidos em contrapartida à rubrica de "Despesas financeiras". Para fins de preparação das referidas Demonstrações Contábeis, são revertidos do resultado em contrapartida do Patrimônio líquido e imputados ao saldo dos dividendos do exercício.

Para o JCP a receber, quando deliberados pelo Conselho de Administração da controlada, os mesmos são inicialmente registrados na rubrica de "Receitas financeiras", para fins fiscais, e, concomitantemente, revertidos dessa rubrica em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

3.8. Lucro líquido por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante cada exercício. O lucro diluído por ação é calculado pelos mesmos indicadores ajustados por instrumentos potencialmente conversíveis em ações e com efeito diluidor.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Instrumentos financeiros

A IUPAR mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e de controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	Níveis	31/12/2022 Valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2021 Valor justo	31/12/2021 Valor contábil
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequente						
Caixa e Equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	5	2	146.114	146.114	14.559	14.559
			146.114	**146.114**	**14.559**	**14.559**
Custo amortizado						
Caixa e Equivalentes de caixa						
Caixa e Bancos	5	2	20	20	10	10
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	6	2	1.098.083	1.098.083	650.074	650.074
			1.098.103	**1.098.103**	**650.084**	**650.084**
Total de Ativos financeiros			**1.244.217**	**1.244.217**	**664.643**	**664.643**
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores		2	55	55	809	809
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	10.4.2	2	1.139.119	1.139.119	586.403	586.403
Total de Passivos financeiros			**1.139.174**	**1.139.174**	**587.212**	**587.212**

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, a IUPAR projeta os fluxos de caixa descontados dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, considerando também o risco de crédito próprio, de acordo com o CPC 46 - Mensuração do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros negociadas na B3.

As operações com instrumentos financeiros que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

4.2. Gerenciamento de riscos

Pelo fato dos resultados da IUPAR estarem diretamente atrelados às operações da controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a IUPAR está exposta, essencialmente, aos riscos decorrentes das operações da controlada.

Por meio de sua alta administração a IUPAR participa nos conselhos de administração e comitês de assessoramento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que também possui a presença de membros independentes com experiência nos respectivos mercados de atuação, onde são estimuladas boas práticas de gerenciamento de riscos e *compliance*, incluindo integridade.

4.2.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Estes riscos podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das taxas negociadas no mercado.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que podem fazer com que a IUPAR sofra perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e, para os fundos de investimento, com resgate garantido pelos bancos emissores pelo valor da quota no dia de resgate.

4.2.2. Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da IUPAR não realizar seus direitos. Essa descrição está relacionada, principalmente, à rubrica de Caixa e Equivalentes de caixa, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelo saldo contábil da rubrica.

A IUPAR realiza a gestão de recursos junto às instituições financeiras visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade dos recursos. Os normativos internos determinam que as aplicações financeiras devem ser realizadas em instituições financeiras de primeira linha e sem concentrar recursos em aplicações específicas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a IUPAR a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco da IUPAR não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente, o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outras obrigações assumidas.

A IUPAR investe o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

Os vencimentos de todos os passivos financeiros, de acordo com os fluxos de caixa não descontados, estão previstos para ocorrer nos próximos 12 meses.

4.3. Gestão de capital

A IUPAR faz a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, principalmente, por meio da otimização do custo de capital.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	20	10
Aplicações financeiras	146.114	14.559
Total	**146.134**	**14.569**

6. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

	ITAÚ UNIBANCO HOLDING
Saldo em 31/12/2020	**726.971**
Dividendos	341.003
JCP	1.215.805
Recebimentos	(1.633.705)
Saldo em 31/12/2021	**650.074**
JCP	2.183.982
Recebimentos	(1.735.973)
Saldo em 31/12/2022	**1.098.083**

7. INVESTIMENTOS

7.1. Movimentação

	Notas	Controladas: ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Controladas: XPART	Coligada: XP	TOTAL
Saldo em 31/12/2020		**37.541.925**	–.–	–.–	**37.541.925**
Resultado de participação societária		7.099.749	99.704	65.166	7.264.619
Dividendos e Juros sobre o capital próprio		(1.810.765)	–.–	–.–	(1.810.765)
Outros resultados abrangentes		(762.193)	(25.384)	(19.454)	(807.031)
Cisão ITAÚ UNIBANCO HOLDING	7.1.1	(2.618.016)	2.618.016	–.–	–.–
Incorporação XPART pela XP	7.1.2	–.–	(2.710.364)	2.710.364	–.–
Cisão Investimento XP	1.1	–.–	–.–	(2.761.710)	(2.761.710)
Outros		612.432	18.028	5.634	636.094
Saldo em 31/12/2021		**40.063.132**	–.–	–.–	**40.063.132**
Resultado de participação societária		7.822.182	–.–	–.–	7.822.182
Dividendos e Juros sobre o capital próprio		(2.575.571)	–.–	–.–	(2.575.571)
Outros resultados abrangentes		(1.656.418)	–.–	–.–	(1.656.418)
Outros		271.982	–.–	–.–	271.982
Saldo em 31/12/2022		**43.925.307**	–.–	–.–	**43.925.307**
Valor de Mercado em 31/12/2021 (*)		**53.717.568**			
Valor de Mercado em 31/12/2022 (*)		**64.102.110**			

(*) O valor de mercado representa o valor da ação negociada na bolsa de valores (B3) considerando percentual de participação da IUPAR.

7.1.1. Reorganização societária envolvendo o investimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na XP e criação da XPART

Em Assembleia Geral do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, realizada em 31 de janeiro de 2021, foi aprovada a proposta de reorganização societária com vistas à segregação da linha de negócio referente à participação de 40,52% detida pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no capital social da XP, a qual dependia de manifestação favorável do Federal Reserve Board ("FED") (Banco Central Norte Americano) para sua implementação.

Em 31 de maio de 2021, o FED manifestou-se favoravelmente à operação efetivando-se a referida reorganização societária, que resultou na cisão parcial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, e consequente constituição da XPART, que possui como objeto social exclusivo a participação societária no capital social da XP.

A XP, sediada na Ilhas Cayman, é uma companhia aberta com ações negociadas na bolsa de valores americana Nasdaq e apresenta uma plataforma de serviços financeiros, líder de tecnologia, com foco em: (i) serviços de consultoria financeira; e (ii) produtos financeiros que fornecem acesso a investimentos em ações e títulos de renda fixa, fundos mútuos e de *hedge*, produtos estruturados, seguro de vida, planos de pensão, fundos imobiliários entre outros.

Como resultado dessa reorganização societária, os acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tiveram direito ao recebimento de participação acionária na XPART na mesma quantidade, espécie e proporção das ações por eles detidas no ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sendo que as ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e os American Depositary Receipts - ADRs continuaram a ser negociados com o referido direito ao recebimento de valores mobiliários da XPART até a data de corte ("ex-direito" de recebimento de valores mobiliários da XPART), considerada 1º de outubro de 2021.

Com a reorganização societária a IUPAR passou a ter direito à participação acionária direta na XPART, equivalente à que detinha no ITAÚ UNIBANCO HOLDING, ou seja, 26,22%, e que corresponde a uma participação acionária na XP de 10,62%.

7.1.2 Incorporação da XPART pela XP

Em 31 de janeiro de 2021 e em 28 de maio de 2021, a IUPAR, a ITAÚSA, os controladores da XP e a XP assinaram documentos contendo os principais termos e condições relativos à proposta de incorporação da XPART pela XP e outros direitos e obrigações das partes.

Em 1º de outubro de 2021, as Assembleias Gerais da XPART e da XP aprovaram a incorporação da XPART pela XP e a consequente extinção da XPART.

Com a incorporação da XPART pela XP, os acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que até a data de corte tiveram o direito ao recebimento de valores mobiliários de emissão da XPART, receberam: (i) no caso dos acionistas controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (IUPAR e ITAÚSA) e dos titulares de ADRs, ações Classe A de emissão da XP; e (ii) no caso dos demais acionistas, Brazilian Depositary Receipts - BDRs patrocinados Nível I.

Em decorrência da Incorporação, a IUPAR passou a ser detentora de ações Classe A de emissão da XP equivalentes a 10,59% do capital total da XP e 3,33% de seu capital votante.

Ainda, a partir desta data, a IUPAR e a ITAÚSA passaram a ser partes do Acordo de Acionistas da XP, com destaque para o direito de ambas indicarem membros ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da XP.

A partir da Cisão parcial (Nota 1.1.), a IUPAR deixou de participar do Acordo de Acionistas da XP transferindo seus direitos aos seus acionistas.

7.2. Reconciliação do Investimento

	ITAÚ UNIBANCO HOLDING 2022	ITAÚ UNIBANCO HOLDING 2021
Patrimônio líquido da investida	167.953.097	152.863.803
% de participação	26,16%	26,22%
Participação no Investimento	**43.939.570**	**40.077.725**
Resultados não realizados	(14.263)	(14.593)
Saldo contábil do Investimento na controladora	**43.925.307**	**40.063.132**

7.3. Informações consolidadas resumidas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING

	31/12/2022	31/12/2021
Qtde. de ações em circulação das investidas	**9.800.866.660**	**9.779.890.623**
ON	4.958.290.359	4.958.290.359
PN	4.842.576.301	4.821.600.264
Qtde. de ações de propriedade da IUPAR	**2.564.084.404**	**2.564.084.404**
ON	2.564.084.404	2.564.084.404
% de participação	**26,16%**	**26,22%**
% de participação no capital votante	**51,71%**	**51,71%**
Informações sobre o Balanço Patrimonial (*)	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e equivalentes de caixa	35.381	44.512
Ativos financeiros	2.172.726	1.915.573
Ativos não financeiros	115.333	109.121
Passivos financeiros	1.836.690	1.621.786
Passivos não financeiros	309.407	282.944
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	167.953	152.864
Informações sobre a Demonstração do Resultado (*)	**2022**	**2021**
Resultado de produtos bancários	144.857	126.374
Tributos sobre o lucro	(6.796)	(13.847)
Lucro líquido atribuível aos controladores	29.702	26.760
Outros resultados abrangentes	(6.329)	(2.827)
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa (*)	**2022**	**2021**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	24.649	23.805

(*) Em milhões de Reais.

8. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
Outros tributos a recolher		
PIS e COFINS (1)	119.575	4.210
IRRF - Juros sobre Capital Próprio	–.–	4.988
Outros	15	17
Total	**119.590**	**9.215**

(1) Refere-se, substancialmente, ao PIS e COFINS sobre o JCP recebido

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O saldo e a movimentação do Imposto de renda e Contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

Ativos	31/12/2020	Constituição/ Realização/Reversão	Cisão (1)	31/12/2021	31/12/2022
Reconhecidos no Resultado					
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	**394**	**(394)**	–.–	–.–	–.–
Total	**394**	**(394)**	–.–	–.–	–.–
Passivos					
Reconhecidos no Resultado					
Diferenças temporárias	**(1.229.577)**	–.–	–.–	**(1.148.212)**	**(1.148.212)**
Amortização Deságio	(1.229.577)	–.–	81.365	(1.148.212)	(1.148.212)
Total	**(1.229.577)**	–.–	–.–	**(1.148.212)**	**(1.148.212)**

(1) Conforme nota explicativa 1.1.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1. Capital social

Em 29 de abril de 2022, a Assembleia Geral da IUPAR aprovou o aumento do Capital social, subscrito e integralizado, de R$18.000.000 para R$23.000.000 mediante a capitalização de parcela da Reserva de Equalização de Participações, sem emissão de novas ações, com a finalidade de adequar o limite do saldo das Reservas de lucros frente ao Capital social da Companhia.

A composição do Capital social está apresentada a seguir:

31/12/2022 e 31/12/2021	Ordinária Classe "A"	%	Ordinária Classe "B"	%	Preferencial	%	Total	%
Itaúsa S.A.	355.227.092	100,00	–.–	–.–	350.942.273	100,00	706.169.365	66,53
Companhia E. Johnston de Participações	–.–	–.–	355.227.092	100,00	–.–	–.–	355.227.092	33,47
Total	**355.227.092**	**100,00**	**355.227.092**	**100,00**	**350.942.273**	**100,00**	**1.061.396.457**	**100,00**

Cada classe de ação ordinária ("A" e "B") confere a seus titulares o direito de eleger e destituir, em separado, metade dos membros efetivos e seus respectivos suplentes do Conselho de Administração da IUPAR.

10.2. Reservas

	Reservas de capital	Reservas de lucro: Reserva legal	Reservas de lucro: Reserva estatutária - Equalização de participações	Reservas de lucro: Reflexas	Reservas de lucro: Dividendos adicionais propostos	Total
Saldo em 31/12/2020	**5.578.503**	**2.035.915**	**17.336.042**	**(3.570.227)**	**515.626**	**16.317.356**
Constituição	–.–	361.552	5.067.101	–.–	–.–	5.428.653
Capitalização de Reservas	–.–	–.–	(4.000.000)	–.–	–.–	(4.000.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	(515.626)	(515.626)
Dividendos e juros sobre o capital próprio Propostos	–.–	–.–	–.–	–.–	31.789	31.789
Cisão	(23.662)	–.–	(701.521)	–.–	–.–	(701.521)
Equivalência patrimonial reflexa	2.370	–.–	–.–	633.724	–.–	633.724
Saldo em 31/12/2021	**5.557.211**	**2.397.467**	**17.701.622**	**(2.936.503)**	**31.789**	**17.194.375**
Constituição	–.–	379.384	4.832.240	–.–	–.–	5.211.624
Capitalização de Reservas	–.–	–.–	(5.000.000)	–.–	–.–	(5.000.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	–.–	–.–	–.–	–.–	(31.789)	(31.789)
Equivalência patrimonial reflexa	43.411	–.–	–.–	228.571	–.–	228.571
Saldo em 31/12/2022	**5.600.622**	**2.776.851**	**17.533.862**	**(2.707.932)**	–.–	**17.602.781**

(a) Reservas de capital

Estão representadas, substancialmente, por ágio na subscrição de ações ocorrida em 2008.

(b) Reservas de lucros

• **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital social.

• **Reserva estatutária:** A "Reserva estatutária de equalização de participações" possui a finalidade de assegurar a equalização do lucro da IUPAR com os resultados de equivalência patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Os recursos serão aplicados na distribuição de dividendos complementares, juros remuneratórios sobre o capital próprio ou em aumento de capital social. Esta reserva está limitada ao valor total do Capital social.

• **Reservas reflexas:** Corresponde ao efeito reflexo na IUPAR das movimentações das reservas de lucro do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

• **Dividendos adicionais propostos:** Referem-se aos Dividendos e Juros sobre o capital próprio que excedem o dividendo mínimo obrigatório, deliberados pelo Conselho de Administração, a serem ratificados pela Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das Demonstrações Contábeis.

10.3. Ajuste de avaliação patrimonial

	31/12/2022	31/12/2021
Benefício pós emprego	(398.890)	(389.989)
Valor justo de ativos financeiros	(1.444.526)	(598.042)
Ajuste de conversão	699.767	1.491.788
Hedge accounting	(2.260.636)	(2.251.624)
Total	**(3.404.285)**	**(1.747.867)**

O saldo refere-se, em sua totalidade, à equivalência patrimonial sobre os ajustes de avaliação patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

10.4. Destinação do resultado e Dividendos e Juros sobre o capital próprio - JCP

10.4.1. Destinação do resultado

	2022	2021
Lucro líquido	7.587.687	7.114.246
(-) Reserva legal	(379.384)	(355.712)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	**7.208.303**	**6.758.534**
Destinação:		
Distribuição aos acionistas		
Dividendos	35.005	319.639
Juros sobre capital próprio	2.341.058	1.334.165
Dividendos e JCP complementares propostos	–.–	31.789
	2.376.063	**1.685.593**
Reservas de lucros	**4.832.240**	**5.072.941**
	7.208.303	**6.758.534**
% bruto pertencente aos acionistas	**32,96%**	**24,94%**

O valor por ação dos dividendos e JCP, do exercício de 2022, está apresentado a seguir:

	Data do pagamento (realizado ou previsto)	Valor por ação: Bruto	Valor por ação: Líquido	Valor distribuído: Bruto	Valor distribuído: Líquido
Pagos					
JCP	01/02/2022	0,03864	0,03284	41.012	34.861
JCP	02/03/2022	0,03901	0,03316	41.405	35.194
JCP	01/04/2022	0,03890	0,03307	41.288	35.095
Dividendos	01/04/2022	0,03298	0,03298	35.005	35.005
JCP	02/05/2022	0,03870	0,03290	41.076	34.915
JCP	01/06/2022	0,03868	0,03288	41.055	34.897
JCP	01/07/2022	0,03848	0,03271	40.843	34.716
JCP	01/08/2022	0,03867	0,03287	41.044	34.888
JCP	30/08/2022	0,67194	0,57115	713.194	606.216
		0,97600	**0,83455**	**1.035.922**	**885.787**
Provisionados					
JCP	02/01/2023	0,03987	0,03389	42.318	35.970
JCP	28/04/2023	1,06586	0,90598	1.131.300	961.605
JCP	31/12/2023	0,03869	0,03289	41.065	34.906
JCP	31/12/2023	0,03951	0,03358	41.936	35.645
JCP	31/12/2023	0,03923	0,03335	41.639	35.393
JCP	31/12/2023	0,03946	0,03354	41.883	35.600
		1,26262	**1,07323**	**1.340.141**	**1.139.119**
Total		**2,23862**	**1,90777**	**2.376.063**	**2.024.906**

10.4.2. Dividendos e JCP a pagar

A movimentação dos Dividendos e JCP a pagar está apresentada a seguir:

	Dividendos	JCP	Total
Saldo em 31/12/2020	–.–	**125.702**	**125.702**
Dividendos/JCP de exercícios anteriores	281.504	199.004	480.508
Dividendos/JCP do exercício	319.639	1.134.040	1.453.679
Pagamentos	(601.143)	(872.343)	(1.473.486)
Saldo em 31/12/2021	–.–	**586.403**	**586.403**
Dividendos/JCP do exercício	35.005	2.016.920	2.051.925
Pagamentos	(35.005)	(1.464.204)	(1.499.209)
Saldo em 31/12/2022	–.–	**1.139.119**	**1.139.119**

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)*

11. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	6.349	1.528
Variação cambial ativa	2	–.–
Outras atualizações monetárias	1.022	342
	7.373	**1.870**
Despesas financeiras		
PIS/COFINS sobre receita financeira (1)	(238.583)	(148.036)
Variação cambial passiva	(1)	–.–
Outras despesas financeiras	(136)	(46)
	(238.720)	**(148.082)**
	(231.347)	**(146.212)**

(1) Referem-se, substancialmente, ao PIS e COFINS incidentes sobre a receita com JCP recebidos

12. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os valores registrados como despesas de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**7.587.692**	**7.114.820**
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%)	**(2.579.815)**	**(2.419.039)**
(Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos		
Resultado de participações societárias	2.659.542	2.469.971
Juros sobre o capital próprio	(80.835)	(42.416)
Créditos tributários	1.103	2.929
Lucros do Exterior	–.–	(12.019)
IRPJ e CSLL apurados	**(5)**	**(574)**
Correntes	(5)	(180)
Diferidos	–.–	(394)
Alíquota efetiva	**0,0%**	**0,0%**

13. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		
Preferenciais	2.508.808	2.352.269
Ordinárias	5.078.879	4.761.977
	7.587.687	**7.114.246**

13. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (Continuação)

	2022	2021
Denominador		
Média ponderada das ações em circulação		
Preferenciais	350.942.273	350.942.273
Ordinárias	710.454.184	710.454.184
	1.061.396.457	**1.061.396.457**
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		
Preferenciais	7,14878	6,70272
Ordinárias	7,14878	6,70272

14. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações realizadas com o Itaú Unibanco S.A., controlada do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, representam um saldo em conta corrente de R$20 (R$10 em 31 de dezembro de 2021).

15. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

	2022	2021
Dividendos/JCP deliberados não recebidos	1.098.083	650.074
Dividendos/JCP deliberados não pagos	(1.139.119)	(586.403)
Total	(41.036)	63.671

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

16.1. Constituição de PECLD - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu em suas Demonstrações Contábeis os impactos provenientes de evento subsequente relacionado a um caso específico de empresa de grande porte do varejo, que entrou em recuperação judicial, mas cujas condições creditícias já existiam em 31 de dezembro de 2022. Houve reforço na PECLD para cobrir 100% da exposição gerando um impacto adicional no resultado da investida de R$1,3 bilhão (R$719, líquidos de impostos).

16.2. Decisão STF - Limitação da coisa julgada tributária

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), por meio do julgamento dos Temas 881 e 885, que trataram da limitação da coisa julgada, deliberou que as decisões por ele proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral, interrompem automaticamente os efeitos temporais das sentenças transitadas em julgado envolvendo relação jurídica tributária de trato continuado.

Considerando o teor do entendimento do STF publicado até o momento, a Companhia analisou suas decisões individuais transitadas em julgado e não identificou nenhum caso que tenha sofrido modificação no posicionamento desta corte em controle de constitucionalidade.

16.3. Oferta Pública de Aquisição de Ações do Itaú Corpbanca - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Em 2 de março de 2023, o ITÁU UNIBANCO HOLDING divulgou Fato relevante comunicando que foi aprovado pelo Conselho Administração a contratação de assessores para o início dos trabalhos relacionados à intenção de realização de uma oferta pública voluntária para a aquisição, por si ou por suas afiliadas, de até a totalidade das ações de emissão do Itaú Corpbanca em circulação (instituição financeira sediada em Santiago, no Chile), o qual detém atualmente, por si e por suas afiliadas, 65,62% do seu capital social total e votante.

O valor a ser ofertado por ação será de CLP 2,00 (dois pesos chilenos), que equivale, nesta data, a um prêmio de aproximadamente 10% sobre o valor por ação conforme a cotação média na Bolsa de Santiago dos últimos 60 pregões, sendo certo que esse preço será ajustado para refletir declaração e/ou pagamento de dividendos pelo Itaú Corpbanca antes da liquidação da oferta.

A oferta ainda não foi iniciada e espera-se que seja realizada ainda no primeiro semestre de 2023. A aquisição das ações objeto da oferta estará sujeita ao cumprimento das condições usuais para este tipo de operação, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis do Banco Central do Brasil e da Comisión para el Mercado Financiero de Chile ("CMF").

16.4. Deliberação de JCP - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Em 13 de março de 2023, o Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING declarou JCP no valor de R$0,262 por ação, que serão pagos até 31 de agosto de 2023, com retenção de 15% de imposto de renda, resultando em juros líquidos de R$0,2227 por ação, tendo como data-base a posição acionária final do dia 23 de março de 2023.

16.5. Deliberação de JCP

No decorrer do exercício de 2023, o Conselho de Administração da IUPAR declarou JCP, imputados ao dividendo obrigatório de 2023, conforme tabela abaixo:

Data da deliberação	Data da posição acionária	Data do pagamento (realizado ou previsto)	Valor por ação bruto (em R$)	Valor por ação líquido (em R$)
30/01/2023	30/01/2023	01/02/2023	0,039470	0,033549
28/02/2023	28/02/2023	01/03/2023	0,039730	0,033770
31/03/2023	31/03/2023	01/04/2023	0,039770	0,033804
31/03/2023	31/03/2023	31/08/2023	0,574380	0,488223
			0,693350	**0,589346**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
PEDRO MOREIRA SALLES

Presidente - Suplente
JOÃO MOREIRA SALLES

Vice-Presidente
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente - Suplente
ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES

Conselheiros - Suplentes
ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA
DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO

DIRETORIA

Diretor Presidente
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores
JOÃO MOREIRA SALLES
MARCIA MARIA FREITAS DE AGUIAR
RICARDO VILLELA MARINO

CONTADORA
SANDRA OLIVEIRA RAMOS MEDEIROS
CRC 1SP 220.957/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

Daniel Sorrentino

‘Convencer que é hora para ativos de risco é difícil’

Presidente do Pátria diz que mudança estrutural do juro exige maior reflexão dos investidores

FABIO NUNES

'O CDI, no nível que está, drena muito capital', diz Sorrentino

ENTREVISTA

Presidente executivo do Pátria Investimentos para a América Latina; está na empresa desde 2001 e se tornou sócio em 2009

CRISTIANE BARBIERI

Juros altos são sinônimo de dinheiro escasso. Entre outros motivos, compensa para os investidores colocar sua poupança em aplicações seguras, como papéis do governo, o que tira os recursos da economia. Para o Pátria, que tem R$ 140 bilhões sob gestão e é o maior fundo de investimento de sua área na América Latina, esse movimento global trouxe duas realidades. De um lado, os grandes investidores passaram a repensar os investimentos mais arriscados, como os que oferece. “A gente sente a reflexão (*dos grandes investidores*) sobre a decisão de como alocam o portfólio, o que é natural quando há uma mudança estrutural de taxa de juros, mas nada que ameace o longo prazo”, afirma Daniel Sorrentino, sócio e presidente executivo do Pátria Investimentos para a América Latina, que participou do programa de entrevistas em vídeo “Olhar de Líder”, do *Estadão/Broadcast*.

De outro lado, empresas e projetos ficaram bem mais baratos. “A verdade é que o CDI (*títulos emitidos por bancos como forma de captação*), nos patamares atuais, drena muito capital da economia”, diz. “Essa falta de capital na economia gera demanda por recursos muito grande e é quando, para nós, aparecem ótimas oportunidades.”

A entrevista está disponível no *Broadcast TV*. Abaixo, os principais trechos:

O Pátria tem histórico de gerar bons retornos aos acionistas, e alguns projetos têm impacto social, como o processamento de açaí da Frooty ou o projeto de dessalinização que retirará de circulação caminhões-pipa no Chile. Qual é o impacto da geração de riqueza do Pátria?

Não há essa conta, mas para cada real investido pelo Pátria há um efeito multiplicador grande. Trazemos para os investimentos um capital de longo prazo, formador de ativos, que tem como objetivo geração de empregos, receita e outros impactos na economia. Estimaria que o multiplicador desse capital é superior a duas a três vezes, a cada real que investimos.

> **Infraestrutura**
> **‘Todo governo sabe ser necessário trazer a iniciativa privada a seu lado’, afirma Sorrentino**

Como é competir, pelo dinheiro do investidor, com juros a quase 14% ao ano?

Nosso olhar, como investidor, é sempre para um horizonte de 5 a 15 anos, tempo que o capital empregado em ativos e empresas leva para trazer resultado. A taxa de juros, hoje, é uma taxa de desequilíbrio, de certa forma. Quando comparamos nossos resultados históricos, percebe-se que os investidores experimentam nesse tipo de produto – o ativo alternativo, também conhecido como ativo privado – retorno muito superior ao CDI, que é a taxa básica de juros do Brasil. Mas enxergamos o momento particular como de oportunidade. Claro, é muito difícil convencer o investidor, de maneira geral, de que é um bom momento para entrar num ativo de risco e de longo prazo, quando se tem a competição com o CDI. A verdade, porém, é que o CDI, no patamar que está, drena muito capital da economia. Essa falta de capital gera demanda por recursos muito grande, e é quando, para nós, aparecem ótimas oportunidades. Em todos os negócios e as classes de ativos nos quais estamos investindo, encontramos excelentes oportunidades. Temos essa discussão diariamente com os clientes...

... que fazem contas, né?

Exatamente. Eles veem diferentes produtos ligados ao desempenho do CDI, alguns isentos de Imposto de Renda, o que faz com que sejam altamente atrativos. Mas nossa abordagem é de longo prazo, e a gente propõe que qualquer pessoa tenha uma alocação de 10% a 30% de seu portfólio nesse tipo de ativo. Não é um ‘ou’ outro. É um ‘e’ outro.

Alguns fundos de pensão americanos têm anunciado redução nos investimentos em private equity (compra de participações em empresas), menos atraentes com a alta dos juros nos EUA. O Pátria já sentiu esse impacto?

É importante trazer um pouco do contexto à situação atual. Os fundos de pensão americanos vêm, ao longo dos últimos 20 anos, aumentando significativamente a alocação em private equities. Essa onda de crescimento gerou resultados muito expressivos e superiores aos que experimentaram em outras alocações. Imagine ter 10% do portfólio que teve um desempenho muito bacana e, um dia, ele virou 20% porque cresceu muito... Um segundo elemento é a alocação das classes de ativos em relação aos juros, que mudou. É natural que uma mudança de taxa de juros implique uma mudança de alocação. Como reflexo, os fundos passaram a ter menos apetite a crescimento do que no passado, mas o mercado continua extremamente saudável e pujante. É mais um ruído pontual do que uma questão estrutural.

Mas vocês sentiram?

A gente sente a reflexão (*dos fundos de previdência*) de que estão tomando uma decisão de como alocam o portfólio, o que é natural. Quando há uma mudança estrutural de taxa de juros globalmente, como agora, é natural que investidores parem para revisar e repensar o portfólio. Nos preocupa no médio e no longo prazos? De forma nenhuma. A tendência é clara e positiva. Temos convicção de que é uma classe de ativos que mais e mais faz parte da alocação de qualquer tipo de investidor: dos mais sofisticados do mundo, como os fundos soberanos e de pensão, até o poupador individual brasileiro, que deveria ter uma alocação nesse tipo de produto.

De que maneira um governo menos afeito às privatizações e às concessões posterga investimentos?

O tema mais relevante ligado à infraestrutura tem a ver com a capacidade da federação e dos Estados de, com seus próprios balanços, cumprir com as necessidades de infraestrutura do País. Sabemos que existe uma dificuldade enorme e falta de capital. A participação de investidores e da iniciativa privada, de maneira geral, é necessária em qualquer país. Todo governo sabe ser necessário trazer a iniciativa privada a seu lado e construir um arcabouço regulatório para que os investimentos sejam feitos. As mudanças são naturais e saudáveis, com a troca de governo, do modelo como o Brasil faz concessões e atrai o capital privado de longo prazo. Em vários momentos, e este não é diferente, somos chamados como parte da mesa para debater abertamente as mudanças e o que é necessário para que se viabilizem os investimentos. ●

Expansão **Dinheiro para vários setores**

Votorantim quer investir R$ 5,5 bi para ser mais competitiva

A Votorantim, um dos maiores conglomerados empresariais do País, estima investimentos na ordem de R$ 5,5 bilhões em 2023. O foco será consolidar os negócios agregados mais recentemente à holding, bem como modernizar as atividades mais antigas. Em 2022, o grupo já havia realizado investimentos de R$ 5,8 bilhões.

“Teremos aportes para modernização das unidades consolidadas em busca de mais competitividade. Aí são investimentos já programados. Mas também teremos investimentos nos novos negócios, inorgânicos”, conta o presidente do grupo, João Schmidt, em entrevista ao *Estadão/Broadcast*. “Nós já fizemos movimentos ao longo de 2021 e 2022 que levaram à criação de várias plataformas de negócios e agora em 2023 vamos fazer a consolidação, explorando as oportunidades. Será um ano de consolidação e de novos investimentos”, complementa.

A holding atua nos segmentos de materiais de construção, financeiro, alumínio, energia limpa e renovável, mineração e metalurgia, suco de laranja, aços longos, imobiliário e infraestrutura.

O último ano foi bastante movimentado em termos de diversificação. O grupo concluiu em 2022 a reorganização societária dos ativos de energia da Votorantim e do CPP Investments, que resultou na criação da Auren, empresa listada no Novo Mercado da B3 e uma das maiores plataformas de energia renovável do Brasil.

Já no começo de 2023 veio outra tacada no setor de energia. Em uma nova parceria, a Votorantim e o CCP criaram a Floen, empresa de investimento em soluções de transição energética. Desta forma, a agenda de transição energética ganhou espaço na pauta de investimentos para 2023. ● CIRCE BONATELLI

> **Diversificação**
> **Grupo atua em segmentos variados, da construção à metalurgia, passando pela produção de sucos**

VEÍCULOS SUCATAS MATERIAIS IMÓVEIS JUDICIAIS

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÕES DE VEÍCULOS

LEILÕES DIÁRIOS SOMENTE ONLINE

10 A 15/04/23 - 09h30

VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

SOMENTE ONLINE

11/04/23 - 14h

LEILÃO EXCLUSIVO DE MOTOS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

BANCO PAN

SOMENTE ONLINE

11/04/23 - 16h

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

bradesco

SOMENTE ONLINE

12/04/23 - 14h

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS GRUPO BRADESCO

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÕES DE SUCATAS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE

10/04/23 - 08h30 E 13h

CARROS, MOTOS, PERUAS, UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

SOMENTE ONLINE

10 E 11 E 13 A 14/04 - 15h

MATERIAIS E EQUIP. INDUSTRIAIS, MATERIAIS ESCOLARES, INFORMÁTICA, MÓVEIS P/ CASA E ESCRITÓRIO, ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581.
Errata: no edital deste leilão publicado nos dias 26 e 30/03 e 02/04/23, onde se leu "03 a 6/04 às 15h", leia-se "03 a 04 e 06/04 às 15h".
Errata: no edital deste leilão publicado no dia 02/04/23, onde se leu "10 a 14/04 às 15h", leia-se "10 e 11 e 13 a 14/04 às 15h".

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE

12 E 19/04 - 15h

CONSULADO GERAL AMERICANO: MATERIAIS E EQUIP. INDUSTRIAIS, INFORMÁTICA, MÓVEIS P/ CASA E ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio, Leiloeira Oficial JUCESP nº 641, dias 12 e 19/04/23.

LEILÕES DE IMÓVEIS

É HOJE!

SOMENTE ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

2ª PRAÇA: 06/04/23 - 15h

TERRENO - PROJETO JARDIM - COTIA - SP

Cotia/SP. Projeto Jardim. Rodovia Raposo Tavares, Km. 39,5 (lt. 09 da qd. G) Terreno urbano. Área total de terreno: 1.592,70 m². Matr. 118.304 do RI local. DESOCUPADO Visitas e mais informações (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. ~~1ª praça: 30/03/2023, às 15h. Lance mínimo R$ 675.671,12.~~ 2ª praça: 06/04/2023, às 15h. Lance mínimo: R$ 460.581,94.
Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607.

SOMENTE ONLINE

28/04/23 - 14h

CASA EM CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VALE DO ITAMARACÁ - VALINHOS - SP

Lance inical: R$ 2.400.000,00.

Valinhos/SP. Vale do Itamaracá. Lote de terreno, situado na Quadra G, do loteamento denomindado Village Visconde de Itamaracá II, com área total de 1.026,00m² e área construída de aproximadamente 646,17m²,melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 3423 do Registo de Imóveis da Comarca de Valinhos/SP. DESOCUPADO. Visitas deverão ser previamente agendadas com Emerson do setor de imóveis (Sodré Santoro leilões) Tel.: (11) 2464-6460/ Celular (11) 97777-0753. Mais informações (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site: www.sodresantoro.com.br. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581.

LEILÕES DE IMÓVEIS

10/04 ÀS 11H - SOMENTE ONLINE

SUPER LEILÃO de Imóveis

• Apartamentos Residenciais • Casas Residenciais
• Lotes Residenciais • Sala Comercial

Mais de 40 imóveis nos estados de:

SP • RJ • MG • BA • PR • RS • CE • MA • PB • PE • SE

APARTAMENTO RESIDENCIAL VILA SUZANA - SÃO PAULO - SP

Ocupado, 5 vaga(s) de garagem. Área(s): 567,94 m² de área terreno, 271,29 m² de área privativa, 296,65 m² de área comum, 271,29 m² de área útil. Lance Inicial R$ 784.728.

CASA RESIDENCIAL NOVA VITÓRIA - CAMAÇARI - BA

Desocupado, 2 vaga(s) de garagem. Área(s): 237 m² de área total. Lance Inicial R$ 259.200.

• Débitos até a data do leilão quitados pelo Banco - IPTU e Condomínio.
• Financiamento/Parcelamento.
• Carta de crédito de outra instituição bancária também pode ser utilizada.
• Lances condicionados à aprovação do vendedor.

Lance inicial a partir de R$ 47.304,00

Santander

Consulte condições de venda de cada lote e edital completo no site.
José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195.

SOMENTE ONLINE

04/05/23 - 15h

LOJA - SANTA CECÍLIA - SÃO PAULO - SP

Lance inicial: R$ 300.000,00.

São Paulo/SP. Santa Cecília. Rua Sebastião Pereira, 155, (loja nº 155), Edificio JR., com a área útil de 126,50m², cabendo-lhe no terreno e demais coisas de uso comum uma quota ideal de 19%, inscr. municipal007.037.0014-6. Melhor descrita e caracterizada na Matrícula sob nº 48.848 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. DESOCUPADO. Visitas e mais informações (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581.

SOMENTE ONLINE

10/05/23 - 15h

SALA COMERCIAL (DESOCUPADA) CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ

Lance inicial: R$ 3.990.000,00

Rio de Janeiro/RJ. Centro. Av. República do Chile, 230, Ed. Presidente Castello Branco, sala 2801 com área privativa de 875,00 m², com direito a 11 vagas de garagem (av.03). Matrícula 28.604 do 7º Cartório de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ. Inf.: (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581.

SOMENTE ONLINE

17/05/23 - 15h

FAZENDA (DESOCUPADA) FAZENDA SRTª IZABEL - SANTANA DE PARNAÍBA - SP

Lance inicial: R$ 27.812.155,50

Terreno designado por Gleba 03, sito na Est. Ecoturistica do Suru, s/n.º, com área total de 298.729,00m². Insc. Municipal nº 14444.64.24.0001.00.00 Matrícula 81071. Terreno designado por Gleba 04, sito na Est. Ecoturistica do Suru, s/n, com área total de 298.729,00m² e insc. Municipal nº 14444.61.37.0001.00.00. Matr. 81066 ambas registradas no Cartório de Registro de Imóveis de Barueri. Visitas deverão ser previamente agendadas com Sr. Gilmar Ramos (11) 9.4118-1100. Inf.: (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581.

SOMENTE ONLINE

31/05/23 - 15h

PRÉDIO RESIDENCIAL ALTO DE PINHEIROS - SÃO PAULO - SP

Lance inicial: R$ 3.900.000

São Paulo/SP. Alto de Pinheiros. Rua Capepuxis, 61 (lt. 09 da qd. 81). Prédio. área total de terr. 773m² e área construída de 664m Inscr. Municipal 096.110.0009-1. Melhor descrita e caracterizada na Matrícula sob nº 53.837 do 10º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. OCUPADO. Visitas deverão ser previamente agendadas com Emerson do setor de imóveis (Sodré Santoro leilões) Tel.: (11) 2464-6460/ Celular (11) 97777-0753 ou com Sr. Henrique (12) 9-9181-5749. Mais informações (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581.

As visitações aos lotes serão das 08h as 09h30, segunda à sábado, com exceção ao Pátio Dutra - Guarulhos 1 (Rod. Dutra km 223,5), que permanecerá com as visitações suspensas temporariamente. Outros serviços e atendimentos presenciais, permanecem suspensos.

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse agora nosso site

APARTAMENTOS ALUGAM-SE

ACLIMAÇÃO - 1 DORMITÓRIO RUA ARMANDO FERRENTINI, 1 dormitório, sala, cozinha, banheiro, lavanderia. **R$ 1.950,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

ACLIMAÇÃO – 1 DORMITÓRIO RUA CONSELHEIRO FURTADO, 1 dormitório, sala, cozinha e banheiro. **R$ 1.300,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

BELA VISTA AV. NOVE DE JULHO, 1953. Apartamento com 1 dormitório, sala, banheiro, cozinha, próximo FGV e Masp, 37 m². Aluguel: **R$ 1.200,00** + Cond. + IPTU.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258-7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

CENTRO - KITCH PRAÇA ROOSEVELT Aluguel **R$ 1.000,00**+ condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

HIGIENÓPOLIS ALAMEDA BARROS. Excelente apartamento, 3 suítes, 3 vagas. Aluguel **R$ 4.500,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

ITAIM RUA LUIS DIAS, 120m², 4 dormitórios, suíte, lavabo, 2 vagas. Prédio com piscina. Aluguel **R$ 4.500,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

JD DAS BANDEIRAS RUA PATÁPIO SILVA, 4 dts, (1 ste) + 3 banhs, sala dupla, copa/coz., armários, dep. empr., 2 vgs, 190m² ú. Aluguel: **R$ 8.000,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

JARDINS ALAMEDA TIETE, 2 dormitórios. Aluguel **R$ 2.800,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

LIBERDADE RUA SÃO JOAQUIM, PRÓX. METRÔ, 1 dormitório, sala cozinha, banheiro, armários. Aluguel: **R$ 1.200.00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

LIBERDADE RUA SÃO JOAQUIM, 160, AP. 76-B, c/ 1 dormitório, sala, coz., banh., e ÁS. Aluguel: **R$ 1.100,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 📱 11 **99998-0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

POMPÉIA RUA BR. DO BANANAL (ATRÁS DO HOSPITAL), 1 dormitório, sala, sacada, sauna, academia, piscina, garagem. Aluguel: **R$ 1.800,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

VILA MARIANA RUA JOSÉ ANTONIO COELHO, 80m², reformado, 2 dts c/ arms, dep e wc emp, 1 vaga. etc. Próximo do Metrô Ana Rosa. Aluguel **R$ 2.200,00**. Cód. IH408.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

APARTAMENTOS VENDEM-SE

CERQUEIRA CESAR HADDOCK LOBO px, AL. Franca, 2 dormitórios, 99m² úteis., andar alto, sol da manhã, dep., empr. completa, vaga. **R$ 1.060.000,00**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 📱 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

HIGIENÓPOLIS - RUA PARÁ 3 dts, sl ampla, coz, depends. de emp., 168 m² á.ú., vg de gar. boa, ensolarado, prédio c/ recuo, px. a ótimos restaurantes, **R$ 1.850.000,00**.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258-7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

LIBERDADE RUA DR. SIQUEIRA CAMPOS, 41m², 1 dorm. c/ arms, wc completo, 1 vaga e etc. Px. Metrô São Joaquim. Venda **R$ 320 mil**. Cód. IH1063.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

MORUMBI - R. CAP. MACEDO 72m², 2 dts., sendo 1 suíte, closed, dep.empr., sl, coz., banh., prédio c/churrasq, forno/pizza, pisc. aq, acad, sauna, s. festas, jgos. **R$ 870mil**.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

VILA CLEMENTINO AL. BONINAS, 73m², novo, andar alto, varanda gourmet, 2 dorms, 1 vaga e etc. Px. Metrô Praça da Arvore. Venda **R$ 850.000,00**. Cód. IH927.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

VILA OLÍMPIA RUA DAS FIANDEIRAS, com 40,93 m², 2 dorms., sala, cozinha e banheiro, próx. Av. Faria Lima. **R$ 400 mil**. Ref: AP0328.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

VILA OLÍMPIA AV. DR. CARDOSO DE MELO, c/69 m², todo remodelado com muito bom gosto, 2 dorms., sala, cozinha e 2 banheiros. **R$ 742mil**. Ref: AP0536.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

CASAS ALUGAM-SE

JD PAULISTA Amplo sobrado todo reform, á.ú. 160m², a.t. 224m², sala piso madeira, coz. planej, lvbo, 1 ste, edícula c/salão e lavanderia. Al. **R$ 17.000,00**+cond+IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

SANTO AMARO CANCIONEIRO DE ÉVORA, 130m², térrea, recém reformada, 4 salas, 5 vgs, área externa. Px. Metrô Borba Gato. Aluguel **R$ 6.500,00** + encargos. Cód. IH26.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

CASAS VENDEM-SE

INDIANÓPOLIS AV. MIRUNA, sobrado c/149 m² de área construída, garagem p/2 carros, junto ao Aeroporto e Moema. **R$ 690mil**. Ref: CA0188.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

JD. DAS VERTENTES Sobrado 242,00m² amplas salas, 4 dorms, 2 stes, sala com sacada, lavabo coz, vgs garagem e piscina. **R$ 1.000.000,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

JD. PAULISTA – Exc. Local! RUA ESTADOS UNIDOS – Sbr. 573 m² amplas salas, luz natural, ar cond., área aberta c/ jd., copa, despensa, banheiros, vagas. **R$ 8.000.000,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

JARDIM PAULISTANO RUA AGRÁRIO DE SOUZA, sobrado c/terreno c/280 m², 180 m² de Á.C., todo remodelado, 3 dorms. (1 ste), 2 vgs. **R$ 5.500.000,00**. Ref: CA0198.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

PARAÍSO TRAV. UMBERTO BIGNARDI junto da RUA ABÍLIO SOARES, sobrado c/234 m² de Á.C., coml. ou residencial, garagem p/3 carros. **R$ 1.950.000,00**. Ref: CA0184.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

VILA GARAGUATA Condomínio Fechado - Sobrado prox. Zool., 3 dormitórios, suite, 116m² úteis, 2 vagas, lazer com piscina. **R$ 550mil**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 📱 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

COMERCIAIS ALUGAM-SE

CONSOLAÇÃO LOJA / ARMAZÉM na RUA FERNANDO ALBUQUERQUE, 270, com 240 m² área terreno e 200 m² área construída. Aluguel **R$ 9.000,00**.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258-7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

MOEMA ÍNDIOS LOJA com MEZANINO - Novo, 3 pavimentos c/ amplos salões, sem colunas e subsolo p/ gar.. A/T 800m² - A/C 1.239m². **R$ 45.000,00**. REF: AS50707.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA PÁSSAROS CONJUNTO com TERRAÇO, 2 salas, 10 banheiros, 2 copas, 12 vagas, ar condicionado central. Área Útil 689m². **R$ 59.000,00**. REF: AS51328.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

R. AUGUSTA – ÓTIMO PONTO ENTRE ALS TIETE E FRANCA. Três conjuntos de 127 m², pintado, c/ cascolac novo. Prédio pequeno só p/ fins comerciais, escritórios.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

COMERCIAIS VENDEM-SE

JD. PAULISTA AL. SARUTAIÁ, SOBRADO, 3 dormitórios, suíte, 232 m² úteis, ótimo Inv. p/ loc. Comercial. **R$ 1.500.000,00**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 📱 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

JARDINS RUA AUGUSTA. Cjto c/96 m² de área construída, junto da Alameda Lorena, 4 salas, copa e 3 banhs, atende a diversos serviços. **R$ 420mil**. Ref: CJ 0005.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

MOEMA PÁSSAROS VENDE/ALUGA CJTO., andar interior, 9 banhs, 18 vagas, ar cond. central. Ú 310m². VENDA: **R$ 2.500.000,00**. LOCAÇÃO: **R$ 15.000,00**. REF: AS49326.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA ÍNDIOS CJTO, Cobertura Duplex com TERRAÇO, 4 salas, 4 banheiros, 3 vagas. Útil 210m². VENDA: **R$ 2.200.000,00**. LOCAÇÃO: **R$ 12.000,00**. REF: AS50814.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOÓCA - LOJA J. A. OLIVEIRA, 480m², terreno 800m². Alugada **R$ 19.711,00**. **R$ 4.200.000,00**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 📱 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

MOÓCA - LOJA RUA DA MOÓCA, 196m², de terreno 280m² área úteis. Alugada **R$ 10.369,00**. **R$ 2.100.000,00**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 📱 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

ESCRITÓRIOS ALUGAM-SE

AVENIDA PAULISTA Sala com mais ou menos 12m². contendo banheiro interno. Aluguel: **R$ 1.000,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 📱 11 **99998-0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

BROOKLIN PAULISTA AV. ENG. LUIS CARLOS BERRINI, 100m², 5 salas, ar cond, 2 wcs, copa, despensa, 2 vagas. Px. Metrô Berrini. Aluguel **R$ 3.700,00** + encargos. Cód. IH954.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

CAMPO BELO AV. VER. JOSÉ DINIZ, conjunto com 3 salas, armários, 2 banheiros, ar condicionado, uma vaga, área útil, 60m². Aluguel: **R$ 1.800,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

FARIA LIMA X REBOUÇAS Sala c/30m², banh. privativo, ót. localização, conj. de fundos s/ barulho de tráfego. Alug: **R$ 1.100,00**+Cond: R$ 401,29 + IPTU: R$ 143,40.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

ITAIM Entre Av. Juscelino Kubitschek e R. Joaquim Floriano. Ampla sala c/divisória, banh, ar condicionado e uma vaga na garagem. Aluguel **R$ 2.000,00**.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

PERDIZES RUA CANDIDO ESPINHEIRA. Cjtos de 57m² e 110m², ar condicionado, 2 ou 4 banhs, copa, 1 ou 2 vagas. Aluguel: **R$ 3.200,00** ou **R$ 1.600,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

ESCRITÓRIOS VENDEM-SE

ANDAR TODO - SÉ RUA QUINTINO BOCAIUVA, 95 m² 4 salas, 2 banheiros, cozinha e sacada. **R$ 390mil**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

MOEMA ÍNDIOS LOJA com 2 PAVIMENTOS, 2 amplos salões, 2 vagas no recuo. A/T: 250m² A/C 345m². **R$ 3.300.000,00**. REF: AS49946.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

TERRENO VENDE-SE

JABAQUARA RUA FARJALLA KORAICHO, 1095m² AT. e 854m² AC. Empreend. de uso residencial ou coml. Px. Metrô Jabaquara. Venda **R$ 5.500.000,00** Cód. IH1017.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Atuamos no mercado de avaliações, há 81 anos

Proporcionamos para nossos clientes serviço altamente técnico, possibilitando suporte às decisões estratégicas. Nosso Laudo de Avaliação é elaborado por Engenheiros e Arquitetos capacitados e qualificados para essa finalidade, respeitando as Normas técnicas da ABNT.

- ✔ DEFINIÇÃO DO VALOR DO IMÓVEL PARA VENDA
- ✔ DEFINIÇÃO DO VALOR DO IMÓVEL PARA LOCAÇÃO
- ✔ REAVALIAÇÃO DO ATIVO ✔ REVISIONAL DE ALUGUÉIS
- ✔ PARTILHA DE BENS
- ✔ GARANTIA PARA FINANCIAMENTO BANCÁRIO
- ✔ GARANTIA PARA FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO.

11 3159-4488 11 93470-2338
cvisp@terra.com.br www.cvisp.com.br
Rua Sete de Abril, 277 3º andar - CJ. 3C - CEP: 01043-000

ENCONTRE O IMÓVEL QUE VOCÊ PROCURA NOS SITES DOS NOSSOS ASSOCIADOS

AZEVEDO Negócios Imobiliários — CRECI 843-J — ☎ 11 3258-7544 — francisco@azevedonegocios.com.br
Silver Imóveis e Administração Ltda — CRECI 8652-J — ☎ 11 3115-3399 — www.silverimoveis.com.br
PREDIAL RUGGIERO LTDA. Administração de imóveis e condomínios — CRECI 388-J — ☎ 11 3111-2011 — info@predialruggiero.com.br
Harmonia — CRECI 83-J — ☎ 11 3056.1882 — www.imobiliariaharmonia.com.br
NOSSA CASA Negócios Imobiliários — CRECI 4506 — 📱 11 99912-7169 — adalto@nc.adm.br
A. SANTOS — CRECI 1675 — ☎ 11 3814-7301 — adirson@terra.com.br
LOUVRE IMÓVEIS — CRECI 6916-J — ☎ 11 3846-0377 — www.louvreimoveis.com.br
Adriano Silva imóveis — CRECI 20.280-J — ☎ 11 5053-1790 — www.adrianosilvaimoveis.com.br
LIV — CRECI 13.414-J — ☎ 11 3088-1711 — www.livimoveis.com.br
WAGNER FANUELE NOGUEIRA CORRETOR DE IMOVEIS — CRECI 19.278 — 📱 11 99998-0356 — a.e.imoveis.uol.com.br

SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$450.000 S.novo,50u,1ds,gar, px.metrô,2wc 2198.5555 cr8767

2 DORMITÓRIOS

ITAIM
R$685.000 Urgente,75uteis, 2ds, sacada, 1vaga, lazer. 2198.5555

JD AMÉRICA
R$1.060.000 2dt, dep emp, 1vg, 89m²au, C. Bca px O. Freire, 8ºand. CRECI 30955 ☎(11)99556 3105

MOEMA
R$585.000 Local nobre,70úteis, 2 dts, gar. 2198.5555 creci 8767

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$1.450.000 S.novo, av.Jacutinga, 130uteis, 3dts (1suite),1vaga. Lazer. Dir. Prop. ☎11 2198.5555

MOEMA
R$950.000 Ocasião, px. metro, varanda, 110 u, 3ds(1ste) 2vgs. Vale R$1.300.000, F:2198.5555

S JUDAS
R$1.050.000 Próx. metrô, cobertura duplex, 240 úteis, 3dts, (1 ste) 3vgs,pisc.,churr. 11 2198.5555

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.750.000 Px.parque, 245út, 3 salas, varanda, 4dts(3sts), 3grs. + dep. Lazer. 11 2198.5555 cr8767

MOEMA
R$1.100.000 Urgente, 170 úteis, varanda, 4dts., 1 suíte, 2grs. Lazer total. F: 2198.5555 creci 8767

MORUMBI
R$1.200.000 Rua José Galante, 265ú, varanda/churr,4sts/arms, ar, piso,4vgs. Lazer c/pisc.cob/qda. tenis. Ac. troca 11 97632.0165

VL MARIANA

208m²área útil,decorado,gourmet 4sts, 4vgs, depósito,R$2.850.000 ☎(11)99626-3742 Creci 12929J

ZONA OESTE

3 DORMITÓRIOS

PERDIZES
R$2.000.000 Jd.das Perdizes,novo/arms,ar, 110ú,varandão/churr 3ds(1ste),2vgs. 11 97632.0165

ZONA NORTE

3 DORMITÓRIOS

PQ NV MUNDO
R$420.000 Novo,varanda,3ds, 1vg lazer clube. Dir.PP. F:97632.0165

Vendem-se

CASAS

ZONA SUL

VL MARIANA
R$2.650.000 Nova, 350 Terr, 300 A.C., 3salas, quintal/ churr., 3dts. 1ste, 4gars. Dir. PP. F:97632.0165

ZONA OESTE

JAGUARÉ
R$725.000 Cond.fechado,170m² 3dts. (1ste), 2vagas. lazer c/ pisc. /churrq. Dir. PP. ☎97632.0165

Vendem-se

COMERCIAIS

ZONA OESTE

LAPA
R$18.500.000 Ocasião. Shop popular, 59 lojas, 2 salas de cinema, 5.200 a.c. 50 vgs. 11 2198.5555

POMPÉIA
R$6.500.000 Esquina. Loja com predio na AV. , 1850m2 a.c. e 45 vagas. 11 2198.5555 creci 8767

Alugam-se

APARTAMENTOS

ZONA OESTE

2 DORMITÓRIOS

PINHEIROS
Apto Duplex - R.Cardeal Arcoverde totalmente reformado, 2 dorms e 1 suíte + 1 banheiro, sala, cozinha conjugada c/lavanderia, ar condicionado(todos ambientes), janelas antirruídos. Tr.José Carlos (11)98672-2110 CRECI 06169-J.

CENTRO

1 DORMITÓRIO

CONSOLAÇÃO
1 dorm c/suíte e armários, ampla sala, coz.americana, banh., área de serv. R. Consolação, 2.346 Ap 72, ao lado do metrô. CRECI 06169-J ☎(11)98672-2110 José Carlos.

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

AV PAULISTA
Cjto. coml. 351m² a 675m² á. priv. Imperdível. Menor taxa de cond. e melhor Al. da região. Dir. propr. (11)3241-3855 hc/94039-9863

BROOKLIN
Loja p/ Pet Av. Morumbi 8384 Plantão no Local. ☎ 5041-2121

CAMPO BELO
R. Otávio Tarquínio de Souza, 945. Al. ☎ 5041-2121

CH STO ANTÔNIO
R.Verbo Divino esq.Nações Unidas Cjto. 540m²/ 1080m². á. priv. Menor aluguel e cond. da região. Imperdível. Dir. c/ propr. ☎(11)3241-3855/94039-9863

SUL | AL | COM

CH STO ANTÔNIO
R. Alexandre Dumas, 643, Esq. Excel Ponto Coml. Al. ☎5041-2121

FARIA LIMA
Conj.escritório, 3 salas, perfeito estado! Próx.Shop Iguatemi ☎(11)99770-7211/3022-6270

STO AMARO
Loja de Motos. Excelente ponto para o Ramo. Av. João Dias, 1131. ☎5041-2121.

VL ANDRADE
3200m², (BTS) av. frente esquina c/5 ruas. Av: Giovanni Gronchi 5340 ☎(11)99765-4321

ZONA OESTE

LAPA
Casa coml, 601m²ÁC, 496m² terr, R:Guaipá, 8vgs. Prop. Gustavo (11)99983-6422/5182-2864

LAPA
Ponto p/ Farmácia Excel. Localização R. Dronsfield, 194 Plantão no Local Trat. c/prop. ☎ 5041-2121

ZONA LESTE

SAPOPEMBA
Sl coml, 2ws, reform, 60m², ao lado do Fórum Vl.Prudente. Av.Sapopemba, 3760. R$1.250. (11)3106 -3416/94088-3269 Creci: 92060

TERRENOS

ZONA SUL

ALTO BOA VISTA
Terrenos 800 à 1.100m², no Residencial Chácara Santa Helena, infraestrutura compl., clube c/ lazer compl., piscina, sala ginástica, biblioteca. Propr. (11)99265-1900

ZONA NORTE

SANTANA
2.334m² Av. Júlio Buono,p/prédio com/res $14Mi (11)99976 0052

ALPHAVILLE E TAMBORÉ

Vendem-se

CASAS / APARTAMENTOS

ALPHAVILLE

Casa - Genesis 2 - 4 Suítes, elevador, piscina, etc, 850m² A.C., 1252m² terreno. R$9.320.000. Aceito proposta. Tratar Whatsapp (11)98620-1570/ 95479-0043 ☎(11)98620-1385

GRANDE SÃO PAULO

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

GUARULHOS
R$6.500.000 Galpão 2.500 A.C 4.000 at.Ac.permuta. 2198.5555

LITORAL

Vendem-se

APARTAMENTOS

GJÁ ENSEADA
And.alto 3dt, 1ste, 2vg. Lazer Total varanda gourmet, finamente decorado. $1.200mil(13)99712-5723

Vendem-se

CASAS

ITANHAÉM CIBRATEL 2

R$649.000 Casa/prédio coml. 350m². Renda $40 mil. Oportunidade única! ☎(13)99740-0003

UBATUBA DOMINGAS DIAS
Alto padrão,Cond.fech, arquitetura diferenciada, 1350m²ÁT, 750m²ÁC (19)98372-1133 Creci 114137

TERRENOS

GJÁ TIJUCOPAVA
Lic. 2050m² $1.900mil. Ac perm. Ap SP/Gjá(-)Vlr (13)99712-5723

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

RIO CLARO / SP

Vende/Aluga.Melhor ponto Centro Coml., 706m².Frente Casas Bahia (19)98372-1133 Creci 114137

TERRENOS

PARANAPANEMA - SP
Lote com 450m², condomínio fechado, toda a infraestrutura e obras. Riviera XIII - Terras de Sta.Cristina SP lote 6 quadra GQ. Whats ☎ (31)97528-7160/98368-1998

SOROCABA - SP
7.757m² Av.Com. P. Inácio,p/préd coml, qdra inteira (11)99976 0052

PROPRIEDADES RURAIS

CHÁCARAS E SÍTIOS

COSMORAMA - SP
R$2.500.000 Sítio, 16 alqs. Metade c/10mil pés de seringueiras produzindo desde 2017. Casa, luz trifásica, poço c/vazão 20mil de L/hs. Outorga do corrego p/irrigação. Guilherme (17)99703-4447

MAIRINQUE/SP
R$690.000 Chac.Cond.fechado KM 68 Castelo Branco. 2.000m² át 300 m²ác, 5 dorms (3 stes), 4 wc's, piscina, área churrasqueira, forno /fogão a lenha, campo telado e playground. ☎(11)98665-7114

AUTOS

RARIDADES

OPALA DIPLOMATA

90/90 único dono, placa preta. Valor a negociar (11)98122-1177

OPORTUNIDADES

LEILÕES

APTO 56M², SÃO PAULO/SP
Ed. Brasília, Av. Angélica, 2.121, Consolação. Inicial R$ 487.500, 00 (parcelável) gilsonleiloes.com.br

LEILÕES

CONJUNTO HABITACIONAL EM CUIABÁ/MT
Com 11.873m²de constr.,R.Romênia. Inicial R$12.750.000,00 (Parcelável) balbinoleiloes.com.br ☎0800-707-9339

SANTA RITA DO TRIVELATO/ MT - FAZENDA C/ 500HA
(parte ideal), Rod. MT 235. Inicial R$10.597.304,00 balbinoleiloes.com.br ☎0800-707-9339

TERRENO 24.845M², POÇOS DE CALDAS/MG
C/ benfs., cerca de 17 Km do centro da cidade. Valor Inicial R$ 2.760.000,00 leiloesjudiciaismg.com.br ☎0800-707-9339

ARTES E ANTIGUIDADES

ANTIGUIDADES - COMPRO E AVALIO
Pago o melhor preço! Esculturas, Quadros, Pratas, Móveis e Objetos de Artes. (11) 96332-7007 Noely

COMUNICADOS

CONVOCAÇÃO
Transportadora Americana LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 43.244. 631/0030-01, convoca a Sr. DIMY MAICON FINAU, a comparecer no posto de trabalho, no prazo máximo de 48h horas, para tratar de assunto de seu interesse. O não atendimento estará sujeito às penalidades previstas na CLT.

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

DROGARIA VENDO
Na região central SP! Tradicional, há 52anos no local, próximo Hospital Sírio Libanês e 9 de Julho. Valor R$600mil. Direto c/ propriet. Fone/Whats. ☎(11)94153-2103

LOJA MATERIAL CONSTRUÇÃO
Vendo. 45 anos no mercado no centro da cidade de Valinhos-Sp. Contato Cássio (19)99107-9905

LOTÉRICA (11)99948-7293
www.investcertonegocios.com.br

PIZZARIA VENDO
Salão e Delivery. Região Paraiso. Tratar ☎(11)2979-8400/ (11)99615-1159

VENDE-SE FARMÁCIA
Modelo popular em Auriflama-SP e Urupês-SP. ☎(17) 99703-0156

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO COM LIVROS
Livros, Gibiteca, CD, DVD e discos usados.Compro, vendo. Pça João Mendes, 140 ☎(11)3104-7111

AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Elaborar planilhas Excell e realizar digitações. Enviar Currículo para mestra@mestra.net

imóveis

Serviço ao leitor
Dicas para fazer um bom negócio

✓ Contatar a imobiliária responsável ou proprietário do imóvel para verificação da documentação de propriedade do bem antes de adiantar algum valor

✓ Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida

✓ Fornecer seus dados apenas pessoalmente

✓ Evitar documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios

✓ Faça o negócio pessoalmente

CYNTHIA DECLOEDT, ALTAMIRO SILVA JUNIOR E MATHEUS PIOVESANA/
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

OEC contrata assessoria Lazard para reestruturar dívida de US$ 1,9 bilhão

A OEC, braço de engenharia e construção da Novonor (ex-Odebrecht), contratou a assessora financeira Lazard para conversar com seus credores sobre a reestruturação de uma dívida de US$ 1,9 bilhão em títulos de dívida emitidos no exterior (bonds). A companhia está entre as únicas do Grupo Odebrecht que não foram obrigadas a recorrer à recuperação judicial em 2020. Na ocasião, a OEC conseguiu reestruturar os bonds – emitidos pela holding, mas garantidos pelo negócio da construtora – fora do ambiente da recuperação judicial, com uma promessa de recuperação de seu backlog (carteira de obras contratadas). A pandemia e as condições adversas macroeconômicas prejudicaram essa agenda.

Títulos começam a vencer em 2024

Como os títulos de dívida da empresa vencem apenas a partir de 2024, o braço de engenharia e construção da Novonor tem tempo para estruturar as conversas com os credores, que começam a buscar assessores financeiros e legais. Em 2020, cerca de sete bonds foram reestruturados.

Leniência da Lava Jato é renegociada

Outro tema que deve entrar nas conversas são as coobrigações e garantias assumidas pela OEC nos acordos de leniência firmados pela Novonor com entes públicos. Há expectativa de revisão dos números, e os bilhões que essas empresas envolvidas na Lava Jato renegociam podem inviabilizar várias delas.

● **JOIA...** A OEC vinha sendo colocada no centro do processo de reconstrução do grupo Novonor. O presidente do grupo, Hector Nuñez, afirmou em meados de 2022 que a construtora será o principal negócio do conglomerado, substituindo a relevância da petroquímica Braskem, que será vendida.

● **...DA COROA.** A renegociação da dívida da OEC acontece, portanto, em um momento delicado para a Novonor, já que a venda da Braskem está parada e é uma incógnita, em meio à queda no preço de suas ações e à mudança de governo. A Novonor controla a Braskem com 50% mais um de suas ações, tendo a Petrobras como sócia.

● **EMPACOU.** Com o atual governo, a percepção é a de que diminuem as possibilidades de venda da parte da Petrobras, o que complica a equação para se encontrar um comprador para a Braskem. Procuradas, Lazard e OEC não comentaram.

SAÚDE FINANCEIRA

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

A Dasa, dona do Hospital 9 de Julho, e a Hapvida farão ofertas bilionárias de ações, numa tentativa de reduzir endividamento

● **OLHO...** Duas das maiores empresas de saúde do País, a Dasa e Hapvida, farão ofertas bilionárias de ações (follow-on) nas próximas duas semanas, numa tentativa de reduzir o endividamento. As operações terão participação das famílias donas das empresas e, segundo fontes, já têm demanda suficiente para serem fechadas.

● **...DO DONO.** A Dasa pode captar R$ 2,2 bilhões com a venda do lote extra, em oferta que terá o preço de venda da ação definida dia 18. A família Bueno vai colocar R$ 1 bilhão e o BTG Pactual, mais R$ 500 milhões.

● **NA RUA.** Com o papel da Dasa perto das mínimas históricas, e uma sequência de resultados trimestrais que não agradaram, a avaliação é que será preciso um pouco mais de tempo para falar com os investidores do que em uma operação normal desse tipo. Assim, serão duas semanas de reuniões.

● **ALÍVIO.** Com a oferta de ações e mais uma venda de imóveis da família Bueno, que pode chegar a R$ 600 milhões, a Dasa melhora seu nível de alavancagem, mas ainda não resolve totalmente o problema do endividamento. O endividamento é o equivalente a 3,8 vezes o Ebitda ajustado (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e, no médio prazo, a família trabalha para que se reduza para 2 vezes.

● **MUDOU.** A Hapvida fará o processo de venda de ações no dia 12, em operação que pode chegar a R$ 1 bilhão. Inicialmente, bancos tentaram levar um fundo para ser sócio da empresa. Mas com uma sequência de resultados trimestrais ruins, a estratégia ficou de lado.

● **APOIO.** A família Pinheiro Koren de Lima vai entrar com R$ 360 milhões da oferta; sobram R$ 640 milhões para o mercado. Em período de silêncio por causa das ofertas, as empresas não se pronunciaram.

● **APRENDIZADO.** O recuo parcial do governo no caso do consignado do INSS deve ajudar a impedir um possível tabelamento dos juros do crédito rotativo pelo governo Lula, avaliam fontes do setor financeiro. A equipe da Fazenda tem discutido o tema, mas ainda não há conclusão. O caso consignado, porém, mostrou aos dois lados a necessidade de interlocução.

SOBE

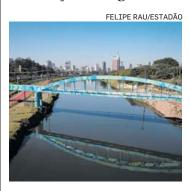
Queda dos juros favorece construção

HÉLVIO ROMERO/ESTADÃO

A queda dos juros futuros – reflexo de um ambiente externo menos avesso a risco e de declarações do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, elogiosas ao arcabouço fiscal do governo na tentativa de dissipar os ruídos em torno da relação com a Fazenda – favoreceu os papéis de parte das empresas do setor de construção ontem na B3. MRV subiu 2,39% e Eztec teve alta de 1,95%. Direcional avançou 1,48%.

DESCE

Saneamento recua com atualização em regras

FELIPE RAU/ESTADÃO

A maior parte das ações ligadas a saneamento caiu ontem na B3, diante da atualização no marco legal do setor. Copasa teve queda de 2,58% e Sabesp, de 1,81%. Sanepar caiu em parte do pregão, mas se recuperou e subiu 0,78%. Para a Genial, a atualização deve significar "um retrocesso" em relação ao que foi definido em 2020 e deve "prejudicar a universalização dos serviços de água e esgoto".

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 100.977,85 PTS. | Dia -0,88% | Mês -0,89% | Ano -7,98%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
VIA ON NM	1,84	6,36	31.233
ECORODOVIAS ON NM	5,36	5,51	19.757
BRASKEM PNA N1	19,54	3,55	12.518

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

ALPARGATAS PN N1	7,14	-9,73	29.783
GRUPO NATURAON NM	11,85	-9,61	70.288
PETZ ON NM	5,64	-5,69	10.560

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

2/4 A 2/5	0,0821	0,8527	0,5825	0,5000
3/4 A 3/5	0,1094	0,9003	0,6099	0,5000
4/4 A 4/5	0,1097	0,9006	0,6102	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	33.482,72	0,24	0,63	1,01
FRANKFURT - DAX	15.520,17	-0,53	-0,70	11,47
LONDRES - FTSE	7.662,94	0,37	0,41	2,83
TÓQUIO - NIKKEI	27.813,26	-1,68	-1,05	6,59

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	5,81	2.899,75
	15/5/2035	6,05	2.012,44
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	5,93	4.145,30
PREFIXADO	1º/1/2026	11,86	735,73
	1º/1/2029	12,36	513,79
SELIC	1º/3/2026	0,09	13.022,21

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,77	-	1,23	5,47
IGP-M (FGV)	-0,06	0,05	0,20	0,17
IGP-DI (FGV)	0,04	-	0,09	1,53
IPC (FIPE)	0,43	0,39	1,45	5,75
IPCA (IBGE)	0,84	-	1,37	5,60
CUB (Sinduscon)	0,00	-0,19	-0,26	7,81
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,34	0,43	1,05	4,80

Índices de reajuste do aluguel (Abril)

IGP-M (FGV)	1,0017	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	1,0575	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/4. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,65	0,00	-0,07	0,00
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/23	22,95	305.929	22,41	23,01	2,14
CAFÉ NY*	JUL/23	179,00	55.760	174,30	180,15	2,90
SOJA CBOT**	MAI/23	15,11	261.586	15,065	15,27	-0,43
MILHO CBOT**	JUL/23	6,28	381.475	6,21	6,313	-0,08

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	148,40	-0,48	-14,07
BOI Cepea/esalq, R$/@	290,30	-1,34	-12,93
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	80,90	-0,28	-10,31
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.094,52	2,28	-12,44

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,0499	-0,64	-0,37	-4,36
DÓLAR TURISMO	5,2590	-0,53	-0,27	-4,07
EURO	5,5070	-1,11	0,18	-2,31
OURO	329,000	0,61	3,79	8,94
WTI US$/BARRIL	80,3100	-0,83	6,08	-0,21
IBRENTUS$/BARRIL	84,6800	-0,52	6,21	-1,48

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0902	1,2459	0,1981
EURO	0,917	1,0000	1,1427	0,1818
FRANCO SUÍÇO	0,907	0,9886	1,1294	0,1796
LIBRA ESTERLINA	0,803	0,8754	1,0000	0,1591
IENE	131,350	143,1130	163,5350	26,0260

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

C6 E C7 **A fundo**

Como pano de fundo sobre o início da covid, as razões da política

Cinema *Estreia*

Com a compra de bebês, ‘Broker’ discute a família

Longa dirigido por Hirokazu Kore-eda se aprofunda no emaranhado de mães que abandonam filhos para a adoção

NEON

Filme se passa na Coreia do Sul, onde bebê é encontrado em caixa

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Nas primeiras cenas de *Broker*, numa noite de chuva intensa, uma moça abandona um bebê numa espécie de caixa. O recém-nascido logo é recolhido. A cena – chocante – dá início a esse novo estudo do cineasta japonês Hirokazu Kore-eda sobre a questão da família, disfuncional ou não.

Dispositivos como esse, que recebem bebês indesejados, são mantidos por entidades religiosas na Coreia do Sul, país onde se passa a história. Nada têm de novo. São similares modernos, equipados com câmeras para registrar a chegada de novos rejeitados, das famigeradas “rodas dos enjeitados”, presentes na Idade Média em vários países europeus e também no Brasil Colônia. As crianças recolhidas eram criadas por instituições de caridade – religiosas, em geral – ou encaminhadas para adoção.

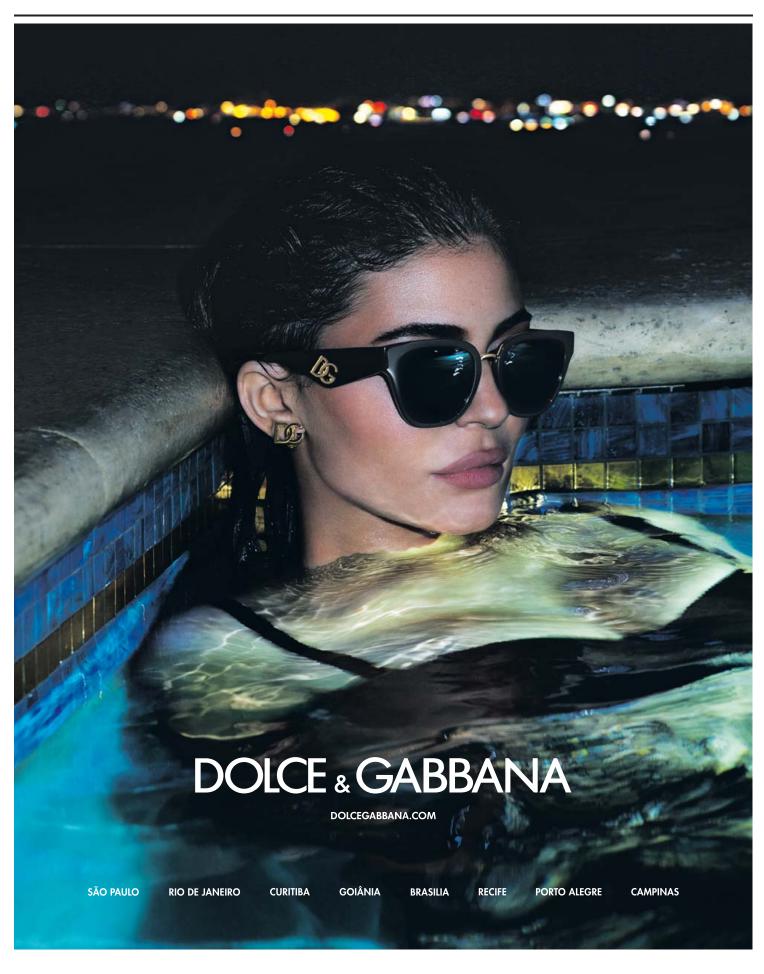
Negócio
Para certos casais, comprar crianças de atravessadores significa simplificar a adoção

MERCADORIA. Num tempo em que tudo se transforma em mercadoria, essas crianças abandonadas chamam a atenção de “atravessadores” com a ideia de negociá-las com casais em busca de filhos para adoção. Para esses casais, comprar diretamente crianças com atravessadores significa simplificar o muitas vezes complicado processo de adoção.

Esta é a história por trás de *Broker*. Algo de fundo verídico, pois mulheres sem condições de criar filhos podem chegar ao extremo de abandoná-las para que outras as adotem. E, se existe essa demanda, para falar em termos da economia de mercado, existirão pessoas dispostas a servir como intermediárias. São prestadores de serviço, atravessadores, “brokers” ou corretores, no jargão comercial genérico para a atividade de intermediação.

Na situação mostrada pelo filme, uma dupla de traficantes leva o bebê rapidamente, antes que a mãe, Moon Soyoung (Ji-eun Lee), tenha tempo de se arrepender. Logo a imagem do vídeo registrando o depósito do bebê na caixa é apagado para não deixar provas. No entanto, duas policiais, Soo-jin (Bae Doona) e Lee (Lee Joo-Young), observam tudo, tentando dar flagrante nos traficantes de bebês.

Temos aí uma situação bem definida desde o início. Dois homens dispostos a fazer dinheiro, uma mãe talvez arrependida, a presença da polícia, uma criança um pouco mais velha que se junta ao grupo. Quem acha que, com esses elementos, estaremos diante de uma trama rotineira ou sem sal, não perde por esperar. ●

LEIA MAIS SOBRE O FILME ‘BROKER’, DE HIROKAZU KORE-EDA, NA PÁG. C2

Direto da Fonte
Gilberto Amendola

gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Isso É Muito São Paulo

Equipe é responsável por remover restos de oferendas

Há três anos Iliel Galdino e Michael Douglas Correia chamam a atenção de quem passa pela rua e os vê com uma roupa branca dos pés à cabeça, usando máscara e luvas. A dupla, acompanhada do motorista Harlei Ramos, integra a equipe que costuma recolher as oferendas deixadas nos bairros dentro da Subprefeitura de Pinheiros.

O serviço funciona por meio de chamados de munícipes, que ligam para uma central e informam onde há algo a ser recolhido. As oferendas são coletadas por uma equipe especial porque, muitas vezes, têm pedaços ou carcaças inteiras de animais mortos, em decomposição. Bode é o bicho que mais costuma aparecer nos presentes aos orixás, depois as galinhas, segundo os garis. Quase sempre há alimentos perto dos animais – pipoca é comum – assim como cigarros, velas e, em algumas ocasiões, fotos de pessoas. De acordo com a equipe, os lugares mais comuns são praças com muito verde e locais mais afastados da circulação de pessoas.

"A maior que recolhemos foi uma oferenda em que eram três cabeças e três carcaças de bode espalhadas por uma praça no Brooklin", diz Douglas. Os três seguem a religião evangélica e encaram a tarefa com naturalidade. "Pra mim, é só trabalho. Algumas pessoas dizem que não teriam coragem, mas a gente não vê assim. Simplesmente recolhemos e missão cumprida. Nada contra", diz Galdino. A empresa em que eles trabalham presta um serviço terceirizado e costuma atender aos chamados três vezes por semana. Cada uma das 32 subprefeituras tem uma equipe responsável pela coleta de animais mortos em vias e, de acordo com dados dos órgãos responsáveis, só em 2022 foram recolhidas 19 toneladas de resíduos provenientes de animais mortos – neste ano foram registrados 1331 chamados para a realização do serviço.

Segundo o antropólogo e babalorixá Pai Rodney de Oxóssi, as oferendas são colocadas na rua porque o espaço "representa a energia dinâmica que abre os caminhos e ajuda a realizar rapidamente os pedidos direcionados a Exu". Também de acordo com ele, a predileção por locais com mais verde e mais afastados "se deve à perseguição e intolerância".

"Não haveria problema algum em colocar uma oferenda para Exu em plena Avenida Paulista, mas o povo de Axé prefere ter paz do que ter razão e acaba se afastando de lugares muito movimentados para não precisar lidar com a discriminação e o preconceito", afirma. ● MARCELA PAES

FELIPE RAU/ESTADÃO

A equipe recolhe restos de uma oferenda na Avenida dos Bandeirantes

Subprefeituras
Neste ano foram registrados 1331 chamados para a realização do serviço de coleta de resíduos

Rainha no Cinema

Xuxa está no elenco de 'A Missão de Ulisses'

A atriz e apresentadora Xuxa Meneghel interpreta ela mesma no filme *A Missão de Ulisses*, cujas filmagens começaram em março no Rio. Com produção da Conspiração e coprodução Star Original Productions, o lançamento do longa está previsto para 2024. A comédia, protagonizada por Otaviano Costa, é dirigida por Rodrigo Van Der Put. Na trama, um arquiteto chamado Ulisses (Otaviano Costa) entra em uma crise existencial em relação à própria profissão após uma sessão de terapia e passa a ter visões a respeito da vocação das pessoas no mundo.

BLAD MENEGHEL

FOTOS DANIELA RAMIRO

1. Show com José Miguel Wisnik, Marina Wisnik e Guile Wisnik (foto), no Idea Zarvos, sábado.

2. Marina Person.

3. Miguel Ramos e Renato Maretti.

Bloco de Notas

● **MATURIDADE.** Rádio Ilusão, grupo liderado pelo ator e diretor Jorge Julião, que atua com talentos da maturidade, completa 25 anos com uma comemoração em dose tripla: o espetáculo inédito *Idade de Ouro*, que estreia em 6 de maio, às 16h, no Teatro Commune, seguido pela remontagem de *Rádio Ilusão*, no segundo semestre, e *Enquanto Houver Canções*, em 2024.

● **NOBEL DA PAZ.** A ativista iraquiana Nadia Murad, Prêmio Nobel da Paz em 2018, acaba de confirmar presença na temporada 2023 do Fronteiras do Pensamento. Em maio.

Cinema **Estreia**

Em seu novo filme, Kore-eda traz referências de 'Assunto de Família'

Humanismo crítico, presente no longa que valeu ao cineasta japonês a Palma de Ouro, retorna como reflexão desta obra

Aos poucos somos capturados pela estratégia de Kore-eda. *Broker* significa uma espécie de desenvolvimento de trabalhos anteriores, como *Pais e Filhos* e, em especial, *Assunto de Família*, que lhe valeu a Palma de Ouro em Cannes. Poderíamos, em falta de melhor expressão, chamar seu procedimento de "humanismo crítico". Põe em cena situações que, pelo inusitado, levam a plateia a pensar e, sobretudo, a questionar seus preconceitos e ideias já prontas.

O que dizer, por exemplo, de uma família em que todos se dedicam ao furto, mas, mesmo assim, mantêm seus laços cimentados pelo afeto recíproco? Assim é *Assunto de Família*. E o que dizer, agora, desse ato brutal que dá início a *Broker*, mas matizado a cada passo do road movie em que a história se transforma? Tudo parece no mínimo desconcertante.

Um desses "brokers" é Ha-Sang-hyun (vivido pelo ótimo Song Kang-ho, de *Parasita*). Dono de uma lavanderia, encontra-se endividado até o último fio de cabelo pelo vício do jogo. Seu ajudante é Dong-soo (Gang Dong-won), criado num orfanato e portanto com experiência em abandono e adoção.

O interessante é que esses detalhes sobre os personagens vão surgindo aos poucos, sem serem usados como desculpas por desvios de conduta. Apenas informam e reforçam a condição humana, e portanto contraditória, desses personagens. As dúvidas surgem. Mesmo recebendo por isso, procurar os pais mais adequados para uma criança pode ser também um ato de amor? Ou apenas uma desculpa moral para justificar o injustificável?

A maneira ambígua como tudo é conduzido acaba por desativar qualquer certeza prévia. Com Kore-eda somos conduzidos a esse universo multifacetado em que todos têm lá suas razões, dos homens que delinquem às policiais que fazem seu trabalho, mas também se envolvem no caso. Da mãe, que poderia ter se retirado de cena no início da história, mas nela permanece, atuante e angustiada, até o fim.

E o mais curioso é que os integrantes desse grupo paradoxal se agregam em função da presença sem palavras desse bebê, abandonado na primeira cena e que ganha uma curiosa família no decorrer da trama.
● LUIZ ZANIN ORICCHIO

Paladar **Teste**

O vinho para o bacalhau e os demais pescados na Páscoa

FOTOS TABA BENEDICTO / ESTADÃO

Dez vinhos, de R$ 69 a R$ 250, para o almoço de Páscoa – que pede peixes harmonizados com brancos, rosés ou tintos

SUZANA BARELLI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Páscoa pede bacalhau. E pede vinho. Mas, nos tempos atuais, o bacalhau muitas vezes é substituído por outros pescados, do peixe desfiado à pescada ou o salmão, conforme o gosto e o bolso. Nos vinhos, as opções passam pelos brancos, tintos e rosados. Se o casamento esperado é de brancos com o bacalhau, a irreverência permite combinar o pescado com outros estilos. Em Portugal, por exemplo, se diz que bacalhau não é peixe, é bacalhau, o que permite harmonizar com tinto. Mas é preciso ficar atento aos taninos – quando muito intenso, além da sensação de adstringência na boca, ele "briga" com o pescado, trazendo um toque metálico no paladar.

Para facilitar nesta escolha, aqui estão dez vinhos, de diversos estilos, e acompanhados com uma sugestão de harmonização. A dica é combinar o vinho com uma comida de mesmo "peso". A textura do vinho também ajuda a encontrar a receita ideal (um prato mais cremoso, seja pela sua carne, pelo molho ou pelo azeite pede um vinho com uma boca mais macia, por exemplo). E a chave da combinação está na acidez, que traz frescor ao vinho, tornando-o mais vibrante, e garantindo que a gordura do pescado não incomode no paladar.

Os vinhos foram degustados às cegas (sem saber que rótulo coincide com cada amostra), por Felipe Campos, professor da The Wine School; Rodrigo Lanari, da consultoria Winext, e por Suzana Barelli, colunista de vinhos do *Paladar*. Confira a seguir o resultado desta degustação.

1. Rodrigo Lanari degusta vinhos às cegas para sugestões para o almoço de Páscoa **2.** Felipe Campos e Suzana Barelli, colunista de 'Paladar', completam o time de jurados do teste

BRANCOS MAIS FRESCOS

Trentham Estate
Pinot Gris 2021
Austrália – R$ 149, Portus
Branco gostoso, de notas cítricas, lembrando lima e limão, persistentes, e um toque floral. De corpo leve para médio, bem fresco, que casa com salada de bacalhau ou um bolinho. Tem 12,5% de álcool.

Muros Antigos Escolha 2021
Vinhos Verdes, Portugal
R$ 128,90, na Decanter
Elaborado por Anselmo Mendes na região de Vinhos Verdes, tem cor amarelo-palha, aromas lembrando notas cítricas, florais e herbáceas. De corpo leve, destaca-se pelo frescor no paladar, o que pede bolinho de bacalhau para acompanhar. Tem 12,5% de álcool.

Ameal Loureiro 2021
Vinhos Verdes, Portugal
R$ 142, na Qualimpor
Elaborado com a uva loureiro, mais aromática. Traz notas cítricas e de frutas brancas, corpo leve, equilibrado e persistente. Para combinar (bem) com bolinho de bacalhau ou algum peixe frito, pelo seu frescor. Tem 11,5% de álcool.

BRANCOS MAIS ESTRUTURADOS

Bacalhau Escolha 2018
Alentejo, Portugal
R$ 204, na Adega Alentejana
O nome do vinho, elaborado pelo enólogo Paulo Laureano, já dá a dica da sua harmonização. Elaborado com a antão vaz, é agradável no nariz, com frutas brancas mescladas com uma nota floral e um toque de baunilha. De corpo médio, fresco, equilibrado e persistente, vai bem com uma boa posta de bacalhau. Tem 13% de álcool.

Limoux Méditerranéen 2018
Limoux, França
R$ 250, na Mosto Flor
Elaborado pela Toques & Clochers, com a chardonnay, esse branco se destaca pela boa integração do vinho com o estágio em madeira. Notas de coco, baunilha, equilibrado, fresco e cremoso, e uma boa acidez. Casa bem com uma caldeirada de frutos do mar e, também, com o bacalhau em postas. Tem 13% de álcool.

Marquês de
Borba Colheita 2021
Alentejo, Portugal
R$ 141, na Casa Flora
Branco de João Portugal Ramos, de cor amarelo-palha, aromas mais neutros, lembrando frutas brancas, e elaborado com arinto, antão vaz e viognier. Traz corpo leve para médio, com boa untuosidade no paladar e pouco pronunciado na acidez. Para combinar com um robalo no forno, com batatas. Tem 12,5% de álcool.

ROSÉ É O CORINGA

Sabina Syrah Rosé 2021
Serra da Canastra, Brasil
R$ 118,80, na World Wine
De cor salmão, mescla notas de ervas, como tomilho, com frutas vermelhas nos aromas. De corpo médio, é bem fresco, equilibrado e persistente. Acompanha um salmão com batatas. Tem 12,5% de álcool.

Calafuria 2021
Salento, Itália
R$ 240, na Berkmann
Elaborado pela Tormaresca, este rosado traz cor salmão, com leves borbulhas. Aroma muito frutado de tutti-frutti e frutas vermelhas maduras. No paladar, corpo de média intensidade, com sensação de doçura (o vinho é classificado como meio seco). Apresenta pouca acidez, o que sugere uma harmonização com um peixe branco, como uma pescada, com um molho com tomate. Tem 12% de álcool.

PARA QUEM GOSTA DE TINTOS

Morandé Terrarum
Reseva País 2020
Maule, Chile
R$ 69, na Set Wine
Outrora incompreendida, a cepa País vem mostrando sua vocação. Aqui, ela resulta em um tinto leve, com muita fruta vermelha fresca nos aromas, corpo leve, poucos taninos, com álcool e acidez em alta. Tende a combinar com um atum mais gordo, com crosta de gergelim. Tem 13,5% de álcool,

Drink Me 2020
Bairrada, Portugal
R$ 186,92 (em garrafa de 1 litro), na Grand Cru
Tinto leve e gostoso do Projeto Nat Cool, liderado por Dirk Niepoort. Aromático, com notas de frutas vermelhas frescas, um toque floral, é um tinto para tomar mais geladinho. Boca redonda, sem arestas, que pede um risoto de polvo, pela sua textura e poucos taninos, que não devem brigar com os toques mais iodados dos frutos do mar. Tem 12,5% de álcool

Vinha da Malhada 2019
Lisboa, Portugal
R$ 130 na Belle Cave
Tinto orgânico, elaborado com aragonês e trincadeira, com aromas de frutas negras e um toque floral. Corpo de média intensidade, equilibrado com taninos presentes. Para quem quer ousar e seguir a tradição portuguesa de tinto com bacalhau. Tem 13,5% de álcool. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Confiança
Data estelar: Lua Cheia é Vazia a partir das 9h44

A ansiedade é o contrário da confiança. Pensa agora, quando foi a última vez que te entregaste confiante ao mistério da Vida?

Muitos são os perigos que nos rondam a todo momento, e nós mesmos somos nosso maior perigo, e assim vamos pela vida afora e dentro perdendo a confiança, mas cientes de haver uma força visceral que boicota nossos esforços de progredir com honestidade, beneficiando a todas as pessoas enquanto subimos a montanha das conquistas materiais e espirituais.

E porque cientes somos da mesquinharia com que nos escondemos da vida e negociamos vantagens nos relacionamentos, vamos cultivando a ansiedade, que pode ser aliviada com remédios, mas somente pode ser curada com o desenvolvimento da confiança amorosa e sábia, que comprova uma e outra vez ser a única força real de progresso. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Enquanto não há reciprocidade e colaboração mutua, um relacionamento não merece levar esse nome. Essas condições não ocorrem automaticamente, é preciso fazer ajustes constantes e conversar com sensatez.

TOURO 21-4 a 20-5

Chega uma hora em que parece que o meio do campo embola e tudo se torna tão complicado que dá vontade de desistir. Saiba você que alma humana alguma transita sozinha por entre o céu e a terra. Há acompanhamento.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

O bem comum há de ser mais importante do que o bem particular, mas não é normal que as coisas sejam assim, porque nossa civilização está de ponta-cabeça, valorizando o que é banal, e desprezando o que é importante.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Enquanto algumas questões que se alastram há muito tempo não forem concluídas, não sobrará espaço para iniciar novos projetos, e se ainda assim sua alma teimar em seguir em frente, a coisa vai embolar bastante.

LEÃO 22-7 a 22-8

Quando a mente se abre a novos conhecimentos, percebe também que andou perdendo tempo se agarrando a pontos de vista por pura teimosia, já que os fatos estavam aí, gritantes e revolucionários. Nada como mudar de ideia.

VIRGEM 23-8 a 22-9

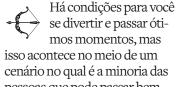
Não é impossível prosperar, mesmo sob condições que limitem severamente o processo. Procure resolver o caminho da prosperidade se atendo ao que seja possível fazer, e enquanto isso deixe a imaginação livre.

LIBRA 23-9 a 22-10

A justiça não é relativa nem sujeita a opiniões, a justiça é absoluta, sempre interessada em que o bem seja repartido da melhor maneira possível entre as pessoas. A justiça sempre é social, mais do que particular.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Tudo pode ser visto de outro ponto de vista completamente diferente, mas há momentos em que a intensidade emocional é tamanha que a alma nem quer imaginar algo diferente do que sente. Porém, isso seria sábio.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Há condições para você se divertir e passar ótimos momentos, mas isso acontece no meio de um cenário no qual é a minoria das pessoas que pode passar bem, porque a maioria está transtornada e cheia de angústia.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Quanto antes você se desapegar das memórias que amarram sua alma ao passado, mais rapidamente também aproveitará tudo que anda acontecendo aqui e agora, situações que encerram as sementes de um futuro desejável.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Diante de tudo que anda acontecendo, o melhor a fazer é mudar de ponto de vista, porque de outra maneira sua alma cairá na tentação de criticar o que, na verdade, só mereceria aceitação. Mudar de ponto de vista.

PEIXES 20-2 a 20-3

Agregar valor material a sua vida não é um mistério insondável, sempre há alguma via aberta por onde sua alma transitar e garantir mínima prosperidade. É preciso para isso acalmar a ambição e se adaptar ao cenário.

Política Cultural

Museu da Casa Brasileira vai para a Casa Modernista

Parte do acervo ficará no espaço, enquanto restante deverá seguir para o imóvel projetado por Warchavchik

O Museu da Casa Brasileira (MCB) vai deixar o Solar Fábio Prado, no número 2.705 da Avenida Brigadeiro Faria Lima – onde está desde o começo da década de 1970 – e deve ocupar a Casa Modernista, projetada pelo arquiteto Gregori Warchavchik, na Vila Mariana, em São Paulo. A Fundação Padre Anchieta vai retomar o imóvel, até o final de abril.

Hoje, estão na atual sede do MCB cerca de 1.400 peças, sendo 450 oriundas da coleção Crespi Prado, doadas pela viúva do ex-prefeito Fábio Prado à Fundação. Elas vão permanecer no Solar, ou seja, a coleção será desmembrada e as outras 940 peças, que pertencem ao Museu da Casa Brasileira, devem ir para uma reserva técnica ou até mesmo para o Museu do Ipiranga.

Segundo a secretária estadual de Cultura, Marília Marton, a reforma deve custar cerca de R$ 25 milhões. A secretária afirmou que tem se reunido com interessados da iniciativa privada para patrocinar as obras da nova sede do MCB.

EXPOR. Ainda segundo a secretária, não está descartada a hipótese de expor o acervo ou parte dele em outras instituições culturais do governo do Estado, algo que já aconteceu com o Museu da Língua Portuguesa, após o incêndio de 2015.

A desocupação do imóvel estava prevista, pois não foi renovada a concessão de comodato do Solar que pertence à FPA. A parceria poderia ser renovada até 2026, mas, segundo ambos, já estava na hora de o MCB ter "sua casa própria", afirmou o seu diretor, Giancarlo Latorraca. ● MATHEUS LOPES QUIRINO

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO | *"Utopias são, muitas vezes, verdades prematuras"* **A. de Lamartine**

Por aí

Patrícia Ferraz ● patriciacferraz@gmail.com

Pizza ou sanduíche? Eis a questão

Que lugarzinho mais simpático o Qui o Qua, na Barra Funda. É um misto de pizzaria, forneria e confeitaria de sotaque italiano, minúsculo, apenas um balcão com alguns bancos na calçada e quatro mesinhas no andar de cima. Já aviso que, chegando ali, você terá um problema: escolher entre a pizza de estilo romano da melhor qualidade – al taglio (em pedaços) alta, macia, feita com farinha italiana 100% moída na pedra e massa de longa fermentação e bem tostadinha – e os sanduíches.

O cardápio é enxuto: apenas quatro sabores de pizza e dois sanduíches, e você vai ter vontade de provar tudo (foi o que fiz, com um álibi incontestável: obrigação profissional, claro).

No caso das pizzas, sugiro a degustação, são quatro pedaços: margherita, calabresa, fiori (essa é espetacular, com creme de abobrinha, flor de abobrinha, funghi, creme de castanha de caju e castanha de caju tostada) e ainda a reginetta, uma pizza recheada de mortadela italiana, stracciatella e pistache. Custa R$ 38. Se preferir os pedaços, os preços variam de R$ 16 a R$ 20.

Mas, sinceramente, seria uma pena não provar os sanduíches feitos no pão artesanal da casa, redondo e de casca crocante. O Puglia leva polvo, stracciatella, rúcula e picles de cebola roxa (R$ 40). O maiale combina lascas de porchetta, mozzarella scamorza, dill e um molho de cebolas chamado friggione bolognese (R$ 35). Nos fins de semana, eles fazem sabores especiais, ouvi dizer que o sanduíche de camarão é espetacular.

FELIPE RAU/ESTADÃO

No cardápio do Qui o Qua, são quatro sabores de pizza

Ah, prove também o pasticciotto, tortinha, típica da região italiana da Puglia – foi com ele que o neto de italianos Eduardo Almeida começou seu negócio. Formado em gastronomia em São Paulo e em panificação na Itália, com passagem por restaurantes, entre eles o Skye, Dudu fazia eventos e se viu sem trabalho na pandemia. Foi para a cozinha de casa e começou a fazer seu pasticciotto para vender.

O negócio fez sucesso e ele abriu uma cozinha de produção na Barra Funda, que acabou virando seu Qui o Qua. Prove o de cereja amarena ou o de creme de limão siciliano e amêndoa (R$ 8, o pequeno, R$12, o grande). E, como a casa abre às nove da manhã, você pode fazer como os romanos, passar ali para um expresso e um delicioso cornetto, a versão italiana de croissant, mas que leva baunilha, ovos e uma quantidade menor de manteiga. Tem o simples (R$11) e o recheado com creme de pistache (R$14).

Qui o qua (diz-se cuí o cuá) são duas maneiras de dizer "aqui" em italiano. O problema é que só abre durante o dia.

Alameda Olga, 379, Barra Funda – abre de 3.ª a sábado, 9h/18h, domingo até às 17h. Fecha 2.ª. ●

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 22 ANOS.

SEG Pedro Venceslau (**quinzenal**) e Simião Castro (**quinzenal**) ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin (**quinzenal**), Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva (**quinzenal**) e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto (**quinzenal**), Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (**quinzenal**) e Daniel Martins de Barros (**quinzenal**) ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto (**Aliás, quinzenal**), Milton Hatoum (**mensal**) e Ignácio de Loyola Brandão (**quinzenal**)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3GjRree**

Tempo que uma aeronave pode se manter no ar sem precisar de reabastecimento
Clube, em inglês
Local de perdição para o alcoólatra
Pancadas com bastão
Devotado religioso
Mistura
Adia; protela
Tão grande (fem.)
Retoque final de uma obra
As conterrâneas de Ban Ki-moon
"Lei e (?)", série de Televisão
Sebastião Tapajós, violonista brasileiro
Descrição de um fato
Única pessoa que podia criticar o rei
Rolo, em inglês
Regra
Orelha, em inglês
Faladora
Desafio constante para o surfista
Tudo, em inglês
Pequena "parenta" do pombo (pl.)
A do Paraguai é o guarani
Sereia de rios e lagos (Folcl.)
Aditivo a um contrato de seguro
Sucesso da banda Cidade Negra
Reagir naturalmente à piada
Sorvo
(?) de carne, objeto de cozinha
(?) certo: ter bom resultado
Iguaria mineira
Órgão da gestação
(?) Andreas, falha geológica (EUA)
Vitamina de verduras e legumes
(?)-doce, ingrediente de sabonetes
Grupo de alunos
Rio dos Alpes suíços
O refrigerante com poucas calorias
O animal que possui coluna espinhal
Orlando Rangel, químico brasileiro
"Urbi (?) Orbi": bênção papal em latim
Nara Leão, a musa da Bossa Nova
Relação de nomes ou coisas
Flávio Dino e João Doria, em MA e SP (2020)
Formação de ilhas
O teor de cafeína na bebida energética

R I R

BANCO 2/et. 3/all — ear — san. 4/club — diet — gole — roll. 10/firmamento. 11/sul-coreanas.

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Fábrica de músculos

Pacientes **VÍTIMAS** de distrofias musculares podem, no **FUTURO**, vislumbrar um tratamento revolucionário. Graças a uma **EQUIPE** internacional de pesquisadores, está sendo iniciado o **ESTUDO** de uma **TÉCNICA** para a criação de músculo em laboratório. Os especialistas produziram uma **CÉLULA** numa **PLACA** para se fazer um **ENXERTO**, que foi implantado num músculo esquelético funcional para a **PATA** de um **RATO**. Os **GENES** que dão **ORIGEM** ao **~~MÚSCULO~~** são desenvolvidos em um hidrogel e alterados para criar um catalizador, estimulando não só a formação de nervos, mas de **VASOS** sanguíneos. A experiência ainda carece de **AJUSTES**, pois os músculos artificiais não sobrevivem ao serem repassados ao organismo humano, já que nesse **EXATO** momento fica desprovido de oxigênio. No entanto, tudo correu bem com o restabelecimento do **ROEDOR**, o que é um bom **SINAL** para prosseguir com as pesquisas na **ÁREA**.

F	J	D	M	F	R	A	T	A	P	N
S	I	N	A	L	V	R	S	V	N	F
S	E	N	R	O	D	E	O	R	M	M
V	H	G	T	K	Y	H	L	N	I	U
I	Z	E	K	C	S	R	M	S	H	S
J	B	N	X	I	H	E	X	C	F	C
Z	E	E	S	B	G	D	K	X	Z	U
T	R	S	C	I	E	V	T	G	B	L
E	F	C	R	Z	N	S	A	L	X	O
C	Y	O	L	N	X	Z	M	S	N	V
N	F	H	L	M	E	V	Y	H	O	G
I	M	R	E	L	R	Z	H	K	V	S
C	L	S	A	Y	T	Z	T	H	Y	I
A	E	P	T	T	O	Z	R	S	X	E
D	C	L	J	S	O	E	F	E	Z	C
F	E	A	W	F	H	J	S	T	E	E
Z	I	C	H	G	O	T	B	S	E	L
K	F	A	C	D	G	E	L	U	I	U
Z	G	J	U	X	T	H	X	J	Z	L
G	W	T	X	E	I	I	R	A	K	A
D	S	L	E	E	X	E	I	Z	Z	D
E	M	S	Z	N	D	A	K	J	F	G
A	E	R	A	J	H	M	T	W	F	E
X	G	I	T	R	B	J	H	O	M	Z
N	J	E	C	D	Y	Z	N	D	G	J
V	V	Q	F	B	T	W	C	N	D	V
X	H	U	T	V	I	T	I	M	A	S
S	L	I	N	I	F	W	Z	Y	N	V
F	I	P	Y	F	U	T	U	R	O	L
F	R	E	B	J	V	D	I	T	B	W

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **http://bit.ly/436w8a1**

Nível Médio

			9	2	6			
4	8						7	6
1	4						9	5
			2	8	1			
2	6						1	3
7	5						6	8
			5	9	3			

SOLUÇÕES

Vazamento em laboratório é hipótese defendida por republicanos

Política molda teses para início da covid

Instituto de Virologia de Wuhan é conhecido por sua pesquisa avançada com coronavírus

SHERYL GAY STOLBERG
BENJAMIN MUELLER
THE NEW YORK TIMES

No primeiro semestre de 2021, com estudos a respeito das origens da pandemia de coronavírus sem chegar a nenhum lugar e o assunto emaranhado em disputas partidárias, o microbiologista David Relman, de Stanford, fez um pedido à sua congressista. Ele disse para a deputada Anna Eshoo que estava organizando uma carta assinada por cientistas proeminentes solicitando uma investigação aberta e independente a respeito das origens da covid-19, considerando também a hipótese de o coronavírus ter vazado de um laboratório em Wuhan, China. Relman queria saber se Eshoo apoiaria a ideia.

A projeção funcionou. Assim que a carta apareceu no website da prestigiada revista científica *Science*, Eshoo virou uma das primeiras democratas no Congresso a pedir uma investigação a respeito das origens da covid.

Era o prelúdio de uma maré de mudança política em relação ao assunto: semanas depois, o presidente Joe Biden ordenou uma análise de inteligência minuciosa a respeito de como a pandemia começou, que chegou a conclusões ambíguas.

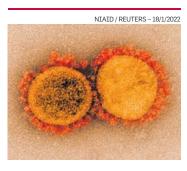
A história da caça pela origem da covid trata em parte da obstrução da China que deixou os cientistas sem evidências suficientes a respeito de um vírus que está em constante mutação. Apesar de todos os dados sugerindo que o coronavírus pode ter saltado de animais selvagens para os humanos em um mercado chinês, provas conclusivas permanecem fora de acesso, assim como evidências que indicariam se o vírus teria vazado de um laboratório.

Mas essa história é também a respeito de política e sobre como tanto democratas quanto republicanos filtraram as provas existentes com suas lentes partidárias.

Alguns republicanos ficaram cada vez mais fixados na hipótese de vazamento de laboratório depois que o ex-presidente Donald Trump levantou a ideia nos meses iniciais da pandemia, apesar da pouca evidência. Isso tornou essa teoria tóxica para muitos democratas, que a consideravam um esforço de Trump no sentido de desviar a atenção dos fracassos de seu governo em conter a disseminação do vírus.

O intenso debate político, entrando em seu quarto ano, certas vezes transformou cientistas em lobistas em competição pelo tempo e o apoio dos formuladores de políticas. Relman é apenas um entre vários pesquisadores e pensadores de ideologia parecida que trabalharam nos corredores do poder em Washington para forçar jornalistas, formuladores de políticas e democratas céticos a considerar a hipótese de vazamento de laboratório.

Mas o ímpeto político nem sempre se alinha com as evidências. Mesmo que a hipótese de um vazamento acidental de laboratório tenha ganhado fôlego, descobertas publicadas em março fundamentaram mais a teoria do mercado. Analisando uma série de dados genéticos coletados no Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Huanan, em Wuhan, no início de 2020, virologistas afirmaram ter encontrado amostras tanto do coronavírus quanto de cães-guaxinins comercializados ilegalmente. A descoberta, ainda que longe de conclusiva, apontou para um animal infectado.

NIAID / REUTERS – 18/1/2022

Investigação

No dia 31 de março, a China pediu à OMS que ‘abandone a ingerência política’ e investigue a origem do coronavírus em ‘vários países’.

TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO. Os novos dados do mercado sugerem que a China está ocultando evidências capazes de reformular o debate. Mas por agora, pelo menos, a hipótese de vazamento de laboratório parece prevalecer no tribunal da opinião pública: pesquisas mostram que aproximadamente dois terços dos americanos acreditam que a pandemia de covid começou em um laboratório.

Em janeiro de 2020, quando o vírus começou a circular em Wuhan, Matthew Pottinger, ex-subconselheiro de segurança nacional de Trump, que tinha trabalhado como repórter na China, desenvolveu suspeitas a respeito do Instituto de Virologia de Wuhan, conhecido por sua pesquisa avançada com coronavírus em morcegos. Pottinger fez uma requisição formal para que autoridades de inteligência investigassem o novo surto.

No ambiente polarizado de Washington, a ideia de que o coronavírus poderia ter surgido em um laboratório em Wuhan começava a ganhar força. No Capitólio, o senador republicano Tom Cotton levantou a ideia em uma audiência do Senado e no Twitter.

Na mesma época, segundo e-mails revelados depois, alguns virologistas americanos disseram privadamente a autoridades de saúde, incluindo Anthony Fauci, então diretor do Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas, que o coronavírus podia ter sido criado em um laboratório, mas a hipótese requeria mais estudo.

Quando analisaram os dados, incluindo em relação a vírus que ocorrem naturalmente com características parecidas com a do novo coronavírus, eles concluíram o oposto. Eles afirmaram que o coronavírus "não é uma construção de laboratório nem um vírus manipulado propositalmente".

O estudo também afirmou que o novo coronavírus dificilmente teria evoluído no decorrer de experimentos laboratoriais específicos (a análise não considerou atentamente se um cientista que tenha coletado ou isolado um vírus natural possa tê-lo transmitido acidentalmente, hipótese em relação à qual não há nenhuma evidência direta).

Essas descobertas reforçaram a visão expressada em uma carta publicada na revista científica *The Lancet* em fevereiro de 2020, na qual cientistas, preocupados com a possibilidade de as desconfianças a respeito da tese de vazamento de laboratório ameaçarem o compartilhamento de dados com a China, condenaram "teorias conspiratórias" a respeito de uma origem relacionada a essa hipótese.

Cientistas proeminentes podem ter se alinhado publicamente, mas o ex-presidente não compartilhava de seu ponto de vista. No fim de abril de 2020, Trump anunciou que havia analisado dados de inteligência que sustentavam a hipótese de vazamento de laboratório, mas "não tinha permissão" para compartilhá-los. Pottinger disse não se recordar de ter informado Trump a respeito das origens do problema.

Os democratas mostraram pouca vontade de investigar. Da mesma maneira que as falas de Trump a respeito do "vírus chinês", a sugestão dele sobre o vazamento de laboratório soou para eles xenofóbica e arriscada e poderia alimentar sentimento antiasiático. Eles confiaram em Fauci, que tinha afirmado que as evidências sugeriam firmemente que o vírus não tinha sido manipulado (posteriormente ele afirmou estar aberto à hipótese de acidente em laboratório). Eshoo disse que os comentários dele a fizeram duvidar das pessoas que aceitavam a teoria de vazamento. "Pareceu-me que as

Entenda: Por que é tão difícil saber de onde veio o coronavírus

THOMAS PETER / REUTERS – 3/2/2021

coisas que Fauci sabia o levavam a acreditar em algo diferente", afirmou.

DEMOCRATAS. Quando Biden venceu a eleição de 2020, alguns especialistas que pediam uma investigação mais completa da hipótese de vazamento de laboratório viram uma oportunidade para persuadir os democratas a considerá-la mais atentamente.

Em dezembro de 2020, Jamie Metzl, especialista em biossegurança e tecnologia do Atlantic Council, que trabalhou no governo de Bill Clinton, marcou um telefonema privado com Jake Sullivan, então prestes a assumir como conselheiro de Segurança Nacional. Metzl disse ter argumentado "que uma origem relacionada a pesquisa era uma possibilidade bastante real".

Novo presidente
Com Joe Biden eleito, especialistas pediram investigação mais completa sobre hipótese de vazamento

Metzl juntou-se a um pequeno grupo, organizado por cientistas franceses e belgas, que afirmava que a hipótese do vazamento de laboratório não podia ser afastada. Os cientistas, afirmou, estavam com dificuldade para publicar cartas em revistas científicas. Com a ajuda de Metzl, o grupo publicou suas percepções em meios de comunicação de todo o planeta.

Na mesma época, em março de 2021, alguns virologistas se frustraram com um relatório muito aguardado a respeito das origens da pandemia assinado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a China.

O relatório não rastreava os casos até os pontos iniciais que os especialistas queriam. E classificava a hipótese de o coronavírus ter sido levado a Wuhan em pacotes de comida congelada – um cenário improvável, mas agradável à China porque ela poderia empurrar a culpa para fora de suas fronteiras – como mais possível do que um incidente em laboratório.

Ainda não havia evidência de algum vazamento de laboratório, mas muita coisa continuava desconhecida, e a China parecia tão determinada em atrapalhar os caminhos para as respostas que mais cientistas começaram a pedir uma consideração mais atenta. Relman, de Stanford, organizou uma carta à revista *Science* com outros colegas proeminentes.

Em agosto, Metzl ajudou a organizar uma reunião bipartidária de senadores para tratar da hipótese de vazamento de laboratório. "Eu saí da reunião com a mente muito mais aberta", afirmou o senador democrata Richard Blumenthal.

DICAS DE MERCADO. Conforme os apoiadores da hipótese de vazamento de laboratório expunham seus argumentos no Congresso, o biólogo evolucionário Michael Worobey, da Universidade do Arizona, se preparou para testar essas alegações. Depois de investigar – e ajudar a desacreditar – uma teoria de que a aids vinha de vacinas contra pólio contaminadas, ele considerou que o vazamento de laboratório era possível e portanto assinou a carta publicada na *Science*.

Worobey afirmou que, primeiramente, encorajou a revista científica *Nature* a requerer que pesquisadores do Instituto de Virologia de Wuhan disponibilizassem sequenciamentos genéticos de coronavírus anteriores. O que fizeram pouco depois. Em maio de 2021, eles postaram um estudo descrevendo esses vírus, nenhum dos quais relacionado próximo o suficiente com o coronavírus da pandemia ao ponto de manipulação genética ser capaz de tê-lo produzido.

Em seguida, Worobey analisou os primeiros pacientes de covid conhecidos e constatou que um número desproporcional trabalhava no mercado ou tinha visitado o local.

Ao mesmo tempo, emergiram evidências de que mamíferos conhecidos por espalhar coronavírus – incluindo cães-guaxinins, que são mamíferos peludos, parentes das raposas – estavam sendo vendidos vivos no mercado de Huanan antes da pandemia. Em setembro de 2021, um estudo de coronavírus em morcegos do Laos mostrou que vírus que ocorrem naturalmente eram capazes de saltar para células humanas.

Novas informações a respeito do trabalho do Instituto de Virologia de Wuhan também intensificavam as preocupações relativas a um possível vazamento de laboratório, mesmo que provas contundentes continuassem não existindo.

Para os cientistas, os esforços do instituto em estudar coronavírus desconhecidos levantavam dúvidas a respeito do que mais os estudos teriam coletado. Essas dúvidas ficaram mais evidentes com as notícias do segundo semestre de 2021, de que a EcoHealth Alliance, uma instituição de pesquisa, havia buscado financiamento do Departamento de Defesa em 2018 para estabelecer uma parceria com o instituto de virologia em experimentos que teriam alterado geneticamente vários tipos de coronavírus.

"Preocupo-me bastante por estarmos nos debruçando sobre pedaços de informação incompleta que não pode ser verificada"
David Relman
Microbiologista de Stanford

"Política partidária e ciência são uma combinação tóxica"
Anna Eshoo
Deputada democrata do Estado da Califórnia

A proposta não foi financiada. Mas as preocupações alimentaram ataques dos republicanos contra o Fauci por seu instituto ter financiado outros projetos da EcoHealth e chamou atenção para a teoria de vazamento de laboratório.

O biólogo molecular Richard Ebright, da Universidade Rutgers, tinha argumentado publicamente que a hipótese do vazamento deveria ser considerada e ajudou assessores do Congresso a selecionar perguntas que o senador republicano Rand Paul queria fazer para Fauci. Relman afirmou que tentou ajudar republicanos da Comissão de Energia e Comércio da Câmara que estavam examinando a pesquisa a encontrar pontos em comum com os democratas.

As apurações no Congresso ganharam impulso mesmo enquanto a pesquisa de Worobey pendeu para a origem no mercado. Em fevereiro de 2022, ele e outros afirmaram que a ocorrência dos primeiros casos de covid em torno do mercado de Huanan não podia se explicar simplesmente pelo acaso. Um segundo estudo da equipe, considerando a diversidade genética de vírus coletados no início da pandemia, também apontou para o mercado.

ANIMAIS. Os estudos, publicados na *Science*, persuadiram muitos virologistas de que o comércio de animais tinha, como em ocasiões anteriores na China, provocado um surto letal.

Mas alguns cientistas e legisladores continuam céticos. No Senado, assessores ficaram por vários meses em uma investigação bipartidária a respeito das origens da pandemia. O relatório resultante – que, sinalizando as persistentes divisões partidárias, foi apoiado apenas por republicanos – afirmou que riscos de segurança no Instituto de Virologia de Wuhan tornavam provável um vazamento. Mas o texto não apresentou nenhuma prova direta.

Semanas após a publicação, os republicanos conquistaram a Câmara. Em março, a nova Subcomissão da Câmara sobre a Pandemia realizou sua primeira audiência. A teoria do mercado mal foi discutida.

Alguns cientistas consideraram a audiência parcial e repleta de imprecisões científicas. Mas Ebright viu uma oportunidade. Com os deputados republicanos liderando as audiências e os democratas controlando o Senado, ele espera mobilizar o público para pressionar por audiências bipartidárias.

Outros cientistas, porém, afirmaram que a campanha dos proponentes da hipótese de vazamento ocasionou a ascensão de ataques tão virulentos que muitos pesquisadores estão relutantes em falar publicamente a respeito.

Os dados mais recentes relativos aos cães-guaxinins criaram uma nova pressão sobre a China pelo compartilhamento de informação que possa ligar a origem da covid a animais selvagens. Mas outros afirmam que as novas descobertas relacionadas ao mercado, assim como as anteriores, têm brechas.

Depois de anos de política polarizadora, Eshoo disse preferir que a investigação seja tirada do Congresso e entregue a um painel independente. "Política partidária e ciência é uma combinação tóxica", disse ela. ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Luciana Garbin

Instagram: @lucianagarbin

ChatGPT psicólogo parece autoajuda ruim

Alertada por uma newsletter do Curto News de que a inteligência artificial vem sendo usada para terapia, resolvi dar uma olhada no Twitter. E fiquei impressionada com a quantidade de posts que encontrei.

"Hoje eu tive uma longa e agradável conversa com meu novo psicólogo: ChatGPT."

"Outro dia conversei na moral com ChatGPT. Dá uns conselhos da hora e ainda te escuta bem e te coloca pra cima."

"Fui desabafar com ChatGPT e ele me deu razão, é um psicólogo com mais empatia do que muita gente."

Conversar com máquina não é novidade. Em 1964, o professor do MIT Joseph Weizenbaum criou um programa de computador capaz de entender frases digitadas por usuários e respondê-las. Deu-lhe o nome de Eliza e a "profissão" de psicoterapeuta. Logo apareceu gente dizendo que nutria sentimentos por ela. Ou melhor, pelo programa. Foi então que o fenômeno de projetar emoções humanas em máquinas acabou batizado de Efeito Eliza.

De lá pra cá, a experiência de se relacionar com assistentes virtuais se multiplicou. Quem nunca, por exemplo, conversou num site ou pelo WhatsApp com chatbot? Mas o ChatGPT, lançado em novembro pela OpenAI, potencializou exponencialmente essas interações. Daí a alguém descobrir que a inteligência artificial pode, de graça e em poucos segundos, dar dicas psicológicas, falar de diferentes conceitos terapêuticos e sugerir serviços e diagnósticos foi um pulo.

Em meio à epidemia de problemas de saúde mental pós-pandemia, o programa também demonstra uma empatia que tem convencido muita gente a buscar "conselhos". Materializados em frases como: "Lembre-se de ser gentil consigo mesmo. Mudanças podem levar tempo e é importante dar a si espaço para crescer e se ajustar. Estou aqui para apoiá-lo ao longo do caminho".

Mas antes que o Efeito Eliza se manifeste em você também é bom lembrar que o ChatGPT não discerne entre certo e errado nem sabe lidar com aspectos complexos de sentimentos, traumas, conflitos. No geral, lembra manuais de autoajuda ruins, com respostas genéricas.

"Que psicólogo rapaz. Negócio agora é expor seus sentimentos enviesados para serem interpretados por um robô que gera palavras sem noção do contexto coletivo e só reafirma seu viés inicial, independente de qual seja. É isso que está na moda", escreveu um usuário no Twitter.

Só faltou lembrar que essa moda também rompe com um aspecto ético importante das terapias do mundo real: o sigilo profissional. Será possível preservar a confidencialidade dos dramas dos pacientes quando tudo o que é escrito pode ser armazenado? O que acontece se seus sentimentos, complexos e angústias forem acessados, hackeados e vendidos? Sua saúde mental aguentaria mais esse baque? ●

EDITORA NO 'ESTADÃO', PROFESSORA DA FAAP E MÃE DE GÊMEOS

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

Música erudita *Estreia*

Armstrong volta à Osesp para reger 'Barba Azul'

Depois de 14 anos, maestro britânico revisita hoje e amanhã a Sala São Paulo e marca o retorno do grupo às óperas

JOÃO LUIZ SAMPAIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

GABRIEL HIRGA

O desafio desta ópera, para o maestro Armstrong, é criar cores fortes, com uma música muito difícil

Com um pouco de ajuda, o maestro faz a conta. São treze? Não, catorze. Catorze anos desde que Sir Richard Armstrong regeu uma ópera em São Paulo, à frente da Osesp. O intervalo termina agora: hoje, amanhã e depois ele comanda récitas de *O Castelo de Barba Azul*, de Bartók, com retorno do grupo ao repertório operístico. A apresentação da sexta-feira será transmitida ao vivo pelo YouTube da orquestra.

Atmosferas
Para o maestro, a música de Bartók é marcada por mudanças constantes de clima, de atmosferas

Em 2009, Armstrong regeu por aqui *O Cavaleiro da Rosa*, de Strauss. Foi um momento atribulado: John Neschling, que vinha realizando um ciclo com as óperas do compositor, foi demitido e o maestro inglês chamado para substituí-lo nos concertos. De lá para cá, ele retornou algumas vezes à Sala São Paulo, mas para concertos sinfônicos. "Quando consideramos uma orquestra sinfônica, em uma sala de concertos, a ópera nem sempre é parte de seu cotidiano. Mas os benefícios que vêm do contato com esse repertório são enormes", diz o maestro ao **Estadão.** "Ele exige enorme flexibilidade para pensar a música do ponto de vista teatral. Não é algo corriqueiro", completa.

Em especial no caso de *O Castelo de Barba Azul*. A ópera foi escrita em 1910 por Bartók a partir de um texto do poeta húngaro Béla Balázs (a estreia aconteceria só oito anos mais tarde). A história tinha algumas fontes, históricas ou ficcionais. Barba Azul foi o apelido dado, no século 15, a Gilles de Rais, herói da Guerra dos Cem Anos que se tornou assassino em série de crianças, que prendia em seu castelo e devorava. A história, com mudanças significativas, acabou inspirando um conto de Charles Perrault dois séculos mais tarde. E, no final dos anos 1900, uma peça de Maurice Maeterlinck.

CASTELO. Da mistura, Balázs tirou a história de Barba Azul (o barítono David Stout) e sua nova noiva, Judith (a mezzo-soprano Karen Cargill). A ópera começa com a chegada dos dois ao castelo do duque, onde há sete portas fechadas. Ele avisa que abri-las não é boa ideia, mas a mulher insiste. Cada porta, à medida que a obra – que dura cerca de uma hora – se desenrola, revela uma paisagem diferente: uma câmara de tortura, um lago de lágrimas, tesouros, nuvens, jardins manchados de sangue – e por aí vai.

"A música é marcada por mudanças constantes de clima, de atmosferas", diz Armstrong. "Cada porta sugere um ambiente sonoro específico e para a orquestra o desafio é criar essas cores tão fortes, tudo isso com uma música tecnicamente muito difícil."

Armstrong vê em *O Castelo de Barba Azul* "enorme originalidade". "Se voltarmos ao começo do século 20, temos o fim de uma era na ópera alemã com as peças de Strauss e, na Itália, o fim de um ciclo representado por Giacomo Puccini. Bartók propõe algo diferente, um outro tipo de visão do que é o teatro e de sua relação com a música."

Não foi o único. Armstrong relembra *Erwartung*, de Arnold Schoenberg, monólogo em que a personagem batizada de Mulher caminha durante a noite por uma floresta onde se depara com o que acredita ser o corpo assassinado de seu amante. A obra também nasceu no início dos anos 1910. É tentador ver a floresta como uma alegoria do inconsciente. Assim como o castelo e suas portas, que se abrem em direção à mente de Barba Azul. "O impacto dessas histórias é enorme. O Barba Azul possui um enredo devastador e, ao mesmo tempo, tocante. E Bartók cria música capaz de revelar esses significados." ●

O Castelo de Barba Azul
Osesp. Sala São Paulo
Praça Júlio Prestes, 16.
5ª (6/4) e 6ª (7/4), 20h30. Sábado (8/4), 16h30. R$ 50 / R$ 258

No Municipal, amanhã, a 'Paixão Segundo São João', de Arvo Pärt

O Teatro Municipal de São Paulo apresenta, na sexta, 7, e no sábado, 8, a *Paixão Segundo São João*, do compositor estoniano Arvo Pärt. A obra é inspirada no calvário e na crucificação de Cristo como narrada no Evangelho Segundo São João.

A regência é da maestra Maíra Ferreira, regente titular do Coral Paulistano, que participa das apresentações ao lado de membros da Orquestra Sinfônica Municipal.

"A Paixão de Pärt tem características bem específicas", adverte Maíra. Não há, por exemplo, um sentido de dramaturgia, em que os episódios são narrados de forma linear. "Há uma estrutura cíclica, com a qual o compositor cria uma sensação de tensão, apreensão, à medida que a obra segue em direção ao desfecho."

Arvo Pärt é um dos compositores mais celebrados pelo público – um caso raro de autor cujas obras extravasam o círculo dos amantes da música clássica. Entre os anos 2011 e 2018, ele foi o compositor vivo mais interpretado em todo o mundo. ● J.L.S.